

Luiz C. Bresser Pereira

ECONOMIA BRASILEIRA: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA



centenário de monteiro lobato

Copyright © Luiz Carlos Bresser Pereira

Capa:

Miguel Paiva

Revisão:

João Bosco Medeiros

José W. S. Moraes



editora brasiliense s.a.

01223 — r. general jardim, 160

são paulo — brasil

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro</i>	<i>Página</i>
I — Produção por Habitante nos 30 Países mais Populosos do Mundo — 1978	19
II — Distribuição de Renda em Diversos Países	20
III — Distribuição em Porcentagem das 100 e das 200 Maiores Empresas: Entre Nacionais, Multinacionais e Estatais ...	40
IV — Taxas de Crescimento por Setor	44
V — Participação dos Setores na Renda	45
VI — Participação do Estado na Acumulação de Capital	55
VII — Taxas de Acumulação e Desenvolvimento	68
VIII — Evolução da População Brasileira	69
IX — Salário Mínimo e PIB por Habitante em Alguns Países da América Latina	78
X — Distribuição da Renda no Brasil	79
XI — Índices de Salário Mínimo, Médio e Produtividade	82
XII — Posição Relativa Nordeste/Brasil	85
XIII — Desempenho da Agricultura	89
XIV — Taxa de Lucro e Taxa de Investimento	108
XV — O Desequilíbrio Externo	113
XVI — Inflação no Brasil	125
XVII — Carga Tributária (em 1975)	143

Índice

Prefácio	9
A Visão Geral	11

Primeira Parte

As Bases do Subdesenvolvimento

Capítulo I — Subdesenvolvimento e Dependência	17
Capítulo II — As Teorias sobre o Subdesenvolvimento	22
Capítulo III — Capital Mercantil e Acumulação Primitiva	25

Segunda Parte

A Lógica da Acumulação

Capítulo IV — Capital Industrial e Mais-Valia	31
Capítulo V — Capitalismo Monopolista	38
Capítulo VI — Industrialização Substitutiva de Importações	42
Capítulo VII — As Empresas Multinacionais	47
Capítulo VIII — Capitalismo Estatal	51
Capítulo IX — Capitalismo Tecnoburocrático	58
Capítulo X — O Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado ...	62
Capítulo XI — Acumulação e Desenvolvimento	66
Capítulo XII — Pequena Formalização do Modelo	71

Terceira Parte

Os Desequilíbrios Estruturais

Capítulo XIII — Altos Lucros e Ordenados, Baixos Salários	77
Capítulo XIV — Desequilíbrios Regionais	84

Capítulo XV — Agricultura e Indústria	88
Capítulo XVI — Dualismo e Tecnologia	93

Quarta Parte

Os Desequilíbrios Macroeconômicos

Capítulo XVII — O Fluxo do Capital e as Crises	99
Capítulo XVIII — As Crises de 1962 e 1974	104
Capítulo XIX — O Desequilíbrio Externo e a Taxa de Câmbio	110
Capítulo XX — O Desequilíbrio Financeiro	116
Capítulo XXI — A Taxa de Juros	120
Capítulo XXII — A Inflação	124

Quinta Parte

Política Econômica

Capítulo XXIII — Planejamento Econômico	133
Capítulo XXIV — Política de Rendias	138
Capítulo XXV — Política de Rendias e Lei do Valor	142
Capítulo XXVI — Política Econômica Ortodoxa	147
Capítulo XXVII — Política Econômica Administrativa	153
Capítulo XXVIII — Rumo ao Subdesenvolvimento Industrializado Maduro	158
Bibliografia Básica Sobre a Economia Brasileira	167

Prefácio

Uma introdução é um trabalho simples, didático, destinado a fornecer uma primeira e geral visão sobre determinado assunto. Uma introdução crítica é um trabalho que se pretende pessoal. Que não se limita a sistematizar pensamento já existente, mas tenta também criticá-lo e assim avançar um pouco no conhecimento do tema.

O objetivo deste livro está, portanto, resumido em seu título. Pretende-se fazer uma introdução à economia brasileira, que permita ao leitor uma visão ao mesmo tempo histórica e atual, sistemática e dialética, desse fenômeno extraordinariamente complexo que é o sistema econômico do Brasil. Por outro lado, espera-se que esta visão seja crítica. Que seja uma interpretação ao mesmo tempo objetiva e comprometida. Que não pretenda a neutralidade científica, mas não deixe de procurar alcançá-la.

Neste livro evitaremos as citações e as notas de rodapé. Não apenas a natureza introdutória, mas também o caráter de ensaio crítico da economia brasileira (e não dos economistas que a analisaram) aconselharam essa opção.

São seus objetivos fundamentais a simplicidade e a clareza. Não somente por suas possibilidades didáticas, mas também porque se espera que seja acessível a leitores não habituados à teoria e ao jargão econômico. Em relação às expressões técnicas, procurou-se defini-las sempre que fossem inevitáveis. Quanto à teoria, a solução foi apresentá-la de forma muito simples em cada capítulo. Não ficamos, assim, com um corpo teórico sistemático, mas a teoria se integra à prática. E dessa forma é possível despertar a curiosidade do leitor para novas leituras. Ora, se este resultado for alcançado, os objetivos deste livro estarão plenamente atingidos.

A Visão Geral

A economia brasileira é um sistema econômico complexo e desequilibrado, aparentemente muito difícil de ser compreendido. A teoria econômica, entretanto, permite-nos construir um modelo simplificado desta realidade e torná-la compreensível. Veremos então que a economia brasileira se constitui em um sistema, possui uma estrutura. Veremos que as relações que existem dentro dela não ocorrem ao acaso, mas obedecem a uma lógica: a lógica da acumulação capitalista.

Para construirmos esse modelo simplificado da economia brasileira vamos usar quatro fontes principais: (1) a teoria econômica clássica de Ricardo e de Marx; (2) a teoria macroeconômica de Keynes e Kalecki; (3) as análises dos principais economistas e sociólogos brasileiros; e (4) as teorias recentes sobre o capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Através desta análise verificaremos que a economia brasileira é uma economia subdesenvolvida, mas que já deixou de ser primário-exportadora e tornou-se industrializada. O país encontra-se então não apenas em uma situação intermediária entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, mas, principalmente, em uma situação contraditória: é uma economia subdesenvolvida industrializada.

Verificaremos também que é uma economia capitalista. No início foi uma economia capitalista mercantil-especulativa. Neste século, principalmente a partir de 1930, tornou-se uma economia capitalista industrial. Mas praticamente saltou a etapa competitiva do capitalismo industrial e tornou-se uma sociedade capitalista monopolista de Estado, caracterizada pela predominância das grandes empresas nacionais e multinacionais e do grande Estado regulador e produtor.

Esta economia e esta sociedade subdesenvolvida, mas industrializada; capitalista mas monopolista e estatal são marcadas por enormes potencialidades e maiores desequilíbrios. A renda é extraordinariamente concentrada. Os ordenados dos altos tecnoburocratas e principalmente os lucros dos capitalistas são muito grandes, enquanto os salários dos trabalhadores são muito baixos. Por outro lado, a economia está sempre ameaçada de crise porque a inflação é muito alta; porque a tendência ao desequilíbrio de nossas contas externas é permanente, levando-nos a um endividamento crescente; porque o orçamento do Estado está sempre em déficit.

Todos esses desequilíbrios ocorrem nos quadros de um capitalismo selvagem e freqüentemente autoritário, que obedece à lógica da acumulação e do consumo de luxo; de um capitalismo de Estado, em que a tecnoburocracia é ao mesmo tempo a grande responsável pelo desenvolvimento e a grande co-responsável (com a burguesia) pelo autoritarismo e pelo consumismo; de um capitalismo dependente, em que as empresas multinacionais condicionam o tipo de crescimento econômico excludente próprio do modelo brasileiro de subdesenvolvimento industrializado.

É preciso assinalar, por outro lado, que esses desequilíbrios são o resultado de um processo real de desenvolvimento, em que a acumulação de capital e o processo técnico estão continuamente transformando o sistema econômico, social e político brasileiro. Nos últimos cinquenta anos, especialmente, não assistimos a um mero processo de crescimento, como aconteceu no período colonial com o ciclo do açúcar e depois do ouro, mas a um processo de desenvolvimento capitalista que tende a se tornar auto-sustentado, ainda que sujeito a graves crises como a atual.

Nesse processo, apesar de toda a concentração de renda e da marginalização de uma parcela ainda ponderável da população brasileira (64,4% da população ativa recebiam até dois salários mínimos em 1980), é preciso admitir que os padrões de vida médios melhoraram, ainda que insatisfatoriamente, em termos de níveis de salário, educação, saúde, saneamento básico, esperança de vida, que a urbanização continua acelerada, que a taxa de analfabetismo, que era de 56,0% em 1940, baixou para 26,1% em 1980, que o número de matriculados no ensino secundário e superior aumentou muito mais rapidamente do que a população e que uma imensa camada média se formou neste país, a partir do desenvolvimento, de um lado da média burguesia proprietária e de outro da classe média tecnoburocrática empregada nas organizações públicas e privadas.

A economia brasileira atual é fruto de um processo histórico complexo, que necessita ser periodizado. A periodização que usaremos neste livro e que transparecerá durante toda a análise compreende dois grandes períodos: o período do capital mercantil, até 1930, e o período do capital

industrial, de 1930 em diante. Não há um período pré-capitalista ou feudal. O período do capital mercantil subdivide-se em período colonial, sob a égide do capital mercantil central, até 1808, e modelo primário-exportador de subdesenvolvimento, sob o domínio do capital industrial central, de 1808 a 1930. O período do capitalismo industrial, por sua vez, divide-se em modelo de industrialização substitutiva de importações, entre 1930 e 1954, e modelo de subdesenvolvimento industrializado, que se sobre põe à segunda fase do processo de substituição de importações, iniciando-se em torno de 1954 e consolidando-se a partir de 1964.

A periodização econômica corresponde obviamente uma periodização política. O modelo primário-exportador ocorre nos quadros do Estado oligárquico-mercantil, em que a burguesia agrário-mercantil é a classe dominante; o modelo de substituição de importações corresponde ao Estado populista; e o modelo de subdesenvolvimento industrializado, ao Estado tecnoburocrático-capitalista, especialmente a partir de 1964. A revolução de 1930, assim como a grande depressão dos anos trinta, marcam a transição do capital mercantil para o industrial e do Estado oligárquico-mercantil para a aliança de setores não exportadores do latifúndio mercantil com a burguesia industrial, as camadas médias tecnoburocráticas e os trabalhadores urbanos nos quadros do Estado populista. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 é um marco significativo para o início do modelo de subdesenvolvimento industrializado, completado no plano político pela revolução de 1964, que marcará a aliança da burguesia industrial e mercantil com a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar, e com as empresas multinacionais, nos quadros de um Estado autoritário tecnoburocrático-capitalista. Já a partir de 1974, entretanto, o modelo de subdesenvolvimento industrializado entra em crise. O autoritarismo tecnoburocrático-capitalista, por sua vez, entra em crise a partir de 1977, quando se inicia o processo de redemocratização do país.

É esta economia brasileira, ou, mais amplamente, é esta formação social contraditória e dinâmica que examinaremos neste livro, do ponto de vista da economia política. Nosso objeto é sempre uma economia capitalista, mas uma economia que foi mercantil e hoje é industrial, que é monopolista e estatal, mas se conserva subdesenvolvida e dependente. Essa sociedade tem sido quase sempre autoritária, mas as perspectivas imediatas de uma democracia, ainda que burguesa, são reais. Menos imediatas mas concretas são as perspectivas para o socialismo, que só voltaremos a discutir na conclusão deste trabalho.

CAPÍTULO I

Subdesenvolvimento e Dependência

A economia brasileira é subdesenvolvida e dependente. Subdesenvolvimento significa, fundamentalmente, baixa produtividade do trabalho. Significa que a produção por trabalhador é, em média, pequena, muito menor do que a produção por trabalhador nos países desenvolvidos, sejam eles capitalistas ou estatais. E se a produção por trabalhador ou produtividade é baixa, a renda ou produção por habitante também é baixa.

O subdesenvolvimento é sempre acompanhado por pobreza, senão miséria, fome, subnutrição, más condições de saúde, por analfabetismo e baixa qualificação técnica dos trabalhadores.

Essas características são ao mesmo tempo conseqüência e causa do subdesenvolvimento. Não se pense, entretanto, que toda a economia brasileira seja caracterizada por baixa produtividade e péssimas condições de vida.

A produtividade média dos trabalhadores brasileiros é baixa, mas não é baixíssima. Conforme mostra o Quadro I, a produção por habitante do Brasil está em posição intermediária entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Somos paradoxalmente um país subdesenvolvido e industrializado.

Esta produtividade intermediária da economia brasileira é, na verdade, o resultado de uma média entre a alta produtividade de um setor capitalista-monopolista e a baixíssima produtividade dos setores marginalizados e pré-capitalistas da economia brasileira. Na verdade, e como toda sociedade subdesenvolvida, a economia brasileira é intrinsecamente dual e heterogênea. O setor moderno, capitalista industrial, utilizando uma tecnologia altamente sofisticada, é incapaz de absorver a mão-de-

obra abundante que o capitalismo mercantil e o clima tropical permitiram aparecer no Brasil. Em conseqüência, o subdesenvolvimento brasileiro é dual, caracterizado pela heterogeneidade estrutural, à medida que leva à convivência de um setor de alta produtividade com outro de produtividade muito baixa.

É preciso observar, entretanto, que esse dualismo é diverso do ocorrido nos países africanos ou asiáticos, onde havia anteriormente uma sociedade pré-capitalista estabelecida, a qual passa a conviver com a sociedade capitalista quando nela penetra o capitalismo no século XVI (capital mercantil-colonialista) e principalmente no século XIX (capital industrial-imperialista). No Brasil, como aliás na América Latina, as sociedades pré-capitalistas foram destruídas. Em seu lugar, entretanto, estabelece-se um capitalismo mercantil retrógrado que dificultará a posterior penetração do capital industrial. O dualismo brasileiro será então o produto da coexistência do capital mercantil, marcado por fortes traços pré-capitalistas, com o capital industrial, e pela capacidade de este último absorver a abundante força de trabalho existente no primeiro.

O subdesenvolvimento brasileiro é assim definido por uma produtividade do trabalho insuficiente e por uma desigual distribuição dos frutos dessa produtividade — ou seja, da renda — também desigual. Isto permite que haja uma alta burguesia que desfruta de padrões de vida incrivelmente altos, e que haja uma classe média de proprietários burgueses e uma classe média de empregados ou funcionários tecnoburocráticos com um padrão de vida elevado, comparável ao padrão de vida das camadas médias dos países desenvolvidos. Há mesmo alguns trabalhadores especializados que já começaram a ter padrões de vida razoáveis. Em contrapartida, há uma imensa massa de trabalhadores urbanos e rurais que vive em condições estritamente insatisfatórias senão subumanas.

Subdesenvolvimento no caso da economia brasileira significa, portanto, uma produtividade média ainda baixa, mas que já se aproxima de uma situação intermediária, acompanhada de uma distribuição dos frutos dessa produtividade extremamente desigual. O país desenvolve-se, a produtividade aumenta (o produto interno bruto *per capita*, medida global de produtividade, cresceu em 79% entre 1970 e 1980), mas a renda se concentra. Os beneficiados pelo desenvolvimento são muito poucos. Em 1960 os 10% mais ricos da população controlavam 39,6% da renda no Brasil; em 1970 essa porcentagem aumentou para 46,7%, e em 1980, para 50,9%. Por outro lado, quando comparamos a repartição da renda no Brasil com a dos demais países desenvolvidos (e mesmo de alguns subdesenvolvidos), verificamos definitivamente o alto grau de concentração de renda existente no país. De acordo com os dados do Quadro II, o Brasil inclui-se entre os países de renda mais concentrada do mundo.

QUADRO I — *Produção por Habitante nos 30 Países Mais Populosos do Mundo — 1978*

<i>Países</i>	<i>População (1 000 hab.)</i>	<i>PNB per capita (US\$)</i>
China	952 223	230
Índia	643 896	180
Rússia	261 008	3.710
Estados Unidos	218 548	9.770
Indonésia	135 993	340
<i>Brasil</i>	119 461	1.510
Japão	114 898	7.700
Bangladesh	84 655	90
Nigéria	80 563	600
Paquistão	76 078	240
México	65 442	1.400
Rep. Fed. Alemanha	61 344	5.670
Itália	56 734	4.600
Inglaterra	55 822	5.720
França	53 281	8.880
Vietnã	51 742	N.D.
Filipinas	45 639	530
Tailândia	44 517	530
Turquia	43 144	1.250
Egito	39 855	420
Espanha	37 109	3.960
Coréia do Sul	36 648	1.310
Irã	35 831	N.D.
Polônia	34 996	3.650
Burma	32 205	140
Etiópia	30 982	110
África do Sul	27 700	1.580
Zaire	26 770	240
Argentina	26 386	2.030
Colômbia	25 573	900
N.D. — Dados não disponíveis.		

Fonte: Atlas do Banco Mundial 1980.

Mas subdesenvolvimento, além de produtividade insuficiente e de desigual distribuição da renda, implicando analfabetismo e subnutrição para os trabalhadores, significa também dependência. A economia brasileira é e sempre foi uma economia dependente. Ou seja, uma economia sem autonomia no seu processo de desenvolvimento, uma economia que

QUADRO II — *Distribuição de Renda em Diversos Países*
(Participação na Renda de cada um dos Segmentos)

	40% <i>Mais Pobre</i>	40% <i>Médio</i>	20% <i>Mais Rico</i>
Equador (1970)	6.5	20.0	73.5
Quênia (1969)	10.0	22.0	68.0
México (1969)	10.5	25.5	64.0
Brasil (1970)	10.0	28.4	61.6
África do Sul (1965)	6.2	35.8	58.0
Tunísia (1970)	11.4	33.6	55.0
Irã (1968)	12.5	33.0	54.0
França (1962)	9.5	36.8	53.7
Índia (1964)	16.0	32.0	52.0
Holanda (1967)	13.6	37.9	48.5
Dinamarca (1968)	13.6	38.8	47.6
Argentina (1970)	16.5	36.1	47.4
Suécia (1963)	14.0	42.0	44.0
Iugoslávia (1968)	18.5	40.0	41.0
Noruega (1968)	16.6	42.9	40.5
Inglaterra (1968)	18.8	42.2	39.0
E.U.A. (1970)	19.7	41.5	38.8
Hungria (1969)	24.0	42.5	33.5
Bulgária (1962)	26.8	40.0	33.2
Tchecoslováquia (1964)	27.6	41.4	31.0

Fonte: Montek S. Ahluwalia "Income Inequality: Some Dimensions of the Problem" in *Redistribution with Growth*, Oxford, University Press, Inglaterra, 1974.

não controla os recursos fundamentais para que possa aumentar sua produção por habitante.

O subdesenvolvimento brasileiro, inclusive, só pode ser explicado nos quadros dessa dependência. Esta dependência vem mudando de caráter à medida que o país se desenvolve, mas continua a ser não apenas uma característica, mas também a causa fundamental do subdesenvolvimento brasileiro.

Em um primeiro momento a dependência significava subordinação econômica e política a Portugal, nos quadros do sistema colonial. Em um segundo, é subordinação fundamentalmente econômica à Inglaterra nos quadros do modelo primário-exportador e do velho imperialismo anti-industrializante; mas é também subordinação cultural aos padrões do capitalismo europeu e depois norte-americano. O terceiro momento, definido pela subordinação aos Estados Unidos, ocorre depois de uma grande crise do capitalismo mundial, e é marcado pela penetração das empresas multinacionais industriais. A dependência torna-se então eminentemente

tecnológica, além de cultural, à medida que as classes dominantes locais continuam a tentar copiar os padrões de consumo dos países centrais às custas da impiedosa exploração da grande maioria da população. É este último tipo de dependência, desenvolvimentista, mas reprodutora dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, que irá presidir a lógica da acumulação e definir o atual subdesenvolvimento industrializado brasileiro.

CAPÍTULO II

As Teorias sobre o Subdesenvolvimento

Para que possamos entender por que o Brasil é um país subdesenvolvido devemos situar a economia brasileira nos quadros da história e da dependência.

É claro que poderíamos querer dar explicações mais imediatas. Poderíamos dizer que o Brasil é subdesenvolvido porque seus trabalhadores não dispõem de uma quantidade suficiente de meios de produção (de máquinas principalmente) para trabalhar. Ou então que não dispõem da necessária soma de conhecimentos técnicos necessários a uma alta produtividade. Ou porque a população brasileira não só é excessiva em relação à disponibilidade de meios de produção, mas também cresce a taxas excessivamente elevadas. Falta de capital e falta de tecnologia, entretanto, são causas óbvias que, afinal, nada explicam. O crescimento da população a taxas muito mais elevadas do que ocorre ou ocorreu nos países hoje desenvolvidos é sem dúvida um obstáculo ao desenvolvimento, mas não pode ser considerado uma causa do subdesenvolvimento. O que é preciso saber é por que não temos quantidade suficiente de capital e de tecnologia por trabalhador e por que a população brasileira cresce a taxas que dificultam o processo de desenvolvimento.

Há algumas outras "teorias" para explicar o nosso subdesenvolvimento já muito desmoralizadas, mas que devem ser lembradas. São explicações tolas, produto de um arraigado complexo de inferioridade colonial e da necessidade de as classes dominantes justificarem o *status quo*, a situação estabelecida. Por isso acabam sempre ressurgindo sob os mais variados disfarces. Refiro-me às explicações climáticas (o Brasil é um país tropical...), às explicações raciais (o Brasil é um país mestiço...), às explicações culturais (o Brasil é um país latino e não anglo-saxão ou japo-

nês...), às explicações geográficas (o Brasil não tem petróleo, ou não tem ferro perto de carvão...).

Descartadas essas explicações ridículas e aquelas explicações óbvias, mas que nada informam (falta de capital e de tecnologia), existe ainda uma explicação conservadora, a chamada “teoria da modernização”. O Brasil teria uma economia subdesenvolvida porque tradicional, pré-capitalista, feudal, semifeudal. Porque sua população não pensa em termos capitalistas, não se preocupa com produtividade, com maximização de lucros, com investimentos produtivos. A sociedade brasileira seria dual: um setor tradicional, pré-capitalista e um setor moderno, capitalista. O peso do setor tradicional, entretanto, seria tão grande que impediria o desenvolvimento do capitalismo neste país.

Essa teoria, muito em moda entre as mentalidades conservadoras, substituiu as antigas explicações culturais hoje desmoralizadas. Seu caráter ideológico é evidente. O Brasil seria subdesenvolvido por falta de capitalismo, quando nós sabemos muito bem que capitalismo é algo que não faltou jamais neste país. O modelo seriam os países capitalistas adiantados, modernos. Como nossa economia deveria ser igual à deles, faltalhe capitalismo, é dual, tradicional.

Os defensores dessa explicação acabam propondo como solução para os problemas do nosso subdesenvolvimento um amplo trabalho de “educação”, através do qual se modernizaria as populações tradicionais, que assim seriam convencidas a trabalhar com mais afinco, a poupar, a saber que “tempo é dinheiro”, e que é possível “fazer-se por si mesmo” desde que se trabalhe. A ideologia do capitalismo — individualista, baseada no lucro e na hipótese da mobilidade social — é, assim, transplantada para o Brasil da maneira mais elementar.

No extremo oposto existe a “teoria do imperialismo”. Se para a teoria da modernização o problema do Brasil é falta de capitalismo, para a teoria do imperialismo o Brasil seria subdesenvolvido porque foi permanentemente explorado pelos países capitalistas imperialistas. Todo ou grande parte do excedente econômico (ou seja, da produção que excede o consumo necessário dos trabalhadores) que o Brasil produz ou produziu foi sempre e sistematicamente transferido para a metrópole: primeiro para Portugal, depois para a Inglaterra e, afinal, para os Estados Unidos. Por isso seríamos subdesenvolvidos.

Embora essa explicação esteja mais próxima da realidade, ela também é inaceitável. Sem dúvida o Brasil foi sempre explorado pelas potências metropolitanas. Mas, se excluirmos Portugal, que era ele próprio uma metrópole subdesenvolvida, veremos que, quando os países hoje desenvolvidos, Inglaterra, França e Estados Unidos, em fins do século XVIII ou começo do século XIX, realizavam sua Revolução Industrial e

completaram a Revolução Capitalista, o Brasil já estava muito atrasado. Sua renda por habitante era muito inferior à daqueles países. Sua tecnologia muito menos desenvolvida. Depois a economia brasileira entrou em contato com aqueles países, desenvolveu-se e ao mesmo tempo foi explorada. E o atraso, se não se aprofundou, manteve-se ao mesmo nível, enquanto outros países, como a Alemanha, o Japão e a Rússia se desenvolviam.

Na verdade só é possível compreender o subdesenvolvimento brasileiro no plano da história. Ao invés da teoria da modernização ou da teoria do imperialismo, o que necessitamos é de uma "teoria histórica do subdesenvolvimento". Esta teoria deverá partir da distinção entre o capital mercantil e o capital industrial, e procurar compreender por que no Brasil, como, aliás, em toda a América Latina, o capital mercantil permaneceu tão longamente dominante, dificultando a emergência do capital industrial.

Por outro lado, o capital industrial, ao penetrar tardiamente na economia capitalista mercantil brasileira (aliás marcada por fortes traços pré-capitalistas), irá encontrar não só fortes obstáculos da parte das estruturas mercantis e pré-capitalistas, mas também se revelará incapaz de absorver a força de trabalho abundante que o capital mercantil gerou durante quatro séculos. O capital industrial insuficiente e a tecnologia poupadora de mão-de-obra empregada penetrarão então como uma cunha na sociedade capitalista mercantil formando uma sociedade dualista e subdesenvolvida. Na verdade o capital industrial penetra no Brasil em duas grandes ondas. A primeira, gerada aqui mesmo, tem suas primeiras manifestações no final do século passado e seu grande desenvolvimento a partir dos anos trinta. É o capital local e competitivo. A segunda, marcada por forte componente de capital estatal e de capital multinacional, ocorrerá nos anos cinqüenta. É o capital monopolista. Em ambos os casos a economia será marcada por uma heterogeneidade-estrutural que definirá a própria condição do subdesenvolvimento.

CAPÍTULO III

Capital Mercantil e Acumulação Primitiva

O Brasil sempre foi um país capitalista. As teorias que pretendem ver no Brasil colonial e no período imperial a predominância do modo de produção feudal ou então do modo de produção escravista são absolutamente insustentáveis. Desde o início da colonização o Brasil foi tratado como uma empresa comercial. Caio Prado Jr. deixou muito claro este fato nos primeiros capítulos de sua *História Econômica do Brasil*.

Sem dúvida podemos encontrar traços de modos de produção pré-capitalista no Brasil. Portugal foi a primeira nação européia a realizar uma espécie de revolução burguesa, mas jamais a completou. Durante todo o período colonial brasileiro Portugal conservou fortes traços do seu passado feudal. É natural, portanto, que o latifúndio brasileiro também conservasse internamente certas características do feudo: auto-suficiência, poder absoluto do senhor, sistema de agregados, prevalência de uma ideologia aristocrática. Mas o caráter fundamental do latifúndio é capitalista. O objetivo é o lucro através da colocação do açúcar no mercado internacional. A forma de realizá-lo é a chamada “acumulação primitiva”, que Marx descreveu tão bem no capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*. O trabalho escravo, que levou alguns a ver escravismo no Brasil, não passou de uma forma por excelência através da qual a burguesia mercantil se apropriou do excedente nos quadros do processo de acumulação primitiva, porque “acumulação primitiva” não é outra coisa senão todas as formas mais ou menos violentas que a burguesia utilizou inicialmente para extrair e acumular excedente, inclusive a especulação mercantil. Só depois de realizar a acumulação primitiva e já de posse de um capital inicial foi possível à burguesia extrair excedente através do mecanismo da

mais-valia que pressupõe, além de capital, trabalho assalariado e troca de equivalentes.

O Brasil foi, portanto, sempre e predominantemente capitalista, mas há duas formas de capitalismo histórica e conceitualmente distintas: há o capitalismo mercantil ou especulativo e o capitalismo industrial ou capitalismo propriamente dito.

Os países que se desenvolveram foram aqueles que ultrapassaram a fase de predomínio do capital mercantil mais cedo. No Brasil, o capital mercantil, controlado através de uma associação da oligarquia agrário-mercantil local, primeiro com o colonialismo português e depois com o imperialismo britânico, prevaleceu de forma decisiva até pelo menos 1930. Por isso o Brasil permaneceu subdesenvolvido. O subdesenvolvimento brasileiro está indissolúvelmente ligado à predominância do capital mercantil na economia brasileira durante um longo período em que outros países, a começar pela Inglaterra em torno de 1760 e depois a França e os Estados Unidos, no início do século XIX, passavam para o domínio do capital industrial.

O capitalismo mercantil é uma formação social historicamente situada, na qual a apropriação do excedente é realizada pela burguesia através de formas violentas ou especulativas, e não através do mecanismo da mais-valia, que é próprio do capitalismo industrial. O capital mercantil é a forma original que assume o capitalismo. Seu mecanismo mais típico de apropriação do excedente é o comércio especulativo de longa distância. À medida que os mercadores eram capazes de comprar em um lugar e vender suas mercadorias muito longe dali, eles logravam um monopólio sobre aquelas mercadorias que lhes permitia vendê-las por um preço muito mais alto do que seu valor-trabalho.

O valor de uma mercadoria, conforme descobriram os economistas políticos clássicos, é correspondente à quantidade média de trabalho nela incorporado. O preço em moeda de uma mercadoria deve ser em princípio correspondente ao seu valor, com a correção necessária para a equalização da taxa de lucro.

No capitalismo mercantil, entretanto, o preço descola-se inteiramente do valor, e é através dessa diferença que o mercador se apropria privadamente do excedente, ou seja, do produto que excede o consumo necessário à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores.

Nos modos pré-capitalistas de produção as aristocracias dominantes apropriavam-se do excedente econômico sob diversas formas. No modo asiático de produção, que caracterizou todas as grandes civilizações hidráulicas da Antiguidade (Egito, China, Índia, Mesopotâmia), tínhamos os tributos e secundariamente o trabalho escravo. No escravismo grego e romano, o trabalho escravo. No feudalismo, a corvéia (obrigação de tra-

balhar alguns dias por semana gratuitamente para o senhor) era a forma mais típica de apropriação do excedente. Mas em todas elas o traço comum será a violência ou a ameaça aberta de violência como forma de obrigar os trabalhadores a ceder o excedente produzido.

No capitalismo mercantil a burguesia apropria-se do excedente através dessa forma disfarçada de violência que é a especulação, o lucro mercantil, a venda por um preço descolado do valor. Mas a burguesia, no seu processo de acumulação primitiva, também usa de métodos diretamente violentos, como a expropriação das terras dos camponeses, a pirataria, a tributação, a inflação e o estabelecimento de monopólios oficiais.

O capital mercantil em princípio não interfere na produção. Esta continua pré-capitalista. Mas nas colônias, quando não há uma produção pré-capitalista organizada, não há outra alternativa senão organizar diretamente a produção. É nesse momento que surge o escravismo mercantil, que obviamente nada tem que ver com o escravismo da Antiguidade clássica.

Ao procurar organizar a produção através do trabalho escravo, entretanto, o capital mercantil conserva os vícios originados da apropriação especulativa do excedente. Seu lucro deve derivar da superexploração dos escravos e da diferença estrutural entre valor e preço que as largas distâncias do comércio internacional permitem. Não faz parte do cálculo econômico do capitalista mercantil que o aumento sistemático da produtividade e a permanente incorporação do progresso técnico ao processo de produção possam e devam ser o caminho mais adequado para a extração do excedente econômico. Isto só será percebido mais tarde pelos capitalistas industriais.

Em consequência, o Brasil continua, até o início deste século, produzindo em termos absolutamente tradicionais. Não houve, por exemplo, nenhum progresso técnico significativo na agricultura do café entre 1830 e 1930. O Brasil "desenvolvia-se", aumentava sua produção por habitante à medida que se especializava na produção de um bem mais rentável, o café, não à medida que aumentava a produtividade.

O capital mercantil, o mecanismo de acumulação primitiva e o modelo primário-exportador que nos reduzia a meros exportadores de produtos primários, estão assim indissolivelmente ligados. E constituem a causa fundamental do nosso subdesenvolvimento. O capital mercantil proporcionou à economia dois auges no período colonial, mas foram momentos efêmeros, já que não estavam baseados em ganhos de produtividade. Em 1650 tivemos o auge da cana-de-açúcar, em 1750, o auge do ouro. Em seguida, a retração secular. Entre 1750 e 1850 a economia brasileira não está apenas estacionada. Ela regride. Só a partir dessa época o café proporciona uma espécie de "desenvolvimento", mas muito

parcial, que, conforme demonstrou Celso Furtado, moderniza os padrões de consumo da elite dominante, mas não promove o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a incorporação de progresso técnico. De 1850 até 1930 a renda por habitante cresce, à medida que o país se especializa na produção de café, mas o capital mercantil continua dominante, o capital industrial pouco se desenvolve. O atraso do Brasil em relação aos países industrializados não se reduz, mas se aprofunda. A população continua crescendo sem que a produtividade dos trabalhadores aumente. Define-se o subdesenvolvimento brasileiro.

CAPÍTULO IV

Capital Industrial e Mais-Valia

Desde o final do século XIX, entretanto, o Brasil e, principalmente, São Paulo começam a industrializar-se. O café era ao mesmo tempo o grande propulsor da industrialização, à medida que proporcionava capital e mercado para a indústria, e o grande obstáculo. A oligarquia agrário-mercantil, especulativa, incapaz de pensar em termos de aumento da produtividade, era e foi incapaz de realizar a industrialização brasileira (conforme demonstrei na pesquisa sobre as origens étnicas e sociais dos empresários paulistas). Esta só a prejudicava à medida que qualquer processo de industrialização dependia da proteção do Estado, inclusive a proteção alfandegária, que implicaria transferência de renda para os novos industriais. Ora, a renda a ser transferida só poderia ter origem no setor exportador da economia. Diante desse fato, a oligarquia agrário-mercantil, formada por grandes fazendeiros e grandes comerciantes, aliava-se ao imperialismo em sua oposição à industrialização.

Apesar de tudo, entretanto, a revolução industrial ocorreu no Brasil, principalmente a partir de 1930. A industrialização ocorrida anteriormente teve sua importância, mas foi marginal, não apenas porque o seu grau de integração interindustrial era muito pequeno, mas também porque o domínio político estava inteiramente nas mãos da oligarquia cafeeira. A revolução industrial brasileira foi realizada por imigrantes e seus descendentes e não pela oligarquia agrário-mercantil, muito menos pelo capital estrangeiro. Este, na área industrial, só viria a se instalar no Brasil bem mais tarde, a partir de 1950.

A industrialização acelerou-se a partir de 1930, transformando o período 1930-1960 em nossa revolução industrial substitutiva de importações. Suas causas mais gerais foram a crise por que passava o sistema

capitalista internacional e a decadência política da burguesia mercantil. Dessa forma era o próprio pacto entre o imperialismo e a oligarquia local que entrava em colapso, abrindo espaço para o desenvolvimento do capital industrial. A Revolução de 1930 foi o primeiro capítulo desse processo.

O resultado foi a transformação do Brasil em um país em que o modo capitalista de produção propriamente dito, ou seja, o capitalismo industrial, tornou-se dominante.

O que significa ser o Brasil uma formação social predominantemente capitalista? Para responder a esta questão é necessário examinar as características do modo especificamente capitalista de produção, que surge inicialmente na Inglaterra, e depois no resto da Europa e nos Estados Unidos, com a Revolução Industrial.

Modo capitalista de produção significa em primeiro lugar propriedade privada dos meios de produção, generalização da mercadoria, concorrência, trabalho assalariado, apropriação do excedente pelo mecanismo da mais-valia, acumulação de capital, incorporação automática de progresso técnico, desenvolvimento econômico e concentração da renda nos quadros de uma democracia burguesa limitada, sempre pronta a transformar-se em regime autoritário. Em segundo lugar significa concentração de capital, monopolização ou oligopolização de um número crescente de atividades econômicas, formação de um Estado cada vez mais poderoso, surgimento de uma tecnoburocracia ao nível das grandes empresas e do grande Estado produtor e regulador. Mas estas últimas características já são o resultado da transformação de capitalismo clássico, puro, para o capitalismo monopolista de Estado, tecnoburocrático. Veremos neste capítulo apenas as características do capitalismo clássico, tendo como referência a economia brasileira.

Generalização da mercadoria. No capitalismo todos os bens transformam-se em mercadorias, ou seja, em bens com valor de troca, destinados ao mercado. Nas formações sociais pré-capitalistas a produção para o autoconsumo, também chamada economia de subsistência, é dominante. As mercadorias constituem exceção. No capitalismo tudo é transformado em mercadoria.

No Brasil colonial e primário-exportador, em que o capital mercantil é dominante, apenas os bens destinados à exportação — o açúcar principalmente — são mercadorias. O grosso dos bens produzidos para consumo interno não são mercadorias porque são produção para autoconsumo, seja nos minifúndios de subsistência, seja nos grandes latifúndios. Esses latifúndios, aliás, são capitalistas externamente, porque produzem mercadorias para exportações, objetivando o lucro; são semi-feudais internamente, porque auto-suficientes, ou quase, na produção para consumo interno. Foi a partir dessa verificação que Ignácio Rangel

falou em “dualidade básica”, intrínseca, da economia brasileira. Ao invés de termos uma dualidade por justaposição de um setor moderno a um setor tradicional, temos o moderno e o tradicional, o capitalista e o pré-capitalista convivendo contraditoriamente na mesma unidade básica de produção do Brasil colonial e depois primário-exportador: o latifúndio.

É só a partir de 1930 que a mercadoria começa a se generalizar no Brasil, liquidando paulatinamente a produção para autoconsumo. Esse processo se acelera nos anos cinqüenta e sessenta, especialmente no Sul do país. Uma série de estudos fala então do capitalismo no campo, deixando claro que antes não era exatamente o capital “industrial” (a expressão “industrial” tem aqui um sentido amplo, abrangendo qualquer capital que extraia mais-valia relativa, incorporando sistematicamente progresso técnico à produção), mas o capital mercantil e formas pré-capitalistas que dominavam a produção agrícola brasileira. E ainda nos anos oitenta existem resquícios da produção para o autoconsumo, principalmente nas regiões mais atrasadas do Brasil como o Nordeste.

O trabalho assalariado é um aspecto do processo de generalização de mercadorias; é uma característica histórica essencial do capitalismo. Nas formações pré-capitalistas o escravo produzia para o senhor, mas sob coação; o servo também produzia para o senhor, através do pagamento da corvéia (determinado número de dias por semana de trabalho grátis para o senhor) sob coação física e moral; o camponês era produtor autônomo, produzindo para autoconsumo, realizando uma eventual venda das sobras no mercado local. É só no capitalismo que o trabalho se transforma em força de trabalho, vendida “livremente” pelo trabalhador ao capitalista em troca de um salário — o preço da mercadoria força de trabalho.

Este salário tem um preço regulado pela mesma lei que rege o preço das demais mercadorias: o valor-trabalho, ou seja, a quantidade de trabalho incorporado na produção do bem.

Valor-Trabalho. O capitalismo é uma economia de mercado, ou seja, uma economia de mercadorias regulada pelo sistema de preços. São os preços que determinam não só a distribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores, mas também a alocação de recursos entre os diversos setores da economia.

Se o preço da mercadoria força de trabalho (salários) aumentar, os lucros dos capitalistas diminuirão (considerada constante a produtividade) e vice-versa. Por outro lado, se os preços de determinada mercadoria forem momentaneamente superiores ao seu valor, os lucros serão elevados naquele setor. Em conseqüência os meios de produção e a força de trabalho tenderão a ser alocados, ou seja, a sua aplicação será orientada para aquele setor cujos preços estão acima do valor.

A teoria econômica ortodoxa ou neoclássica e o saber convencional

imaginam que os preços são determinados pela oferta e a procura. Nada mais errôneo. Embora a oferta e a procura sejam também importantes para garantir que o preço das mercadorias girem em torno de seu valor, os preços das mercadorias correspondem basicamente ao seu valor-trabalho, ou seja, à quantidade de trabalho direto e indireto socialmente necessário para a produção daquele bem. Deve-se pensar em trabalho abstrato e médio, que homogeneíze as diferentes especializações e capacitações individuais. No trabalho indireto estão considerados os valores das matérias-primas e a depreciação das máquinas.

Através da quantidade de trabalho incorporado em cada bem podemos conhecer o seu valor relativo, ou seja, o seu valor em comparação com o de outros bens. E o preço da mercadoria girará em torno do valor, de acordo com a oferta e a procura e a necessidade de equalizar as taxas de lucro entre todos os setores da economia. A oferta e a procura não podem, portanto, violentar o valor, afastar-se muito e por muito tempo do valor-trabalho da mercadoria, a não ser que se trate de uma raridade, de um bem que não pode ser reproduzido pelo trabalho.

A equalização da taxa de lucro é uma condição de equilíbrio do sistema econômico capitalista competitivo. Enquanto houver setores mais lucrativos do que outros, o capital e o trabalho estarão movimentando-se em sua direção, abandonando os setores menos lucrativos. A mobilidade do capital e do trabalho fará com que aumente a oferta de bens naqueles setores mais lucrativos, provocando a baixa dos preços até o ponto em que a taxa de lucro se equalize entre os setores. Só nesse momento teórico o sistema econômico estará em equilíbrio.

O capital industrial, competitivo, é caracterizado pelo fato de que todo bem é vendido pelo seu valor depois de devidamente transformado em preço via equalização das taxas de lucro. O valor e o preço das mercadorias só diminuem quando aumenta a produtividade, diminuindo a quantidade de trabalho incorporado em cada bem.

Já no capitalismo mercantil os comerciantes de larga distância (mercadores) vendem seus bens por um preço descolado do valor, derivando daí seu lucro. Aproveitam de sua posição de monopólio. O mesmo acontecerá mais tarde com as grandes empresas monopolistas, geralmente transnacionais, do século XX.

Trabalho Assalariado. O salário é o preço da mercadoria força de trabalho. Isto significa que deve ser equivalente à quantidade de trabalho necessária para produzir os bens necessários à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores, ou seja, deve ser equivalente ao custo de reprodução da mão-de-obra. A transição do feudalismo para o capitalismo é marcada pela transformação do trabalho em uma mercadoria (força de trabalho) e, portanto, pelo surgimento do trabalho assalariado. Só mais tarde na

transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, com o aparecimento dos sindicatos e dos partidos políticos populares, o salário começará a descolar-se do custo de reprodução da força de trabalho e aumentar de acordo com o aumento da produtividade.

No Brasil o trabalho assalariado começa a se tornar significativo a partir da abolição da escravatura, em 1888, ou um pouco antes, com os imigrantes. Por isso alguns autores pretendem que o capital industrial já se torna dominante no Brasil a partir dessa época. É um exagero. De fato, o trabalho assalariado urbano engatinha nesse período. E é quase inexistente no campo, a não ser que ampliemos o conceito de trabalho assalariado para as formas de parceria (meia, terça), em que o colono fica com determinada parte da produção. Mesmo nesse caso, entretanto, o trabalho assalariado continua a exceção. Só se transformará em regra a partir dos anos trinta, senão dos anos cinquenta.

Mais-Valia. O quadro do capitalismo brasileiro, em sua forma clássica, competitiva, completa-se com a predominância da mais-valia como forma de apropriação do excedente.

A mais-valia é a forma específica de apropriação do excedente no capitalismo industrial ou capitalismo propriamente dito. É a genial descoberta de Marx de um mecanismo que permite aos capitalistas extrair excedentes dos trabalhadores sem o uso direto da violência (escravidão, corvéia) ou do monopólio especulativo (lucro mercantil, acumulação primitiva), e sim através da troca de equivalentes no mercado.

Os trabalhadores vendem sua força de trabalho no mercado pelo seu valor, ou seja, pela quantidade de trabalho contida na reprodução da sua força de trabalho. Os capitalistas fazem o mesmo, vendendo bens por seu preço de acordo com a quantidade de trabalho neles incorporada. Há, portanto, uma perfeita troca de equivalentes. E, não obstante, como por milagre, os capitalistas ficam com todo o excedente na forma de mais-valia.

A razão é simples. O valor da força de trabalho não depende de quanto o trabalhador produz durante a jornada de trabalho, mas do custo de reprodução da força de trabalho. Ora, o trabalhador produz mais do que o necessário para sua sobrevivência e reprodução. Se ele trabalha 8 horas por dia, 4 bastam para que ele, ou, mais especificamente, para que ele e os demais trabalhadores, cada um em sua função, produzam o arroz, o feijão, a carne, o trigo, o vestuário, os medicamentos etc., necessários à sua sobrevivência.

O capitalista vende os bens produzidos pelo trabalhador por um preço correspondente às 8 horas por ele trabalhadas, mas lhe paga apenas o correspondente às 4 horas necessárias à reprodução do trabalhador.

A diferença é a mais-valia, é o trabalho não pago, fruto dessa troca de equivalentes.

A troca realizou-se de acordo com os respectivos valores. Não houve violência direta. A única e grande violência, base de toda a exploração capitalista, foi reduzir o trabalho, a força de trabalho, a uma mercadoria como qualquer outra.

A mais-valia ou lucro capitalista é proporcional à taxa de mais-valia ou taxa de exploração, m/v , definido pela divisão entre o trabalho não pago (4 horas) e o trabalho pago (também 4 horas no nosso exemplo), ou seja, pela divisão entre a mais-valia, m , e o salário, v . Quanto maior for a produtividade do trabalho, menor tempo será necessário para produzir os bens de salário necessário aos trabalhadores, e maior será a taxa de mais-valia. Se o trabalho necessário se reduz para 3 horas, graças ao aumento da produtividade, a taxa da mais-valia, que era de 100% ($4/4 \times 100$) passa para 133,3% ($4/3 \times 100$). Em conseqüência, o volume de mais-valia ou de lucro (o volume de mais-valia se mede em termos de valor, o de lucro, em termos de preços, mas não consideraremos esta diferença) aumentará.

Por isso, e devido ao estímulo da concorrência, os capitalistas industriais estão sempre querendo aumentar a produtividade, acumular capital e incorporar progresso técnico. Assim, aumentarão a taxa de exploração, além de garantir sua sobrevivência no mercado.

No Brasil a apropriação do excedente através do mecanismo da mais-valia torna-se dominante com a generalização da mercadoria e do trabalho assalariado. É, portanto, um fato recente historicamente. Tornou-se dominante nas cidades a partir dos anos trinta, e no campo, provavelmente, só a partir dos anos cinquenta ou sessenta, no sul do Brasil.

É um fato recente, mas incompleto. As formas mercantis de apropriação do excedente — o lucro especulativo e as formas violentas de acumulação primitiva — continuam presentes e atuantes no Brasil. Em muitas áreas do país o lucro mercantil, fruto da especulação e do poder de monopólio de grandes comerciantes intermediários, atravessadores de todos os tipos, continua uma realidade. Por outro lado, a acumulação primitiva toma hoje duas formas principais: privadamente, através da expropriação dos posseiros (os camponeses brasileiros); “publicamente”, através da montagem pelo Estado de um extenso sistema de subsídios ou estímulos creditícios e fiscais à acumulação capitalista, que não passam de uma forma de apropriação violenta de excedente por alguns privilegiados, em nome do desenvolvimento nacional, da necessidade de promover ora a indústria ora a agricultura.

A apropriação do excedente através do mecanismo clássico da mais-

valia, nos quadros do capitalismo competitivo, não chegou a se completar no Brasil, e jamais chegará, porque, antes que isso começasse a ocorrer, as formas monopolistas de apropriação do excedente passaram também a ocorrer no país, além de se manterem e se desenvolverem as formas de acumulação primitiva já referidas, especialmente aquelas apoiadas nos favores do Estado.

CAPÍTULO V

Capitalismo Monopolista

A formação social brasileira não é apenas capitalista. É capitalista monopolista. Na economia brasileira jamais se constituiu o modelo do capitalismo puro, competitivo, que dominou a Inglaterra e os Estados Unidos em meados do século XIX.

Talvez esse capitalismo puro, que Marx conheceu e descreveu, tenha sido uma exceção histórica. Já no seu tempo formas monopolistas de apropriação do excedente começavam a se manifestar, através dos processos de concentração (em mãos de poucos capitalistas) e centralização (fusão de empresas para formação de grandes unidades produtivo-financeiras) do capital.

Em todos os países em que o capitalismo foi tardio, seu desenvolvimento já ocorreu de forma monopolista. É o caso clássico da Alemanha e do Japão. Será também, especialmente a partir dos anos cinqüenta, o caso do Brasil. Para se desenvolver tardiamente, depois que a Inglaterra e os Estados Unidos se haviam desenvolvido, Gerschenkrön demonstrou que foi necessária a intervenção crescente de grandes bancos de investimentos e do Estado. Ora, tanto os grandes bancos quanto o Estado só estavam dispostos a financiar e, até certo ponto, só tinham condições administrativas de financiar grandes capitalistas. Esta é uma primeira causa da concentração e centralização do capital: o financiamento dos grandes bancos de investimento e principalmente do Estado.

A formação do capitalismo monopolista, entretanto, tem outras causas. As economias de escala (ou de dimensão) existentes em certas atividades industriais e de serviços é uma delas. Em certos setores, como na indústria siderúrgica, nas indústrias de matérias-primas em geral, na indústria automobilística, as vantagens em termos de custos ou produti-

vidade de fábricas muito grandes são decisivas. O mesmo acontece na produção de energia elétrica, na exploração e comercialização de petróleo.

Mas mesmo que não haja economias de dimensão, o capital tende a se monopolizar por uma terceira razão: a vantagem (e a possibilidade) de escapar às incertezas e aos riscos do mercado. As grandes empresas monopolistas tendem a ser integradas verticalmente (produzem desde o insumo ou matéria-prima até o bem final) ou horizontalmente (através da realização de atividades paralelas ou semelhantes). Mas há certos casos em que a monopolização ocorre sem que haja qualquer relação entre as atividades. Por que isto ocorre? Fundamentalmente porque, reunindo atividades e crescendo, a empresa passa a controlar melhor o mercado, e deixa de ser o brinquedo das forças imprevisíveis desse próprio mercado. Geralmente o controle do mercado é considerado uma consequência da monopolização. De fato é. Mas é também uma causa, um estímulo ou uma vantagem decisiva para as grandes empresas.

É preciso, entretanto, que a vantagem de escapar às incertezas do mercado se some à possibilidade econômica de fazê-lo. Não é necessário que haja economias de dimensão, mas é fundamental que não haja deseconomias, que os custos não se elevem com o aumento de escala. Como foi possível lograr esse objetivo? Fundamentalmente através do desenvolvimento das modernas técnicas administrativas, da organização funcional descentralizada, da administração por objetivos, através do desenvolvimento dos sistemas de comunicação, do aperfeiçoamento da administração mercadológica e da administração financeira das empresas. A chamada "ciência da administração de empresas" é fundamentalmente uma somatória de estratégias que visam contrabalançar as deseconomias de dimensão e permitir a formação das grandes empresas monopolistas e burocráticas modernas.

Nos países capitalistas centrais esse processo de monopolização acelerou-se a partir do final do século XIX. Na Inglaterra e nos Estados Unidos o controle das empresas tende a permanecer dentro delas mesmas. Simplesmente ele foi passando cada vez mais das mãos de capitalistas para as de administradores profissionais ou tecnoburocratas. Já nos países de industrialização tardia, como a Alemanha e o Japão, os grandes bancos, apoiados pelo Estado, assumiram o controle direto das empresas.

Esse fenômeno de controle do capital industrial com o bancário e da consequente fusão dos dois tipos de capital foi chamado de capital financeiro por Marx. Hilferding e Lênin tentaram generalizar a teoria do capital financeiro para todos os países, a partir de uma experiência alemã. Mas essa generalização não se justifica: nem sempre os grandes bancos tendem a controlar os grandes empreendimentos industriais, comerciais e de serviços.

No caso brasileiro, por exemplo, o processo de monopolização foi muito diverso. Ocorreu só a partir da Segunda Guerra Mundial, fundamentalmente a partir dos anos cinqüenta. E assumiu duas características básicas: a transformação do Estado em Estado produtor e a penetração das empresas multinacionais manufatureiras. O resultado desse processo de monopolização tardio foi a significativa participação das empresas estatais e das empresas multinacionais ao lado das empresas privadas nacionais.

O Quadro III ilustra bem esse fenômeno. Seja qual for o critério, patrimônio líquido (capital) ou lucro líquido, a participação das empresas estatais e das multinacionais é bastante relevante tanto entre as 100 como entre as 200 maiores empresas em atividade no país. Essas porcentagens cresceriam ainda mais se tomássemos um número menor de empresas: por exemplo, apenas as 50 maiores empresas.

As grandes empresas monopolistas — ou se quisermos ser mais precisos, oligopolistas, porque monopólio é um mercado em que há só um vendedor, e oligopólio é um mercado em que há poucos grandes vendedores — constituem o chamado setor “moderno” ou “dinâmico” da economia brasileira. São a base e as grandes beneficiárias do modelo de subdesenvolvimento industrializado que se define no Brasil a partir de meados dos anos cinqüenta.

A apropriação do excedente que realizam pode ser dividida em três partes: uma parte é constituída pela mais-valia clássica, cujo mecanismo já descrevemos; uma segunda parte é constituída pelos subsídios, estímulos e benefícios de toda ordem que recebem do Estado (é a moderna acumulação primitiva); e a terceira parte é constituída pelo lucro monopolista, ou seja, pelo lucro que conseguem realizar vendendo os bens por

QUADRO III — *Distribuição em Porcentagem das 100 e das 200 Maiores Empresas: entre Nacionais, Multinacionais e Estatais*

	<i>Segundo Patrimônio Líquido</i>		<i>Segundo Lucro Líquido</i>	
	100	200	100	200
Estatais	50.0	35.5	28.0	18.0
Multinacionais	17.0	19.5	23.0	21.5
Nacionais Privadas	33.0	45.0	49.0	60.5

Fonte: *Conjuntura Econômica*, Suplemento Especial, outubro 1980; Revista *Exame*, Edição Especial, setembro 1980.

um preço um pouco acima de seu valor graças ao poder de mercado que possuem. Esse poder de mercado deriva, de um lado, da grande dimensão dessas empresas e, de outro, dos acordos que elas fazem entre si. O cartel, ou seja, o acordo entre empresas oligopolistas, é um fenômeno aberto no Brasil. Nos países capitalistas centrais o cartel é considerado crime. Só pode ser feito com muita discrição. No Brasil as grandes empresas não têm a menor preocupação em esconder seus acordos de preço.

Mas para entender o processo de apropriação do excedente das empresas oligopolistas, é preciso acrescentar o conceito de troca desigual, que permite ao setor monopolista extrair excedentes não apenas dos trabalhadores, mas também do setor competitivo da economia, inclusive da pequena produção mercantil, nos quadros do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Antes de analisarmos esse processo de troca desigual, entretanto, vamos ver um pouco mais de perto o início da industrialização brasileira — o chamado modelo de substituição de importações — e, em seguida, os dois fatores condicionantes fundamentais da economia brasileira atual e de seu modelo de subdesenvolvimento industrializado: as empresas multinacionais e o Estado produtor e regulador.

CAPÍTULO VI

Industrialização Substitutiva de Importações

A industrialização brasileira ocorreu nos quadros do chamado “modelo de substituição de importações”. Seus primórdios datam da segunda metade do século passado, mas a industrialização de então era inteiramente dependente de nossas exportações. Limitava-se a alguns bens de consumo e não possuía qualquer grau de integração vertical e de autonomia. A verdadeira industrialização brasileira só ocorre a partir de 1930.

Conforme demonstrou Celso Furtado, o grande impulso industrial brasileiro nessa época deveu-se a dois fatores: (1) à elevação dos preços dos produtos importados, devido à absoluta carência de divisas estrangeiras (as exportações brasileiras caíram para a metade nos anos trinta quando comparadas com as dos anos vinte devido à depressão mundial), tornando viável e lucrativa a produção interna de muitos desses bens; e (2) à manutenção da demanda agregada interna em termos keynesianos graças às compras, pelo Estado, de café para ser estocado e depois queimado. Ao invés de se deixar o café sem compradores no pé, ou apenas derrubá-lo no chão, o que pareceria à primeira vista mais lógico, o Estado comprou o café. Toda uma série de trabalhos inúteis, porque afinal se queimava o café, foi realizada. Mas, conforme depois ensinou Keynes, da mesma forma que construir pirâmides ou abrir buracos para depois enchê-los, colher o café para depois queimá-lo tinha uma virtude básica: sustentava o nível da demanda agregada, ou seja, mantinha os trabalhadores empregados, evitava que as empresas fossem à falência, mantinha o nível de consumo e mesmo de investimento (já que a formação de estoques é um investimento). A demanda agregada é a soma do consumo mais o investimento mais as despesas do Estado. Mantidos os seus três componentes, mantinha-se a demanda agregada. Dada a elevação dos preços dos

produtos importados, surgiram oportunidades altamente lucrativas para investimentos industriais, especialmente em um momento em que os preços dos produtos importados haviam subido fortemente devido à carência de divisas. Realizávamos assim, antes que Keynes houvesse publicado, em 1936, sua clássica *Teoria Geral*, uma política econômica tipicamente keynesiana, e obtínhamos bons resultados.

Este foi o impulso dos anos trinta. Na primeira metade dos anos quarenta, a Segunda Guerra Mundial encarregou-se de estimular a industrialização brasileira. Em seguida o Estado começa a intervir cada vez mais efetivamente no processo de industrialização. Seu papel fundamental é transferir renda do setor exportador de café, cujo preço internacional estava muito acima do seu valor-trabalho, para a indústria.

Essa transferência de renda do café para a indústria é fundamental para a industrialização brasileira do período 1945-1960. Através do confisco cambial, ou seja, de se estabelecer um cruzeiro fortemente valorizado para a exportação de produtos primários, especialmente para o café, cobrava-se um imposto disfarçado dos exportadores. Se, por exemplo, cada dólar exportado valia 100 cruzeiros, davam-se apenas 40 cruzeiros para o exportador (isto significa manter o cruzeiro valorizado). A diferença era transferida para os industriais, para que pudessem importar máquinas e matérias-primas, digamos, pelos mesmos 40 cruzeiros. Com isso, em cada exportação-importação se transferiam 60 cruzeiros por dólar do exportador de produtos primários para o importador de máquinas e insumos industriais.

A industrialização brasileira foi chamada de substitutiva de importações porque o critério básico para produzir localmente determinado bem era examinar a pauta de importações. A produção nacional contou inicialmente com uma proteção natural dos preços elevados de importação; depois o Estado passou a proteger a indústria com taxas múltiplas de câmbio tanto na exportação quanto na importação. Esse sistema, cujas bases descrevemos acima, usava das taxas diferenciadas para tributar as exportações (tributando especialmente o café que era o produto mais lucrativo) e para tributar as importações de bens de consumo ou de bens que a indústria já produzisse localmente. Esse sistema, que se revelou bastante eficiente, embora de muito difícil manejo, foi parcialmente substituído com a aprovação da Lei de Tarifas, em 1958. Ao invés de taxa de câmbio, foi então possível proteger a indústria nacional com impostos de importações ou tarifas que eram aumentadas quando se iniciava a produção nacional.

Este modelo de substituição de importações implicava uma sistemática redução do coeficiente de importações em relação à renda. A produção industrial (I) crescia mais rapidamente que a produção total ou

QUADRO IV — *Taxas de Crescimento por Setor*
(%)

	<i>1.º período</i> <i>1947-1960</i>	<i>2.º período</i> <i>1960-1980</i>	<i>Total</i> <i>1947-1980</i>
Setor Primário	3.69	5.59	4.84
Setor Secundário	7.31	11.89	10.06
Setor Terciário	5.33	9.82	8.03
Renda Nacional	5.35	9.78	8.01
Importações + Exportações	-0.33	11.74	6.82

Fonte: *Conjuntura Econômica*, setembro 1971, v. 25 n.º 9; *Conjuntura Econômica*, fevereiro 1981, v. 35 n.º 2.

renda nacional (Y) e esta mais rapidamente que as exportações-importações (X):

$$\frac{\Delta I}{I} > \frac{\Delta Y}{Y} > \frac{\Delta X}{X} \quad (1)$$

A produção industrial (setor secundário), por sua vez, cresce mais rapidamente do que a renda nacional, porque uma característica essencial da industrialização é o crescimento industrial mais rápido do que o da produção agrícola (A) (setor primário, incluindo mineração):

$$\frac{\Delta I}{I} > \frac{\Delta A}{A} \quad (2)$$

O setor terciário, composto do comércio, dos transportes, dos serviços públicos, do sistema financeiro, dos serviços pessoais, tendia a crescer aproximadamente ao mesmo ritmo da produção nacional. O Quadro IV mostra as diferentes taxas de crescimento dos setores da economia. O Quadro V, a decorrente modificação na participação da renda dos três setores e o coeficiente de abertura externa (importações mais exportações dividido por dois e dividido pelo produto nacional interno bruto).

Através dos Quadros IV e V podemos verificar a validade das inequações (1) e (2) durante o período do modelo de substituição de importações, entre 1947 (quando começam a ser publicados regularmente dados sobre as contas nacionais brasileiras pela Fundação Getúlio Vargas) e 1960, época em que se esgota o modelo. Enquanto a indústria cresce à

taxa anual de 7,31%, o produto cresce de 5,35% e a agricultura ou, mais precisamente, o setor primário cresce a 3,69% ao ano. As exportações e as importações, por sua vez, chegam a cair nesse período, o que demonstra o caráter fortemente voltado para o mercado interno do modelo de substituição de importações. Em conseqüência, o coeficiente de abertura da economia, que era de 14,6% em 1947, cai para apenas 6,8% em 1960.

Esta industrialização substitutiva de importações foi, inicialmente, realizada quase exclusivamente por empresários locais. Nos anos trinta e quarenta (e antes também) a participação das empresas multinacionais e estatais era absolutamente secundária. É só a partir dos anos cinqüenta, quando muda de forma decisiva o padrão de acumulação no Brasil, que essas empresas terão um papel importante.

Essa mudança irá acontecer porque o modelo de substituição de importações à base da indústria nacional era intrinsecamente transitório. A redução do coeficiente de abertura externa tinha limites claros. Com o esgotamento das possibilidades de fácil substituição de importações, por volta de 1960, o coeficiente de abertura passa a crescer, alcançando 10,2% em 1980. Entrávamos em um novo padrão de acumulação orientado para as exportações: o modelo de subdesenvolvimento industrializado.

Por outro lado, como demonstrou Maria da Conceição Tavares, substituía-se a importação de determinados bens, mas, em seguida, criavam-se procuras derivadas, que implicavam importação ou gasto de divisas externas, com matérias-primas, máquinas, *royalties* e remessas de lucros das multinacionais. Em conseqüência, a carência de divisas e o

QUADRO V — Participação dos Setores na Renda (%)

	1947	1960	1980
Setor Primário	27,6	22,5	10,3
Setor Secundário	19,9	25,2	36,9
Setor Terciário	52,5	52,3	52,8
Renda Nacional	100,0	100,0	100,0
Coeficiente de Abertura	14,6	6,8	10,2

desequilíbrio externo estavam sempre rondando a economia. Some-se a isto a limitação na capacidade de poupança interna, especialmente quando, durante a segunda metade dos anos cinqüenta, com a baixa dos preços internacionais do café, começa a esgotar-se a possibilidade de transferir recursos da agricultura de exportações para a indústria; assim, teremos as bases para a penetração das multinacionais e para o desenvolvimento das empresas estatais, inaugurando-se um novo padrão de acumulação: o modelo de subdesenvolvimento industrializado.

CAPÍTULO VII

As Empresas Multinacionais

As empresas multinacionais transformam-se em um fenômeno econômico e político fundamental do nosso tempo apenas a partir dos anos cinquenta. É claro que antes já havia empresas internacionais, a começar pelas companhias mercantis dos séculos XVII e XVIII. E no século XIX e primeira metade do século XX, com a industrialização dos países centrais, as empresas internacionais transformam-se em uma ponta de lança do imperialismo que transforma a Ásia e a África em colônias políticas e a América Latina, em colônia econômica.

Essas empresas internacionais dedicavam-se ao comércio, à exploração de matérias-primas, minerais e à produção de algumas culturas tropicais, como a banana e a seringueira, destinadas sempre à exportação, nos quadros do modelo de subdesenvolvimento primário-exportador. Interessavam-se também pelos transportes ferroviários, pelos portos, pelos serviços públicos e pelas atividades bancárias, mas sempre com vistas ao comércio internacional. Havia algumas empresas industriais, mas que produziam produtos para exportação (carne enlatada, por exemplo) ou então limitavam-se a estabelecer oficinas de assistência técnica ou no máximo fábricas de montagem que facilitassem a exportação dos bens industriais pelas matrizes. A produção industrial propriamente dita estava reservada para a metrópole.

Toda a atenção estava voltada para o comércio internacional, porque era através dele que as potências imperialistas extraíam o excedente dos países periféricos. No caso das colônias políticas da África e da Ásia o processo de extração do excedente dos povos colonizados era simples. Dado o monopólio do comércio internacional detido pela metrópole, bastava estabelecer um preço para os produtos de exportação da colônia

abaixo do valor e um preço para os produtos industriais da metrópole acima do valor-trabalho. Era uma forma de tributação disfarçada, via preços, que a metrópole impunha à colônia.

No caso das colônias econômicas da América Latina, o processo era mais complexo, embora, afinal, tivesse o mesmo resultado. Os países centrais vendiam caro para o Brasil e compravam barato as coisas daqui. Os ganhos de produtividade, segundo descobriu Raul Prebisch, eram mantidos nos países centrais através da elevação dos lucros das empresas monopolistas e dos salários dos trabalhadores sindicalizados. Enquanto isso, nos países periféricos os ganhos de produtividade transformavam-se em redução de preços das mercadorias exportadas e, em conseqüência, em transferência do excedente para os países centrais. Verificava-se assim um processo de troca desigual entre países, ou seja, de deterioração dos preços dos produtos exportados pelos países produtores de produtos primários em relação aos preços dos produtos industrializados dos países centrais.

Esse era o mecanismo do velho imperialismo, no comércio internacional, para extração do excedente. As empresas internacionais auxiliavam o processo, mas não tinham o papel central: este cabia ao comércio internacional, à divisão internacional do trabalho entre países industrializados e primário-exportadores. Os países que se recusaram a participar desse “livre comércio” eram obrigados a fazê-lo pela força das armas, como aconteceu com o Japão e a China, entre outros.

A partir dos anos cinquenta, na América Latina de modo geral e no Brasil em especial, a situação muda totalmente. A crise do velho imperialismo, representada pela grande depressão dos anos trinta e pela Segunda Guerra Mundial, permitira ao Brasil iniciar sua industrialização. Para a nova potência mundial, que substituíra a Inglaterra no domínio econômico do sistema capitalista — os Estados Unidos —, era impossível pretender manter o Brasil um país agrícola, primário-exportador. Nossa vocação industrial tornara-se definitiva. Os países centrais, liderados pelos Estados Unidos, viriam eles próprios participar de nossa industrialização, ou perdiam o mercado brasileiro, pois acabaríamos nós mesmos realizando nossa industrialização, ainda que em ritmo mais lento.

O Brasil encontrava-se, no início dos anos cinquenta, em uma situação muito propícia para a entrada do capital estrangeiro. A indústria leve de bens de consumo já fora instalada pelos empresários nacionais. Algumas indústrias de matérias-primas e bens de capital também já haviam sido iniciadas por empresas brasileiras. O Estado só produzia aço em Volta Redonda além de soda cáustica (uma matéria-prima básica). Mas toda a indústria de bens de consumo durável, a começar pela indústria automobilística, além de muitas indústrias de matérias-primas (in-

sumos) e de máquinas (bens de capital), estava ainda por ser implantada.

As grandes empresas industriais dos países centrais, recuperadas da Segunda Guerra Mundial, transformadas em gigantescos empreendimentos descentralizados dentro de seus próprios países, dotadas de administrações profissionais altamente competentes e beneficiadas pelo grande avanço dos sistemas de comunicações e de transporte de pessoal (avião a jato), estavam prontas para se transformarem em empresas multinacionais industriais. Primeiro se instalam em outros países centrais, mas logo em seguida escolhem alguns países periféricos, entre os quais se destaca o Brasil, para realizarem seus investimentos internacionais.

O extraordinário avanço das empresas multinacionais em todo o mundo ia representar uma modificação estrutural na economia mundial. As empresas multinacionais são formas de organizar a produção em nível internacional, e, assim, evitar os riscos e incertezas do comércio internacional.

Em suas relações com os países periféricos, as empresas multinacionais industriais (que são historicamente as empresas multinacionais propriamente ditas, em contraste com as velhas empresas internacionais do velho imperialismo e do modelo primário-exportador) estabelecem um novo tipo de imperialismo: um imperialismo industrializante, desenvolvimentista, mas condicionador de um novo estilo de acumulação de capital, concentrador de renda, excludente, que chamaremos de modelo de subdesenvolvimento industrializado. As empresas multinacionais são agora os novos agentes desse imperialismo contraditório, que transfere o excedente para o centro, via lucros abertos e disfarçados, mas também promove o desenvolvimento interno. Esse desenvolvimento, entretanto, tende a ser profundamente perverso, à medida que as multinacionais são um dos principais fatores condicionantes de um modelo de desenvolvimento que, procurando reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro, acaba beneficiando muito poucos. Fernando Henrique Cardoso, a partir da análise desse novo imperialismo, estabeleceu as bases da chamada teoria da dependência.

É tolice, entretanto, desenvolver uma atitude exclusivamente crítica em relação às empresas multinacionais. De um lado, porque elas se constituem hoje em uma parte integrante do capital nacional. É impossível colocar suas fábricas em navios e transportá-las de volta para seus países de origem. De outro, porque um nacionalismo cego, que vê o inimigo nas multinacionais, não percebe que realmente a exploração a que está submetida a grande maioria da população brasileira, os trabalhadores, não é fruto apenas das multinacionais, mas do caráter capitalista da sociedade brasileira. É a associação da burguesia às multinacionais e aos tecnobu-

rocratas privados e estatais a base da exploração intrínseca existente na economia brasileira. Não é este ou aquele burguês, nem é este ou aquele tecnoburocrata e, certamente, não é esta ou aquela multinacional o responsável pela exploração. Esta emerge da própria natureza do capitalismo monopolista tecnoburocrático dependente brasileiro que estamos tentando descrever.

CAPÍTULO VIII

Capitalismo Estatal

A economia brasileira não é apenas capitalista monopolista; é também tecnoburocrática ou estatal. Tecnoburocrático e estatal não são termos sinônimos, mas têm muitas semelhanças. A tecnoburocracia é uma nova classe, que também poderíamos chamar de burocracia ou simplesmente classe média empregada. Existe uma tecnoburocracia privada, que trabalha para as grandes empresas, e uma tecnoburocracia estatal, civil e militar, que trabalha para o Estado e as empresas estatais em todos os seus níveis. Se queremos dar ênfase ao fato de que o capitalismo brasileiro é cada vez mais produto da intervenção do Estado, falamos em capitalismo monopolista estatal (ou de Estado). Se queremos salientar a importância crescente da tecnoburocracia, embora se trate principalmente da tecnoburocracia estatal, falamos de capitalismo monopolista tecnoburocrático.

Neste capítulo examinaremos o caráter estatal da economia brasileira.

Nos países capitalistas centrais o capitalismo desenvolve-se em quatro fases: capitalismo mercantil, capitalismo industrial competitivo, capitalismo monopolista e capitalismo monopolista estatal. O momento decisivo da passagem para o capitalismo estatal, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que podem ser considerados como países-padrão do desenvolvimento capitalista, ocorre na grande depressão dos anos trinta. Nos Estados Unidos esse processo tem inclusive um nome — o *New Deal* de Roosevelt, entre 1933 e 1940. Na Inglaterra surge a figura marcante de John Maynard Keynes, provavelmente o mais significativo economista político da primeira metade do século XX (como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx foram, respectivamente, os economistas cujas con-

tribuições para a economia política foram mais decisivas na segunda metade do século XVIII, na primeira do século XIX e na segunda do século XIX).

Keynes publica a *Teoria Geral da Moeda, do Juro e do Emprego* em 1936. A mensagem revolucionária ao nível da teoria económica ortodoxa, da qual Keynes fora anteriormente um dos mais ilustres representantes, era simples: o sistema capitalista era intrinsecamente desequilibrado, sujeito a crises profundas. A solução para reduzir a violência das crises económicas era a intervenção do Estado na economia.

Na verdade Keynes estava apenas registrando e interpretando um movimento que já estava acontecendo no sistema económico. O *New Deal* é uma política económica keynesiana antes de Keynes. O mesmo se pode dizer das compras e da queima do café pelo Estado brasileiro no início dos anos trinta. Era o Estado Regulador que surgia e passava a substituir parcialmente o mercado na regulação macroeconómica do sistema económico. Passava a ser função do Estado controlar o fluxo de investimentos e de consumo (a procura ou demanda agregada) para evitar as crises e a inflação. As crises cíclicas do capitalismo são causadas pelo surgimento de perspectivas pessimistas por parte dos empresários quanto à sua taxa de lucro futura, levando-os a reduzir o volume de investimento ou acumulação de capital. A inflação, por sua vez, seria causada, segundo a explicação keynesiana, não simplesmente por um excesso de moeda (como pretendiam os neoclássicos), mas por um excesso de procura agregada. Em ambos os casos, portanto, era essencial que o Estado controlasse os investimentos, que, por sua vez, através do mecanismo do multiplicador, determinariam a renda total, o consumo (função da renda) e a poupança. Esta deixava de determinar o investimento, como pensavam linearmente os clássicos e neoclássicos, para ser por ele determinada. Em economias caracterizadas pelo desemprego e pela capacidade ociosa, os investimentos transformavam-se na variável estratégica, e a poupança (ou os lucros, na interpretação de Kalecki) surgia como mera consequência ou resíduo. Cabia ao Estado, através da política económica, determinar o nível dos investimentos, o qual, por sua vez, determinava a taxa de poupança e o volume de lucros gerados pelo sistema económico.

É preciso, entretanto, assinalar que a emergência do Estado Regulador, responsável pelo pleno emprego e pela estabilidade dos preços, foi uma revolução, anos trinta e quarenta, principalmente para os dois países onde se iniciou o desenvolvimento capitalista: Inglaterra e Estados Unidos. Nos países de capitalismo tardio, como a Alemanha e o Japão (a França é um caso intermediário), já vimos que o capitalismo já se implantou em termos monopolistas a partir do último quantil do século

XIX. Mas o capitalismo nesses países não foi apenas monopolista, foi também estatal.

De modo geral, pode-se afirmar que quanto mais atrasado estivesse o país em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos, e quanto mais rápido tenha sido o processo de recuperação do atraso, maior foi a participação do Estado, não apenas como Estado Regulador, mas também como Estado Produtor.

O caso do Japão ilustra de maneira exemplar essa lei geral. Na segunda metade do século XIX o Japão era um país muito atrasado. Não possuía nenhuma indústria. Mas em 1868 realizou uma revolução aristocrática: restauração Meiji. Em seguida o Estado japonês organizou-se para realizar poupança forçada (extraída de uma agricultura camponesa razoavelmente próspera) e aplicá-la diretamente na industrialização. Praticamente todas as indústrias importantes do Japão, no final do século XIX e início do século XX, foram impulsionadas pelo Estado. Era o Estado Produtor que nascia. É certo que logo em seguida o Estado cedeu praticamente de graça todas suas empresas industriais para umas poucas famílias capitalistas japonesas, em grande parte de origem samurai. Isto foi possível devido ao total controle que essas famílias exerciam sobre o Estado japonês, no qual os trabalhadores não tinham a mínima participação. Mas a eficiência do Estado Produtor, do Estado Empresário, na promoção do desenvolvimento e da própria acumulação capitalista, estava demonstrada.

Ao mesmo tempo, nos países capitalistas centrais ainda, o Estado assumia de forma crescente um terceiro papel (além do de Regulador e Produtor). Transformava-se em Estado Previdenciário ou do Bem-Estar. Um número crescente de tipos de consumo era transformado em consumo social e atribuído ao Estado: é o caso da educação, da saúde, do saneamento básico, de previdência social em geral.

O Estado assume o papel de Regulador, porque, como Keynes demonstrou, a política macroeconômica era condição absoluta de um relativo equilíbrio do sistema econômico.

O Estado assume o papel de Estado do Bem-Estar porque o consumo social é mais eficiente, mais barato, portanto, do que o consumo privado. Diante da pressão dos trabalhadores por maiores salários, o consumo social é uma forma de concedê-los (é salário indireto) muito mais barata para o capitalista do que aumentar-lhes diretamente os salários. O consumo social gerenciado pelo Estado rebaixa o custo de reprodução da mão-de-obra que deve ser paga pelas empresas na forma de salários diretos.

Finalmente, o Estado assume o papel de produtor não porque seja mais eficiente do que os capitalistas privados, mas porque tem maior

capacidade de captar e concentrar o excedente necessário para a formação das grandes empresas. A eficiência dos tecnoburocratas privados que dirigem as grandes sociedades anônimas tende a ser aproximadamente a mesma que a dos tecnoburocratas estatais que administram empresas semelhantes: têm vantagens em alguns pontos e desvantagens em outros. Mas a capacidade de realizar poupança forçada do Estado e de acumular grandes somas de recursos é realmente única. Através de imposto, preços de monopólio ou de simples inflação o Estado é capaz de financiar suas próprias empresas de maneira muito mais efetiva do que os capitalistas.

A classe dominante capitalista reconhece esse fato, embora esteja sempre alertando contra os "riscos da estatização". Os capitalistas sabem ou pelo menos sentem que a intervenção do Estado na economia, inclusive como Estado Produtor, é essencial para a acumulação privada. A acumulação estatal não compete com a privada, mas a estimula. Criando grandes empresas, o Estado compra equipamentos (geralmente a alto preço) das empresas capitalistas, e vende matérias-primas ou energia a essas e outras empresas capitalistas (geralmente a baixo preço). Criando grandes bancos estatais, o Estado tem condições de financiar as empresas capitalistas a juros subsidiados.

No Brasil a industrialização só ganha impulso quando, com a Revolução de 1930, o Estado deixa de ser representante da oligarquia agrário-mercantil. No período primário-exportador, entre 1808 e 1930, o Estado Oligárquico é antiindustrializante, uma imitação mal feita do Estado liberal ou do Estado do *laissez-faire* europeu. É autoritário politicamente, e na área econômica limita-se a servir de cabide de empregos para os agregados e familiares da classe dominante agrário-mercantil.

Entre 1930 e 1960, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, instala-se o Estado Populista no Brasil. O governo passa a ser o produto de uma aliança de classes da qual participam setores não exportadores da velha oligarquia, a burguesia industrial nascente, as camadas médias tecnoburocráticas também nascentes e, como sócios minoritários, os trabalhadores urbanos. As políticas do Estado assumem então um caráter nitidamente industrializante. A siderúrgica de Volta Redonda é instalada na primeira metade dos anos quarenta, mas é só nos anos cinquenta que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobrás, as companhias hidrelétricas (que depois se subordinam ou transformam em Eletrobrás e Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) e as demais siderúrgicas começam a ser instaladas.

Através de grandes investimentos nas áreas da siderúrgica e de outras matérias-primas básicas, do petróleo, da energia elétrica e do desenvolvimento de um sistema bancário, estatal, o Estado brasileiro, ainda na última fase do período populista (anos cinquenta), estabelece

QUADRO VI — *Participação do Estado na Acumulação de Capital*
(%)

	1965	1970	1975	1978
Setor Privado	61,9	61,2	58,0	57,0
Estado	38,1	38,2	42,0	43,0
Governo	24,8	18,5	16,9	16,1
Empresas Públicas	13,3	20,3	25,1	26,9

Fonte: Henri Philippe Reichstul e Luciano Coutinho, "Tendências Recentes do Investimento Empresarial do Estado".

bases mais sólidas para a acumulação privada de capital e, portanto, para a industrialização brasileira.

A Revolução de 1964 liquida com o Estado Populista e se propõe desestatizar a economia. Mas o Estado Tecnoburocrático-Capitalista Autoritário que se instala, além de ditatorial, estava profundamente empenhado em acelerar a acumulação capitalista e garantir a expansão das organizações burocráticas públicas e privadas. Ora, para isso era essencial o aprofundamento de participação do Estado na economia. O Estado é Tecnoburocrático-Capitalista porque expressa a aliança da classe dominante burguesa com a tecnoburocracia emergente. Esta, em sua fração estatal e particularmente militar, assume o papel de classe dirigente. A burguesia é tutelada pela tecnoburocracia no plano político. No plano econômico, entretanto, a alta tecnoburocracia, ainda que satisfazendo seus próprios interesses, na forma de altos ordenados e de poder, atende principalmente aos interesses de acumulação de capital da burguesia.

Neste período, o desenvolvimento do aparato econômico estatal é extraordinário. Embora o número de empresas estatais não seja um indicador decisivo da participação do Estado na economia, é significativo assinalar que até o final dos anos cinqüenta havia no Brasil 14 empresas estatais contra 560 em janeiro de 1981. Só a partir de 1974, quando se inicia a segunda crise do capitalismo brasileiro (a primeira ocorreu entre 1962 e 1966, favorecendo o golpe de 1964), uma campanha antiestatizante da burguesia procura paralisar o desenvolvimento do Estado. O êxito dessa campanha, entretanto, foi muito limitado. As empresas estatais continuaram a crescer em número e dimensão. Só nos anos setenta foram criadas 259 empresas estatais. Em 1981, porém, já estava claro que a saída da crise só poderia ocorrer a partir de novos investimentos estatais e de maior controle do sistema econômico do Estado.

O Quadro VI apresenta a participação crescente do Estado no pro-

cesso de acumulação de capital (formação bruta do capital fixo). Essa participação que era de 38,1% em 1965 sobe para 43% em 1978.

Segundo cálculos de Carlos A. Longo, da Universidade de São Paulo, a participação do Estado no PIB, incluindo as empresas estatais, correspondia a 47,5%. Wilson Suzigan, a partir de uma amostra de 731 grandes empresas, verificou que as empresas estatais (115 na amostra) controlavam em 1974 mais da metade do patrimônio líquido total, um quarto do faturamento, um terço do lucro líquido e empregavam pouco menos de um terço da mão-de-obra. As instituições oficiais de crédito eram responsáveis por 72,2% dos financiamentos para investimentos, sendo um número provavelmente subestimado porque considerava como fonte privada de crédito os repasses de fundos do BNH pelas Sociedades de Crédito Imobiliário.

Cabe, entretanto, observar que a carga tributária (porcentagem de impostos sobre o PIB) no Brasil está longe de ser elevada quando comparada com a dos países desenvolvidos. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (*Government Finance Yearbook*, 1979), a carga tributária bruta do Brasil era 26,6% contra 31,7% nos Estados Unidos, 33,3% na Itália, 40,7% na França, 41,9% na Alemanha Ocidental, 48,6% na Suécia e 48,9% no Reino Unido. Carlos A. Longo calculou a carga tributária bruta do Brasil em 1980 em 21,9% e a líquida (excluídos os subsídios que voltam ao setor privado) em apenas 12,8% em 1980. Vale assinalar que essa carga tributária vem inclusive tendendo a baixar; em 1970 era de 15,0% e em 1975 de 14,9%.

Conclui-se, portanto, que os impostos são muito baixos no Brasil (especialmente os impostos sobre o capital). As despesas do Estado, entretanto, têm aumentado continuamente, em particular os subsídios e os investimentos. Explica-se, portanto, o crescente déficit do setor público brasileiro, que, segundo cálculos de Carlos Von Doellinger, do IPEA (Ministério do Planejamento), alcançou 5,3% do PIB em 1978, 8,1% em 1979 e 7,3% em 1980.

Tudo indica que a tendência ao aumento da participação do Estado na economia é inerente às economias capitalistas. Seja para recuperar o atraso em relação a outras, seja para não passarem a atrasar-se, não há outra alternativa senão aumentar os investimentos e as despesas de consumo social do Estado. A burguesia resiste a essa tendência, não apenas porque quer pagar menos impostos, mas também porque percebe que essa tendência, embora favorecendo-a a curto prazo, a longo prazo interessa principalmente à tecnoburocracia. Este fato explica as recorrentes campanhas contra a estatização e os planos de governos conservadores de redução de impostos e despesas públicas. Mas tudo indica que essa resistência

da burguesia terá poucas condições de êxito enquanto o Estado continuar a se revelar um eficiente captador de poupança forçada e um realizador de despesas de consumo social pelas quais o setor privado não pode responsabilizar-se.

CAPÍTULO IX

Capitalismo Tecnoburocrático

O avanço da participação do Estado na economia brasileira permite-nos falar em um capitalismo estatal ou capitalismo de Estado. Se quisermos, entretando, dar mais ênfase à emergência da classe tecnoburocrática, deveremos falar em capitalismo tecnoburocrático.

Na verdade, a formação social brasileira, como a dos demais países capitalistas da segunda metade do século XX, é mista. O capitalismo puro, competitivo e mesmo o capitalismo monopolista foram superados pelo capitalismo estatal ou tecnoburocrático. O modo de produção capitalista continua dominante, mas as manifestações do modo tecnoburocrático ou estatal de produção em emergência são claras.

Comparemos sumariamente o capitalismo puro, competitivo, com o estatismo em sua forma histórica mais pura, que é a hoje encontrada na União Soviética. No capitalismo há a generalização de mercadoria, sendo inclusive a força de trabalho reduzida a mercadoria; todas as mercadorias são trocadas de acordo com seu respectivo valor depois de devidamente transformado em preço através da equalização das taxas de lucro entre todos os setores da economia. No estatismo, os bens e a própria força de trabalho deixam de ser estritamente mercadorias à medida que o sistema de planejamento estabelece preços políticos para todos os bens e para o próprio trabalho. A lei do valor não é superada, mas sistematicamente alterada.

Em conseqüência, no modo capitalista de produção, o controle da economia, constituída por uma infinidade de pequenas empresas ou firmas, cabe ao mercado e ao sistema de preços, nos quadros da lei do valor. No modo estatal de produção o mercado torna-se secundário, e o controle da economia, constituída de grandes empresas estatais, é assumido pelo

plano, pela administração. A lei do valor não deixa de ter vigência, mas é sistematicamente alterada por um sistema planejado de subsídios e taxações, que transforma os preços em preços políticos.

Em segundo lugar, no capitalismo a relação de produção básica é o capital: a propriedade privada dos meios de produção pelo capitalista. No modo tecnoburocrático de produção desaparece a propriedade privada dos meios de produção; desaparece, portanto, o capital. Em seu lugar temos uma nova relação de produção, a organização, ou seja, a propriedade coletiva por parte dos tecnoburocratas da organização burocrática estatal, a qual, por sua vez, detém a propriedade dos meios de produção.

Em terceiro lugar, no capitalismo a forma de apropriação do excedente é a mais-valia, ou, em termos de preço, o lucro. No estatismo é preciso distinguir duas formas de apropriação do excedente: a pública, em termos de “lucro” ou excedente estatal destinado à acumulação de meios de produção (não podemos mais falar em “acumulação de capital” porque esta só pode existir quando existe propriedade privada dos meios de produção), e a apropriação privada do excedente em termos de altos ordenados diretos e indiretos para a alta tecnoburocracia estatal. Os ordenados dos tecnoburocratas não devem ser confundidos com os salários dos trabalhadores porque não correspondem ao custo de reprodução da mercadoria força de trabalho, nem podem ser relacionados diretamente com nível e aumento da produtividade, como acontece com os salários. Por outro lado, os ordenados, ou mais precisamente os altos ordenados, não podem ser confundidos com os lucros capitalistas, embora ambos pertençam ao mesmo gênero: o excedente econômico. Os lucros derivam do capital, via mecanismo da mais-valia. Os ordenados derivam da função burocrática. O lucro, dada a tendência à equalização das taxas de lucro, tendem a ser proporcionais ao volume de capital que cada capitalista possui. Os ordenados correspondem à posição hierárquica que os tecnoburocratas ocupam na organização burocrática estatal. Os altos ordenados são uma parte do excedente; os baixos ordenados dos pequenos funcionários são freqüentemente mais baixos que os salários, não apropriando qualquer excedente.

No capitalismo, nos termos de um modelo simplificado, a renda ou produto, Y , é igual aos lucros, R , mais os salários, W .

$$Y = W + R$$

No estatismo, a renda é igual à remuneração dos trabalhadores (a rigor não podemos falar em salários), D , mais os ordenados dos tecnoburocratas, O , mais o excedente estatal destinado à acumulação, G .

$$Y = D + O + G$$

O capitalismo monopolista e o capitalismo tecnoburocrático são formações sociais mistas, de transição. Aos salários dos trabalhadores e aos lucros dos capitalistas é preciso adicionar o excedente estatal e os ordenados.

$$Y = W + O + R + G$$

Este é o caso da economia brasileira. A tecnoburocracia, definida como classe porque se constitui em um imenso e crescente grupo social que se define pelas relações de produção específicas em que está inserida, apropria-se de ordenados crescentes. Mas mantém ainda uma posição subordinada em relação à burguesia e ao capital. A lógica de expansão da organização burocrática já se faz sentir no funcionamento do sistema econômico, mas a lógica da acumulação de capital ainda é dominante.

Uma classe social não deve ser confundida com uma camada. Existem camadas altas, médias e baixas na sociedade e em cada classe. As classes são grandes grupos sociais que se definem por sua inserção em relações de produção específicas e determinados modos de produção. No capitalismo há duas classes básicas: a burguesia, ou seja, os capitalistas proprietários dos meios de produção, e os trabalhadores assalariados ou proletariado. No estatismo também há duas classes: a tecnoburocracia, ou seja, os técnicos e burocratas empregados em organizações públicas e privadas, e os trabalhadores. Organizações burocráticas são as grandes empresas, as escolas, os hospitais, os sindicatos, os partidos, as igrejas e o próprio Estado, naturalmente. No Brasil, formação social mista, temos três classes básicas: a burguesia, a tecnoburocracia e os trabalhadores. A burguesia, subdividida em alta e média burguesia, é a classe dominante. Há também uma pequena burguesia, correspondente à pequena produção mercantil, constituída de pequenos proprietários que trabalham diretamente na produção ou no comércio além de eventualmente empregarem trabalhadores assalariados. A tecnoburocracia pode ser subdividida em três estratos: a alta tecnoburocracia, constituída de diretores profissionais, muito próxima em termos de poder e padrão de vida à alta burguesia; a média tecnoburocracia constituída de gerentes e técnicos, e a baixa tecnoburocracia formada pelos funcionários. A média e a baixa tecnoburocracias somadas à média e à pequena burguesia constituem a chamada "classe média", que a rigor não é classe alguma, mas um conglomerado de classes. A tecnoburocracia, no entanto, à medida que é constituída principalmente de representantes das camadas médias, pode ser chamada também de "nova classe média" ou de "classe média organizacional". Finalmente temos os trabalhadores, que também podem ser estratificados em especializados, semi-especializados e braçais. Os traba-

lhadores especializados começam a se aproximar dos padrões de consumo da “baixa classe média”.

A burguesia, enquanto classe dominante, submete a economia brasileira à lógica da acumulação de capital. A tecnoburocracia emergente, além de dar apoio à burguesia, tem seus interesses próprios e procura submeter a economia do país à lógica da expansão da organização burocrática, seja a organização privada ou estatal. Para a burguesia interessa realizar lucros e acumular capital. O objetivo da tecnoburocracia é aumentar seus ordenados e fazer crescer o número de postos burocráticos através da expansão das grandes organizações.

CAPÍTULO X

O Modelo de Subdesenvolvimento Industrializado

É no momento em que a economia brasileira chega à segunda etapa do processo de industrialização substitutiva de importações (anos cinquenta), com a entrada das empresas multinacionais, definindo no Brasil um capitalismo monopolista dependente, e com o aumento decisivo da participação do Estado, definindo um capitalismo estatal, tecnoburocrático — é nesse momento que o modelo de subdesenvolvimento industrializado assume suas principais características.

Subdesenvolvimento industrializado é o nome que melhor define o tipo de desenvolvimento contraditório, desequilibrado, excludente, mas dinâmico, que caracteriza uma série de países subdesenvolvidos que se industrializaram, alcançaram um grau intermediário de desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural, mas se conservam subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento, neste caso, não se define pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas, fundamentalmente, pelos profundos desequilíbrios que dividem a economia e a sociedade. De um lado temos uma minoria constituída de burgueses e tecnoburocratas que adotam padrões de consumo semelhantes aos dos países centrais, enquanto a massa dos trabalhadores tem um nível de vida extremamente baixo. Por outro lado, podemos também distinguir na economia um setor produtivo monopolista, onde estão as grandes empresas e o Estado moderno tecnoburocrático, utilizando tecnologia altamente sofisticada, e um setor competitivo, de pequenas e médias empresas, que inclui também as áreas tradicionais e as áreas marginais da população.

No final da Segunda Guerra Mundial e ainda nos anos cinquenta imaginava-se que a industrialização terminaria com o subdesenvolvimento. Mas no início dos anos setenta, quando o subdesenvolvimento

industrializado é definido e analisado por uma série de economistas latino-americanos (Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria Conceição Tavares, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Antônio Barros de Castro, Francisco de Oliveira, Paul Singer, João Manoel Cardoso de Mello, Edmar Bacha, Pedro Mallan, entre outros), percebe-se que a industrialização não eliminava necessariamente o subdesenvolvimento. Mantinha-o à medida que mantinha a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo em amplos setores da população.

A economia brasileira é talvez o caso mais típico de subdesenvolvimento industrializado. Sua característica fundamental é aliar altas taxas de crescimento econômico a um forte processo de concentração da renda, sem que isto represente um aumento significativo da taxa de acumulação de capital: o excedente adicional é basicamente utilizado para a compra de bens de consumo de luxo por capitalistas e tecnoburocratas.

No plano político o modelo de subdesenvolvimento industrializado corresponde ao Estado autoritário tecnoburocrático-capitalista, que se instala no Brasil a partir de 1964. Este Estado, que substitui a aliança populista do modelo de industrialização substitutiva de importações, é marcado pela unidade da burguesia mercantil e industrial (que fora quebrada no período populista) e pela aliança da burguesia com a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar, e com as empresas multinacionais. Essa aliança só começará a entrar em colapso a partir do final dos anos setenta, quando a sociedade civil, em face da crise econômica, começa a libertar-se da tutela tecnoburocrático-militar. A própria grande burguesia, que fora a grande beneficiária dessa tutela, começa a pô-la em questão, iniciando-se então o processo de abertura política.

No plano econômico, taxas de crescimento econômico elevadas, acompanhadas de salários estagnados, embora definidoras do modelo de subdesenvolvimento industrializado, não constituem novidade histórica nas fases iniciais de industrialização dos países hoje desenvolvidos. Nesses países, quando aumentava a produtividade, o excedente que se produzia em decorrência era apropriado pela burguesia para aplicar principalmente em bens de capital. É assim que se elevou a taxa de acumulação de capital, garantindo-se em seguida um desenvolvimento mais seguro do sistema econômico. Nas formações sociais estatais, especialmente na União Soviética, o processo foi o mesmo. E de forma ainda mais decidida já que o consumo da alta tecnoburocracia soviética era mais limitado do que o da alta burguesia e da aristocracia inglesas, por exemplo.

Nesses países o processo de equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas era garantido, sem necessidade de se aumentarem os salários e o consumo de bens de salário, através da produção de bens de capital e matérias-primas que produziam mais bens de capital, que produziam

mais matérias-primas e mais bens de capital, e assim por diante. Na fase inicial de industrialização a produção de bens de consumo e o total de salários aumentavam aproximadamente à mesma taxa do crescimento da população. Em conseqüência o aumento da produtividade resultava ao mesmo tempo no aumento dos lucros (ou de excedente estatal, no caso da União Soviética) e no aumento dos investimentos, I , mais do que proporcional ao aumento da renda, Y , resultando, portanto, em um aumento da taxa de acumulação de capital, I/Y .

Já no modelo de subdesenvolvimento industrializado, tratando-se de um modelo de desenvolvimento dependente, em que a pressão social ao nível da burguesia e da tecnoburocracia no sentido de reproduzir os padrões de consumo dos países centrais é muito forte, o equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas se dá através do aumento da produção (e consumo) dos bens de consumo de luxo. Da mesma forma que no caso do desenvolvimento inicial dos países centrais, os salários totais e a produção de bens de consumo básico crescem aproximadamente à mesma taxa do aumento da população, mantendo-se a taxa de salários constante. Mas a produção de bens de consumo de luxo, procurados por capitalistas e tecnoburocratas, aumentou. Produz-se mais bens de capital e mais matérias-primas não para produzir mais bens de capital e mais matérias-primas, como acontecia nas revoluções industriais dos países centrais, mas para produzir mais automóveis, mais eletrodomésticos, mais aparelhos de alta fidelidade, de forma que a taxa de acumulação não aumenta. Além disso, como a produção local de bens de capital e de produtos semi-acabados e matérias-primas necessários para a produção de bens de consumo de luxo é insuficiente, exigindo a importação de insumos e máquinas, além do pagamento de lucros e assistência técnica através das empresas multinacionais, torna-se necessário aumentar as exportações agrícolas ou então aumentar o endividamento externo. Temos assim um desenvolvimento intrinsecamente desequilibrado, no qual a primazia dada aos bens de consumo de luxo resulta em não se aumentar a taxa de acumulação de capital e em se provocar o desequilíbrio das contas externas do país.

O subdesenvolvimento industrializado caracteriza-se pela existência de dois setores: um monopolista e estatal, onde se localizam as grandes empresas, e o Estado, onde a tecnologia é sofisticada, moderna, e os mercados, oligopolistas; e um setor competitivo, constituído das pequenas e médias empresas capitalistas, dos restos de economia de autoconsumo e das populações marginais urbanas, geralmente auto e subempregadas.

Entre os dois setores tende a ocorrer uma troca desigual semelhante à que ocorre no plano internacional entre países industrializados e países primário-exportadores. As grandes empresas monopolistas, seus capita-

listas, tecnoburocratas, e uma parte de seus trabalhadores mais qualificados têm lucros, ordenados e salários mais altos do que as correspondentes remunerações no setor competitivo. Isto acontece porque as grandes empresas são capazes de conservar para si os ganhos de produtividade, não baixando os preços e sim aumentando lucros, ordenados e salários (de trabalhadores especializados) quando aumenta a produtividade. Enquanto isso as pequenas empresas e os participantes autônomos do setor competitivo transferem todos os ganhos de produtividade que eventualmente alcancem para o setor monopolista na forma de preços relativamente mais baixos de seus produtos.

Em síntese, o modelo de subdesenvolvimento industrializado é um estilo de desenvolvimento específico dos países capitalistas subdesenvolvidos que, na segunda metade deste século, alcançaram um grau intermediário de desenvolvimento de suas forças produtivas. O subdesenvolvimento industrializado é um padrão de acumulação contraditório, que alia industrialização com concentração de rendas das camadas médias para cima. Implica a reprodução dos padrões de consumo do centro por uma minoria de burgueses e tecnoburocratas e a ênfase na produção de bens de consumo de luxo. É condicionado pela entrada das empresas multinacionais que detêm a tecnologia dos bens de consumo de luxo e pelo surgimento das grandes empresas estatais. Estas empresas constituem o setor monopolista da economia, que, graças a um processo de troca desigual com o setor competitivo, se transforma no setor dinâmico e altamente lucrativo da economia. Apesar da concentração de renda, entretanto, o subdesenvolvimento industrializado não se traduz em elevação das taxas de acumulação de capital devido à ênfase dada à produção e ao consumo dos bens de luxo.

CAPÍTULO XI

Acumulação e Desenvolvimento

O modelo de subdesenvolvimento industrializado torna-se vigente no Brasil a partir dos anos cinqüenta. Ao contrário do modelo de substituição de importações, que vigorava a partir de 1930, este novo padrão de acumulação modifica profundamente a pauta de exportações do país. O Brasil, que sempre fora uma economia primário-exportadora, passa a exportar cada vez mais produtos manufaturados. Durante os anos setenta as exportações de manufaturados e semimanufaturados já eram superiores às exportações de produtos primários no Brasil, representando 51,9% das exportações totais em 1980. Considerando-se apenas as exportações de manufaturados (excluídos os semimanufaturados), o crescimento foi também extraordinário: em 1968 representavam apenas 9,3% e em 1980 alcançaram 42,0% das exportações totais do país.

Na verdade, a economia brasileira, que nos anos trinta acelerava seu processo de industrialização via substituição de importações, nos anos cinqüenta, com a entrada das multinacionais e a intervenção crescente do Estado, dá um salto qualitativo. Desenvolve-se de maneira explosiva e ao mesmo tempo aprofunda os desequilíbrios e a concentração da renda.

Uma forma simplificada de abordar essas transformações é comparar a industrialização do modelo de substituição de importações, na forma que se apresentava durante os anos trinta e quarenta, com a industrialização baseada no modelo de subdesenvolvimento industrializado, a partir dos anos sessenta (deixando-se os anos cinqüenta como um período de transição).

No modelo de substituição de importações a tecnologia industrial era simples e trabalho-intensiva, as empresas relativamente pequenas (atividades sem grandes economias de escala). No modelo de subdesen-

volvimento industrializado a tecnologia é complexa e capital-intensiva, as empresas são muito maiores.

O setor dinâmico na velha industrialização é o de bens leves de consumo (Departamento II); na nova industrialização o comando do processo industrial cabe ao setor de bens duráveis de consumo (Departamento III) e, na segunda metade dos anos setenta, quando o modelo começa a esgotar-se e a entrar em crise, ao setor de bens de capital (Departamento I).

A liderança empresarial na primeira etapa cabe a empresários nacionais; na segunda às empresas estatais e multinacionais.

O modelo de substituição de importações é voltado para dentro. As exportações entram em estagnação e a pauta de exportação permanece inalterada, primário-exportadora. O coeficiente de importações (importações em relação ao produto) cai sistematicamente. Apenas a pauta de importações se altera: o Brasil deixa de importar bens de consumo para importar bens de capital e matérias-primas. Já no modelo de subdesenvolvimento industrializado a economia volta-se para fora. As exportações crescem e se diversificam. O país transforma-se em exportador crescente de manufaturados, ultrapassando definitivamente a fase primário-exportadora. O coeficiente de importações cresce ainda que moderadamente.

Em ambos os modelos de industrialização a renda se concentra, mas concentra-se muito mais no segundo padrão de acumulação. A razão básica para isto é simples. No modelo de substituição de importações era possível favorecer a industrialização também via transferência de renda do setor exportador (café principalmente), enquanto no modelo de subdesenvolvimento industrializado, esgotada a possibilidade do confisco cambial sobre o café devido à queda dos preços internacionais a partir de 1954, só passava a ser possível extrair renda dos trabalhadores via mais-valia absoluta e relativa.

Os dois modelos levaram ao desequilíbrio externo e à inflação. Os dois modelos favoreceram a acumulação em detrimento dos salários dos trabalhadores. Mas nem em um nem em outro a taxa de acumulação cresceu de maneira decisiva, porque o departamento propulsor do desenvolvimento era sempre produtor de bens de consumo: não duráveis no primeiro caso, duráveis no segundo. Apenas no final do modelo de subdesenvolvimento industrializado, em meados dos anos setenta, a liderança industrial passou para a indústria de bens de capital sob encomenda e para as empresas estatais, mas nesse momento o modelo já estava em crise.

O fato de a taxa de acumulação de capital (formação bruta de capital fixo) ter alcançado 26,8% em 1975, conforme se pode ver pelo Quadro VII, deve-se mais ao aumento da utilização de poupança externa

QUADRO VII — *Taxas de Acumulação e Desenvolvimento*

<i>Anos</i>	<i>Taxa de Acumulação de Capital</i>	<i>Taxa de Poupança Externa</i>	<i>Taxa de Crescimento do PIB</i>
1970	21,7	1,3	8,3
1971	22,5	2,8	12,0
1972	22,7	2,2	11,1
1973	23,4	1,9	14,0
1974	24,9	5,2	9,5
1975	26,8	4,6	5,6
1976	26,6	3,7	9,7
1977	24,9	2,1	5,4
1978	25,2	3,3	4,8
1979	24,7	4,2	6,7
1980	24,3	4,5	7,9

Obs.: 1) Taxa de Acumulação de Capital = Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Nacional Bruto.

2) Taxa de Poupança Externa = Saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente/Produto Nacional Bruto.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*, janeiro/82.

(via déficits na balança de transações correntes e conseqüente financiamento externo) do que a um efetivo aumento de poupança.

De qualquer forma, apesar de todos os desequilíbrios que iremos examinar, é preciso não subestimar o extraordinário processo de desenvolvimento econômico por que passou o Brasil nos últimos cinquenta anos.

O Brasil não foi capaz de criar aqui uma sociedade mais justa, mas sem dúvida criou uma sociedade mais capitalista e mais desenvolvida. Até 1930 o Brasil era um país agrícola. Entre 1930 e 1960 industrializou-se via substituição de importações. Depois de 1960 desenvolveu um parque industrial poderoso, integrado e tecnologicamente sofisticado.

Taxas de crescimento em torno de 7% ao ano permitiram um grande aumento na produção por habitante, embora a taxa de crescimento da população também fosse excessivamente grande.

É importante, entretanto, assinalar que, enquanto a taxa de crescimento da produção se mantinha aproximadamente naqueles níveis, a taxa de crescimento da população reduzia-se devido principalmente à diminuição da taxa de natalidade. De fato, a taxa de crescimento anual da população caiu de 2,99% nos anos cinquenta e 2,89% nos anos quarenta para 2,49% nos anos setenta. Esta redução foi possível porque a taxa de

natalidade, que era de 43,2 por mil nos anos cinquenta caiu para 33,0 por mil nos anos setenta, enquanto a taxa de mortalidade caía menos acentuadamente de 14,2 por mil para 8,1 por mil. A diferença entre essas duas taxas resulta no aumento da população. A diminuição da natalidade deveu-se principalmente ao processo de urbanização, já que as famílias urbanas tendem a ter menos filhos. Em 1940 apenas 37,2% da população brasileira era urbana, enquanto em 1980 essa porcentagem já alcançava 67,6%. Mas deveu-se também ao surgimento de uma camada média urbana, que também limita o número de seus filhos. O Quadro VIII resume a evolução da população brasileira.

Em consequência desse aumento de renda por habitante, apesar de toda a concentração de renda e da marginalização de uma parcela ponderável da sociedade, não há dúvida que houve acumulação e desenvolvimento.

Novas classes e novas ideologias surgiram. A burguesia mercantil e latifundiária foi substituída aos poucos pela burguesia industrial, primeiro na liderança do processo econômico e mais tarde (presentemente) na direção do processo político. Ao nível das camadas médias, ao lado da pequena burguesia, surgiu uma nova classe, a tecnoburocracia. A classe operária cresceu, diversificou-se, assumiu crescente consciência política.

E o processo político, que era oligárquico e cartorial até 1930, transformou-se em populista a partir de então, mas no final dos anos setenta, depois de um interregno autoritário, havia claras indicações de que o país caminhava para uma política de caráter ideológico.

QUADRO VIII — *Evolução da População Brasileira*

<i>Ano</i>	<i>População (1 000 hab.)</i>	<i>Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)</i>	<i>Natalidade por mil habitantes</i>	<i>Mortalidade por mil habitantes</i>
1872	9 930	—	—	—
1890	14 334	2,01	—	—
1900	17 438	1,98	—	—
1920	30 636	2,88	—	—
1940	41 165	1,49	—	—
1950	51 942	2,39	44,4	20,9
1960	70 070	2,99	43,2	14,2
1970	93 139	2,89	38,7	9,8
1980	119 099	2,49	33,0	8,1

Fonte: IBGE.

Obs.: As taxas referem-se aos intervalos entre as datas dos censos.

Em todo esse período assistimos à transformação do Brasil em uma economia em que o processo de acumulação de capital torna-se endógeno e cíclico. A dinâmica do processo, que no período primário-exportador vinha de fora, passa a vir de dentro. Embora a economia permaneça fortemente integrada e dependente do sistema capitalista internacional, no qual o Brasil já figura como o oitavo mercado em dimensão, o clássico processo de acumulação, sobre-acumulação e crise passa a depender basicamente da própria dinâmica interna da economia brasileira.

CAPÍTULO XII

Pequena Formalização do Modelo

Os mecanismos de concentração da renda com manutenção da taxa de acumulação e de troca desigual entre o setor monopolista e o competitivo que caracterizam o subdesenvolvimento industrializado poderão ser mais bem compreendidos se construirmos um modelo simplificado do sistema econômico brasileiro.

A economia produz três tipos de bens finais em três departamentos: bens de produção ou de capital, J, produzidos pelo Departamento I; bens de consumo dos trabalhadores ou bens de salários, B, produzidos pelo Departamento II; bens de consumo de luxo, V, produzidos pelo Departamento III. Os bens intermediários estão incluídos nos departamentos produtores de bens finais, principalmente no Departamento I.

Temos três classes sociais: os capitalistas, que recebem lucros, R, e os gastam em investimentos I (compra de bens de produção) e em consumo de luxo, C_v ; os tecnoburocratas, que recebem ordenados, O, nada poupam, logo não investem, e consomem bens de consumo de luxo, C_v , os trabalhadores, que recebem salários, W, também nada poupam e consomem bens de salário, C_B .

A produção nacional, Y, pode ser definida:

em termos de renda ou de rendimentos, Y_y ,

$$Y_y = R + O + W$$

em termos de produto (oferta), Y_p ,

$$Y_p = J + V + B$$

em termos de despesa ou gasto (procura), Y_d ,

$$Y_d = I + C_v + C_b$$

Em termos de produto, podemos também afirmar que a produção nacional é igual à produção do setor monopolista, M , e do setor competitivo, T . Podemos, ainda, em nosso processo de simplificação, imaginar que o setor competitivo produz apenas bens de salário, enquanto o setor monopolista produz apenas bens de consumo de luxo e bens de capital.

$$T = B$$

$$M = J + V$$

Em nosso modelo, sempre para simplificar, o Estado está incluído como produtor nos três departamentos e compra os três tipos de bens através de lucros, ordenados e salários que são considerados antes do pagamento dos impostos diretos e indiretos. Caso quiséssemos incluir explicitamente o Estado não haveria qualquer dificuldade. Complicaria apenas o modelo. O importante a assinalar é apenas que o Estado, enquanto comprador (parte da demanda agregada) compra muito mais bens de capital e bens de consumo de luxo do que bens de salário, quando comparado com o Estado dos países capitalistas centrais, mais orientados para despesas de consumo social.

Quanto ao comércio exterior, ele está excluído do modelo apenas como medida simplificadora. Veremos mais adiante, entretanto, que o desequilíbrio externo é uma constante no modelo de subdesenvolvimento industrializado. Por outro lado o comércio exterior serve de instrumento equilibrador adicional entre a oferta e a procura agregadas nos quadros do processo de concentração de renda que é peculiar ao subdesenvolvimento industrializado, à medida que possibilita a exportação de bens de salário, que os trabalhadores não têm poder aquisitivo para comprar, e a importação dos bens de consumo de luxo e bens de capital destinados à tecnoburocracia e à burguesia.

O equilíbrio estático deste modelo está garantido, no setor competitivo, à medida que a produção de bens de salário, B , é igual aos salários, W , que, por sua vez, são iguais ao consumo desses bens, C_b :

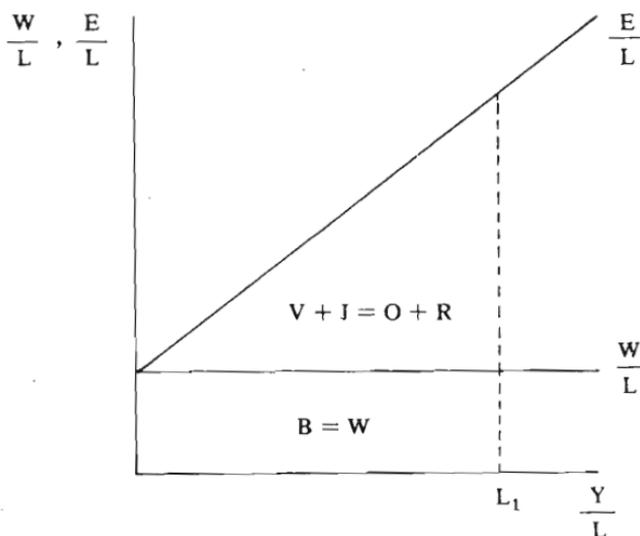
$$\textcircled{B} = \textcircled{W} = \textcircled{C_b}$$

No setor monopolista o equilíbrio macroeconômico é garantido à medida que a produção de bens de consumo de luxo, V , mais a produção de bens de capital, J , é igual ao excedente constituído pela soma de lucros,

R, mais ordenados, O, que, por sua vez, são iguais ao consumo de bens de luxo, C_v , e aos investimentos, I:

$$\textcircled{V + J} = \textcircled{O + R} = \textcircled{C_v + I}$$

O equilíbrio dinâmico do modelo e o processo de concentração de renda, privilegiando a acumulação de capital e principalmente o consumo de bens de luxo, podem ser descritos no Gráfico I, em que, na ordenada, temos a taxa de salários, W/L , em que L é o emprego ou o número de trabalhadores (neste modelo de equilíbrio estamos em pleno emprego, de forma que não é necessário distinguir número de trabalhadores de número de trabalhadores empregados), e o volume de excedente ($E = O + R$) por trabalhador, E/L , apropriado por capitalistas e tecnoburocratas. Na ordenada temos a produtividade ou produção por trabalhador, Y/L .



Vemos por esse gráfico que, à medida que cresce a produtividade, a taxa de salários permanece constante. O volume de salários e o volume de bens de consumo dos trabalhadores cresce na proporção em que cresce a população e, portanto, o emprego. Por outro lado, todo o aumento de produtividade transforma-se em excedente apropriado por capitalistas e tecnoburocratas, na forma de lucros e ordenados, utilizados principalmente no consumo de bens de luxo e secundariamente em investimentos.

Este processo dinâmico de concentração de renda pode ocorrer dentro de um relativo equilíbrio entre oferta e procura agregadas, porque

a elevação dos ordenados e dos lucros corresponde ao aumento da produção de bens de consumo de luxo realizada pelo Departamento III; e porque os bens de salário que excedam o consumo "necessário" dos trabalhadores podem ser exportados. Esse equilíbrio perverso será possível à medida que os trabalhadores, desorganizados política e sindicalmente, não tenham capacidade de reivindicar com efetividade maiores salários, e à medida que a existência de um setor monopolista e um setor competitivo permita ao primeiro realizar uma troca desigual com o segundo, garantindo às suas empresas maiores lucros e aos seus tecnoburocratas altos ordenados.

O equilíbrio, entretanto, é precário, não apenas por motivos políticos, mas também porque a taxa de acumulação não tende a crescer, dada a prioridade atribuída à produção de bens de consumo de luxo, ou seja, ao Departamento III da economia, em detrimento dos Departamentos I e II, e porque o desequilíbrio externo está sempre rondando esse tipo de economia. O próprio desequilíbrio externo, por sua vez, é função em grande parte desta ênfase dada ao Departamento III, cujos bens, além de representarem consumo improdutivo, possuem um alto coeficiente de importação.

CAPÍTULO XIII

Altos Lucros e Ordenados, Baixos Salários

Os salários são em geral muito baixos na economia brasileira. A explicação conservadora para o fato é simples: os salários seriam baixos porque a produtividade é baixa, porque o país é pobre.

Esta explicação é obviamente incorreta porque absolutamente parcial. De fato, os salários no Brasil não podem ser tão elevados quanto, por exemplo, na Suécia, já que a produtividade é ali muito maior. Mas poderiam ser muito maiores se a taxa média de lucros e a taxa de ordenados fossem menores. No Brasil, conforme o Quadro IX demonstra, a taxa de salários é muito baixa, mesmo quando comparada com a de outros países subdesenvolvidos, em que a renda por habitante é menor que a brasileira.

Para a taxa de ordenados não existem estatísticas, mas os diferenciais entre os mais baixos salários e os "salários" mais altos, que de fato são ordenados, somados aos lucros (afinal ordenados e lucros constituem o excedente nos países subdesenvolvidos), podem ser parcialmente inferidos a partir de uma comparação entre as porcentagens da renda controladas pelos mais ricos e pelos mais pobres em diversos países (Quadro X). O ideal seria sabermos o diferencial entre os ordenados de tecnoburocratas médios (engenheiros, por exemplo) e trabalhadores de salário mínimo. Certamente no Brasil o diferencial é muito maior do que na maioria dos países. Enquanto no Brasil um executivo médio (gerente de uma grande empresa) ganhava em meados de 1981 cerca de 250 mil cruzeiros, o salário mínimo no Brasil era de Cr\$ 8.464,80. Isto nos dá uma relação de cerca de 30 para 1. Se tomássemos os ordenados dos altos executivos, essa relação seria superior a 100. Já em outros países, tomando novamente os salários dos executivos médios, teríamos, ao invés de 30 para 1, relações muito mais baixas. Os dados a esse respeito são imprecisos, inclusive porque é difícil

Quadro IX — *Salário Mínimo e PIB por Habitante em Alguns Países da América Latina*

	<i>Salário Mínimo (cruzeiros)</i>	<i>PIB anual por habitante (dólares)</i>	<i>Salário Mínimo PIB mensal por habitante</i>
Colômbia	8.528,80	789	1.70
Argentina	13.688,62	2.086	1.03
Venezuela	15.938,37	2.464	1.02
Panamá	9.549,21	1.526	0.99
Uruguai	10.192,12	1.759	0.91
Chile	8.881,98	1.784	0.78
Peru	4.316,94	1.006	0.67
Brasil*	8.464,80	1.973	0.67
Brasil	5.788,80	1.973	0.46

Fonte: DIEESE.

(*) Os dados referentes aos salários mínimos referem-se a março. Entretanto, como o salário mínimo foi reajustado em maio de 1981 no Brasil, aparecem as duas cotações. Apesar de um aumento de 46,2%, a posição relativa do Brasil não se altera.

saber qual o grupo de executivos que estamos tomando como parâmetro, e o próprio salário mínimo é mais ou menos representativo do salário-base dos trabalhadores. De qualquer forma, essa solução, que no Brasil estimamos em 30 para 1, seria em países como a França e o Japão de aproximadamente 12 para 1, enquanto em países capitalistas de renda mais bem distribuída, como a Inglaterra e os países escandinavos, teríamos uma relação de cerca de 5 para 1. Os Estados Unidos encontrar-se-iam em uma situação intermediária. Já nos países estatais ou de economia planejada teríamos uma relação de 2 a 3 para 1, excluindo aqui, como nos demais casos, os ordenados excepcionais. Estas estimativas são razoavelmente coerentes com os dados do Quadro II, que apresentamos no início deste livro, em que os países aparecem ordenados segundo a maior concentração de renda nos 20% mais ricos. O Brasil é um dos países de renda mais concentrada. Isto só é possível quando não apenas os ordenados dos altos tecnoburocratas, mas também e principalmente os lucros dos capitalistas são muito elevados em relação ao salário-base ou à taxa de salários.

Os salários são baixos no Brasil, portanto, não apenas porque a produtividade média da economia é baixa, mas porque os ordenados dos tecnoburocratas são, relativamente aos salários, muito altos. Resta saber o que ocorre com a taxa de lucros. Ela também é alta no Brasil? Para

responder a esta pergunta é preciso comparar a taxa de lucro, ou seja, o lucro sobre o capital, no Brasil com a dos outros países capitalistas avançados. Essa comparação não é fácil porque a taxa de lucro varia não só de empresa para empresa, mas também de período para período, dependendo da fase do ciclo econômico. De modo geral, entretanto, pode-se afirmar que a taxa de lucro no Brasil é em média entre 50 e 100% mais alta do que nos Estados Unidos. Enquanto as taxas de lucro naquele país giram em torno de 10 a 12%, no Brasil estavam em volta de 15 a 20%. Recentemente estas taxas caíram no Brasil devido à crise econômica, mas também nos Estados Unidos estão caindo. Os salários, portanto, são baixos no Brasil também porque os lucros são altos.

Por outro lado, o processo concentrador da renda ainda não terminou no Brasil. Conforme demonstra o Quadro X, entre 1960 e 1980 houve um forte processo de concentração da renda no país. Os 50% mais pobres, que controlavam 17,4% da renda pessoal no Brasil em 1960 (o que já era muito pouco), passaram a controlar 12,6% em 1980.

Vale a pena observar, por outro lado, que essa concentração de renda tem também um componente racial. Existe um mito de que no Brasil não existe preconceito de cor. Na verdade, o que existe é uma grave discriminação econômica e social contra os negros e mestiços. Nos termos do Censo de 1980, enquanto 24,1% da população branca economicamente ativa recebia até um salário mínimo, para os negros essa porcentagem era de 46,9% e para os "pardos" 43,7%.

Todos esses dados deixam claro que os salários são baixos no Brasil não apenas porque a produtividade é baixa, mas porque os lucros e os ordenados são excessivamente elevados.

QUADRO X — *Distribuição da Renda no Brasil*
(%)

<i>Camadas da População</i>	<i>Participação na Renda de Salários</i>		
	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
20% mais pobres	3,9	3,4	2,8
50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
5% mais ricos	28,3	34,1	37,9
1% mais rico	11,9	14,7	16,9

Mas por que a concentração de renda é tão grande na economia brasileira? Por que trabalhadores arcam com todo o ônus do subdesenvolvimento, enquanto os tecnoburocratas e capitalistas aumentam sistematicamente seu consumo de bens de luxo e mantêm relativamente estagnada a taxa de investimentos produtivos?

Isto é possível na economia brasileira porque aqui, ao contrário do que acontece nos países capitalistas desenvolvidos, a força de trabalho continua a ser exclusivamente ou quase uma mercadoria. Logo seu preço deve corresponder ao nível de subsistência, ou seja, ao custo de reprodução da força de trabalho. Nos países desenvolvidos os trabalhadores conseguiram mudar essa situação à medida que se organizaram em partidos de esquerda (social-democratas e comunistas) e que se estruturaram sindicalmente. Sua força de trabalho já não é mais estritamente uma mercadoria. No Brasil esse processo está ainda em embrião. A teoria dos economistas clássicos sobre os salários continua plenamente vigente.

Durante os períodos colonial e primário-exportador formou-se no Brasil uma população de grandes dimensões vivendo em nível de subsistência em unidades agrícolas de produção mercantil simples ou em grandes latifúndios, ambos relativamente auto-suficientes. O clima tropical, rebaixando o custo de reprodução da mão-de-obra, facilitou esse processo de aumento populacional. A imigração na segunda metade do século XIX e, em seguida, o aumento das taxas de crescimento populacional, em função da redução das taxas de mortalidade (resultado principalmente dos avanços da medicina preventiva), produziram uma enorme massa de trabalhadores que vivem fora do setor especificamente capitalista da economia. Esta é uma das bases do nosso subdesenvolvimento e dos baixos salários vigentes no Brasil.

A industrialização, que se acelerou a partir dos anos trinta, começou a absorver de forma altamente dinâmica esse excesso relativo de população, apesar da tendência à utilização de técnicas modernas intensivas em capital e poupadoras de força de trabalho. Essa absorção, entretanto, não tem sido suficientemente rápida, dada a grande dimensão da população que vive à margem das atividades organizadas em moldes especificamente capitalistas: o latifúndio mercantil, a pequena produção mercantil urbana e rural e a imensa massa de trabalhadores urbanos que operam no mercado informal de trabalho.

Em conseqüência, existe ainda na economia brasileira, no campo e nas cidades, uma ampla porcentagem de trabalhadores subempregados ou de desempregados disfarçados. Esses trabalhadores operam principalmente no chamado mercado informal de trabalho, constituído de trabalhadores autônomos ou de assalariados na pequena produção mercantil de caráter familiar. Paulo Renato Souza calculou em cerca de 18% a força de

trabalho não agrícola empregada em atividades não organizadas como empresas. Por outro lado, segundo a PNAD 1977 a proporção dos ocupados com rendimentos inferiores ao salário mínimo no Estado de São Paulo era de 20%. Esse imenso número de subempregados, além dos desempregados abertos, constituem-se em um exército industrial de reserva e em uma permanente oferta ilimitada de força de trabalho. Em conseqüência, torna-se muito difícil para os sindicatos organizarem-se.

Mas esta dificuldade multiplica-se dado o caráter autoritário, subordinado ao Estado, da estrutura sindical brasileira implantada nos anos trinta. O sindicato único, reconhecido pelo Estado, o imposto sindical, a proibição, na prática, da greve, a possibilidade de intervenção do Estado no sindicato quando este se torna incômodo — todos esses dispositivos de caráter repressivo (ou então que visam subornar os dirigentes sindicais e os próprios trabalhadores, como é o caso do imposto sindical obrigatório) enfraquecem sobremaneira os sindicatos, fazem com que eles sejam na maioria das vezes dirigidos por “pelegos”, ou seja, por dirigentes sindicais a serviço da classe capitalista.

A organização sindical permanece, portanto, sem embrião no Brasil, embora na Grande São Paulo comece a se tornar significativa, principalmente junto às grandes fábricas da indústria automobilística, em São Bernardo. Da mesma forma, e por razões que escapam ao âmbito deste livro, os trabalhadores brasileiros ainda não conseguiram organizar-se politicamente em torno de um partido socialista ou social-democrata. E muito menos alcançar o poder juntamente com frações de burguesia, nos quadros de um partido social-democrata, ao contrário do que já ocorreu nos países escandinavos, na Inglaterra, na Alemanha.

Nestes termos, de um lado a fraqueza da organização sindical e dos partidos socialistas brasileiros e, de outro, a repressão do Estado associado à burguesia reduzem a força de trabalho a mera mercadoria, nos termos do capitalismo clássico, e mantêm os salários em um nível muitas vezes subumano.

O Salário mínimo constitui uma base em torno da qual giram os demais salários dos trabalhadores no Brasil. Por isso é correto utilizar o salário mínimo como principal elemento para a análise da evolução dos salários no país. Ainda em 1978 60% dos trabalhadores ganhavam até 2 salários mínimos. Grande parte dos salários e a própria remuneração dos trabalhadores do setor informal giram em torno do salário mínimo.

Entretanto, é preciso admitir que um número crescente de trabalhadores vem recebendo mais do que o salário mínimo. Em conseqüência, o salário médio tende a ter uma evolução mais favorável do que a evolução do salário mínimo. Os defensores do governo e da política salarial oficial tendem a dar maior ênfase a este fato; seus críticos preferem ater-se à

QUADRO XI — Índices de Salário Mínimo, Médio e Produtividade
(1957 = 100)

<i>Ano</i>	<i>Salário Mínimo Real</i>	<i>Salário Médio Real</i>	<i>PIB Per Capita</i>
1940	79.9		58.5
1952	80.5		86.2
1953	66.3		85.8
1954	80.6		91.7
1955	90.5		95.1
1956	95.8		95.3
1957	100.0	100.0	100.0
1958	87.0	105.1	104.6
1959	97.4	95.9	107.2
1960	81.8	102.0	114.2
1961	90.9	107.1	122.4
1962	83.0	107.1	125.3
1963	73.1	109.2	123.6
1964	75.4	105.1	123.7
1965	72.4	100.0	123.4
1966	62.0	93.9	124.5
1967	58.7	90.8	126.9
1968	57.4	93.9	137.1
1969	55.2	95.9	146.5
1970	56.2	96.9	154.9
1971	53.8	100.0	170.8
1972	52.8	104.1	185.6
1973	48.4	109.2	205.7
1974	44.4	109.2	219.7
1975	46.4	117.8	232.3
1976	46.1	123.3	259.1
1977	48.0	131.6	269.8
1978	49.5	142.7	280.6
1979	50.8	149.3	303.1
1980	52.5	144.8	312.4

Obs.: O índice de salário mínimo inclui o 13º salário a partir de 1962. O índice de salário médio real corresponde à média de 18 sindicatos em São Paulo entre 1957 e 1974. (Fonte: Bacha e Taylor, *Models of Growth and Distribution for Brazil*, Washington, World Bank, 1980.) A partir de 1975 a fonte é FIBGE, salários da indústria de transformação. Todos os índices foram deflacionados pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE.

evolução do salário mínimo. É certo que os salários médios são inclusive distorcidos porque geralmente incluem ordenados dos tecnoburocratas. Mas, apesar dessa restrição, não há dúvida de que o salário mínimo,

embora continue fundamental, vem perdendo parte de sua importância na determinação dos salários dos trabalhadores. O Quadro XI mostra a evolução do salário mínimo e do salário médio no Brasil. Enquanto o salário mínimo apresenta uma tendência declinante, o salário médio cresce. Mas a produtividade, expressa no índice de produto por habitante, cresce mais ainda, mantendo assim a tendência à concentração de renda. A tendência declinante do salário mínimo interrompe-se em 1974. O crescimento do salário médio é especialmente significativo a partir de 1972. A produtividade cresce continuamente durante todo o período, explicando, quando comparada com os outros dois índices, a contínua concentração da renda.

Vemos, portanto, que a partir, aproximadamente, de 1975, quando o modelo de subdesenvolvimento entra em crise, em função do colapso do "milagre econômico" 1967-1973, começa a ocorrer uma mudança no comportamento da evolução dos salários no Brasil. O salário mínimo, que vinha sendo reduzido até então, aumenta ligeiramente. O salário médio também passa a crescer a taxas maiores, embora inferiores à produtividade. A partir de 1979 uma nova lei salarial estabelece uma redistribuição entre salários e ordenados, favorecendo os salários mais baixos. A classe média tecnoburocrática será a principal prejudicada por essa lei, mas os capitalistas pagariam também alguma coisa.

Esta mudança foi fruto das contínuas derrotas eleitorais do Governo nas eleições majoritárias, a partir de 1974, e do avanço da organização sindical propiciado pela abertura política a partir de 1977.

A crise econômica e política que então se desencadeia poderá ser eventualmente o sinal do esgotamento do modelo de subdesenvolvimento industrializado e do seu respectivo padrão de acumulação. Mas, mais provavelmente, a relativa abertura política e social que então ocorre é fruto de uma estratégia das classes dominantes (burguesia e tecnoburocracia) para apaziguar a classe trabalhadora e legitimar sua dominação. Afinal, o grau de "concessões" dos capitalistas e de seu Estado aos trabalhadores dependerá da capacidade deste de reivindicação política e sindical.

Os dados do Censo de 1980, apresentados no Quadro X, mostraram que as mudanças ocorridas a partir de 1975 não chegaram a mudar a tendência à concentração da renda. Esta continuou a aprofundar-se. É possível prever, entretanto, que esse processo de concentração deve estar esgotando suas virtualidades, seja devido à pressão popular e sindical, seja devido à necessidade de ampliação dos mercados. A política salarial iniciada em 1979 com a nova lei de salários é uma indicação nesse sentido.

CAPÍTULO XIV

Desequilíbrios Regionais

O subdesenvolvimento industrializado que define a economia brasileira não é caracterizado nem por pobreza generalizada, nem por baixo nível tecnológico e reduzida produtividade do trabalho em todos os setores da economia, mas por quatro profundos desequilíbrios estruturais: (1) a concentração de renda, ou seja, os altos lucros e ordenados e os baixos salários, que acabamos de examinar; (2) os desequilíbrios regionais; (3) o desequilíbrio entre a indústria e a agricultura; e (4) o desequilíbrio entre o setor monopolista e estatal e o setor competitivo da economia brasileira. Todos esses desequilíbrios são interdependentes. E é claro que poderiam ser mencionados outros, como, por exemplo, o contraste entre o capital mercantil decadente e o capital industrial em expansão. Mas, se enumerarmos uma série muito grande de desequilíbrios, acabaremos repetindo a análise sob ângulos diferentes. E nesse processo poderemos afinal perder de vista que o desequilíbrio básico está no monopólio dos meios de produção e da técnica por uma minoria de capitalistas e tecnoburocratas.

Examinaremos neste capítulo os desequilíbrios regionais, dando ênfase ao problema do Nordeste. A diferença de riqueza entre o Sul e o Nordeste brasileiro é um fenômeno conhecido, que pode ser avaliado pelos dados do Quadro XII. Vemos por esse quadro que o Nordeste perdeu posição relativa em relação ao Brasil como um todo não apenas em termos de renda interna e de população, mas também (e este é o fato mais significativo) em termos de renda interna por habitante. Houve, sem dúvida, crescimento econômico no Nordeste, mas o desenvolvimento no restante do país foi claramente maior apesar de todas as tentativas de se transferir renda para o Nordeste via SUDENE.

No início da colonização o Nordeste foi o centro do capitalismo

QUADRO XII — *Posição Relativa Nordeste/Brasil*
(%)

<i>Variável</i>	1949	1959	1970	1978 ¹
Renda Interna	13,9	14,4	11,6	10,4
População	34,6	31,6	30,3	29,6
Renda Interna por Habitante	40,2	45,6	38,3	35,1

Fontes: FGV — Contas Nacionais; IBGE — Censos Demográficos.

(1) Estimativa.

mercantil brasileiro, mas a partir do século passado o café e depois a industrialização produziram um diferencial de renda a favor do Sul, e particularmente de São Paulo, considerável.

No final dos anos cinquenta o fenômeno foi identificado e foi criada a SUDENE para resolvê-lo. Estava claro então que era necessário industrializar também o Nordeste e ao mesmo tempo realizar a reforma agrária, além de dar melhores condições para o desenvolvimento da agricultura. Para isto seria preciso liquidar com o latifúndio mercantil ainda absolutamente dominante.

Em 1930 o problema fundamental do Sul era substituir o capital mercantil, especulativo, pelo capital industrial, produtivo; em 1960 era idêntico o problema básico do Nordeste.

Passados vinte anos costuma-se dizer que a SUDENE falhou, que não resolveu os problemas do Nordeste. Esta é uma visão parcial do problema. Se “resolver os problemas do Nordeste” significava equipará-los, ou quase, ao Sul, ou então reduzir drasticamente os diferenciais de renda, é claro que isto não aconteceu. Nem podia acontecer. O papel da SUDENE foi o de interromper o processo de agravamento das diferenças regionais, não de eliminá-lo.

É certo, entretanto, que houve uma mudança fundamental nos objetivos e métodos da SUDENE em relação àqueles propostos por seu idealizador e primeiro superintendente, Celso Furtado. Este órgão deveria ser um instrumento de repasse de fundos públicos para a economia nordestina, com a participação dos governadores dos respectivos Estados. Na verdade, através do artigo 34/18, que estabelecia incentivos, na forma de dedução do imposto de renda, para as empresas que realizavam investimentos no Nordeste, a SUDENE transformou-se no veículo da transferência de capital industrial do Sul para o Nordeste. As empresas do Sul passaram a instalar filiais no Nordeste usando a mesma tecnologia do Sul, fortemente capital-intensiva, o que redundou em uma baixa absorção de

mão-de-obra, em uma região em que a população excedente era enorme. A emigração para o Sul e mais recentemente também para o Centro-Oeste manteve-se assim em nível elevado. A SUDENE deveria também ser instrumento de reforma agrária e de liquidação do capital mercantil na agricultura nordestina, mas nada foi feito nessa área.

Na verdade, o que se fez foi reproduzir-se, entre Sul-Nordeste, a relação existente entre os países centrais e o Brasil no mesmo período. Através de suas empresas, o Sul facilitava à burguesia e à nascente tecnoburocracia nordestina (as camadas médias de empregados que surgem em toda parte) a reprodução dos padrões de consumo das camadas correspondentes no Sul. Os trabalhadores foram obviamente marginalizados, a reforma agrária não foi realizada, o latifúndio mercantil manteve-se dominante, procurando associar-se de todas as maneiras ao capital industrial nascente.

Nesse processo, a denúncia da pobreza (real) do Nordeste e do imperialismo (real, mas contraditório) do Sul foi utilizada pelas classes dominantes locais com dois objetivos básicos. Em primeiro lugar para obter transferências de fundos do Governo Federal, o que é uma condição essencial para se lograr a redução dos desequilíbrios regionais. Mas em segundo lugar, para, através desse regionalismo, e muito semelhantemente ao nacionalismo burguês, obscurecer e abrandar a luta de classes dentro da própria região.

Em qualquer hipótese, porém, está ocorrendo uma transferência de recursos orçamentários federais do Sul para o Nordeste e o Norte. Mais especificamente é São Paulo, na sua qualidade de Estado mais rico da União, que tem sido a principal fonte de recursos. De acordo com pesquisa do Centro de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, os residentes em São Paulo, em 1975, transferiram 61% das suas receitas tributárias federais e contribuições trabalhistas para o resto do país, enquanto o Nordeste recebeu uma transferência líquida do restante do país de 69% das receitas federais ali arrecadadas.

A transferência de recursos que afinal se conseguiu do Sul para o Nordeste, entretanto, provavelmente não compensou o mecanismo de "troca desigual" que tende a ocorrer entre os produtos nordestinos e os produtos do Sul. Essa transferência e os incentivos fiscais não foram suficientes para tornar mais lucrativos os investimentos no Nordeste. As limitações do mercado nordestino do lado da procura, a baixa integração industrial e a baixa qualificação técnica da força de trabalho do lado da oferta provavelmente explicam a menor lucratividade do capital investido pelas empresas do Sul e Nordeste. Ora, quando não ocorre um diferencial da taxa de lucro considerável, é inútil esperar mobilidade do capital para a região ou setor considerado deficiente.

Em síntese, o planejamento regional, apesar do esforço realizado, não foi capaz de reduzir o desequilíbrio entre o Sul e o Nordeste porque permaneceu submetido à lógica do capital e não foi sequer capaz de se contrapor às estruturas mercantis desse capital ainda dominantes no Nordeste. Entretanto, graças às transferências reais de recursos, impediu que o desequilíbrio se aprofundasse. E serviu como mais um instrumento de dominação da burguesia mercantil e latifundiária local que lentamente se transforma em burguesia industrial.

Em relação às demais regiões, o importante a assinalar é o desenvolvimento do Centro-Oeste e em menor grau da Amazônia que vem ocorrendo, principalmente após a inauguração de Brasília. A expansão da fronteira agrícola, entretanto, ocorre nos moldes clássicos da acumulação privada. O papel pioneiro cabe aos posseiros, que abrem a região, desbastam a mata, estabelecem os núcleos de colonização. Em seguida chega o capital, apoiado no Estado, para expropriar os posseiros. A violência é terrível. O jagunço e o policial, a lei e o sistema judicial, associam-se para expropriar os camponeses. É uma história já repetida mil vezes na história da humanidade.

De qualquer forma, é importante assinalar que, se a violência que vem definindo a questão da terra hoje no Brasil é, de um lado, a indicação do esgotamento da fronteira agrícola, por outro lado é também a indicação de um grande desenvolvimento que vem ocorrendo no Oeste e mesmo na Amazônia. Através da construção de Brasília e de uma ampla rede de estradas, o Brasil integrou-se finalmente não apenas de Norte a Sul, mas também de Leste a Oeste. O cerrado do planalto central está sendo rapidamente incorporado à economia brasileira, e a floresta amazônica, embora apresente resistências maiores, também começa a ser integrada.

CAPÍTULO XV

Agricultura e Indústria

Discutiu-se muito no Brasil se a agricultura favoreceu ou funcionou como um obstáculo à industrialização. A agricultura e especialmente o café, sem dúvida, tiveram um papel fundamental na implantação da indústria no país: a agricultura transferiu capital para a indústria, liberou mão-de-obra, proporcionou divisas, permitiu que o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades permanecesse relativamente baixo; apenas não criou mercado para a indústria. Mas se a agricultura, entendida como produção agrícola, foi um apoio, sem dúvida uma parte dos latifundiários, especialmente os cafeicultores, foram um sério obstáculo à industrialização. O latifúndio mercantil exportador percebeu desde o início que industrializar significava transferir renda do campo para a cidade, e se opôs firmemente a isto.

O latifúndio exportador, cafeeiro, foi vencido nessa batalha. O latifúndio orientado para o mercado interno, entretanto, foi vitorioso. Ignácio Rangel, aliás, considera que esse latifúndio, do qual Getúlio Vargas foi um representante, foi o sócio maior do pacto iniciado em 1930, que estimulava a industrialização. O sócio menor era a burguesia industrial, que só agora chega próxima do poder. A industrialização foi realizada, mas a reforma agrária, que muitos imaginavam essencial para essa industrialização, deixou de ser feita. Os setores agrícolas menos comprometidos com a exportação e mais orientados para o mercado interno já a partir dos anos trinta aliaram-se à indústria e trataram de suprir os alimentos necessários, além de manter as exportações.

Durante todo o período inicial da industrialização brasileira a agricultura foi marginalizada de qualquer auxílio estatal. Toda a ênfase foi colocada na industrialização. Reproduzindo o que aconteceu na maioria

dos outros países que se industrializaram tardiamente, o Estado funcionava como veículo de transferência de renda da agricultura para a indústria. Essa política estava basicamente correta. A agricultura, apesar de todas as suas deficiências, era capaz de andar com suas próprias pernas. A indústria infante é que necessitava de suporte.

A partir dos anos cinquenta, entretanto, a agricultura, especialmente no Sul, passou por um intenso processo de modernização. Era o capital industrial que substituía o capital mercantil na produção agrícola. Grande capital em certas culturas, como a cana-de-açúcar, e na pecuária. Pequeno capital, quase pequena produção mercantil, embora muito moderna e mecanizada em outras culturas, como a soja.

A partir da segunda metade dos anos sessenta o Estado desenvolve um amplo sistema de crédito agrícola. Os créditos são subsidiados. Crescentemente subsidiados. A agricultura, que já havia perdido sua capacidade de transferir renda para a indústria, passa agora a receber subsídios. No final dos anos setenta, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento energético (que passava também pela agricultura, via produção de álcool) tornaram-se uma prioridade nacional.

Entretanto, como demonstra o Quadro XIII, todo o subsídio recebido pela agricultura para mecanização, fertilizantes, custeio não tem produzido muitos resultados para os produtos de consumo doméstico, que têm crescido a uma taxa apenas ligeiramente superior à taxa de crescimento da população. Alguns alimentos têm inclusive visto sua produção reduzir-se. É o caso do feijão, da mandioca e da banana, cuja produção caiu, entre 1967 e 1976, a uma taxa média anual de 1,96%, 1,86% e 2,39% respectivamente. A produção de batata, por sua vez, cresceu à modesta taxa de 1,34% ao ano nesse período. Apenas o arroz, entre os alimentos básicos, teve um crescimento satisfatório entre 1967 e 1976: 2,47% ao ano. Entre 1977 e 1981, entretanto, a produção (em toneladas) de arroz decresceu, em termos acumulados, 5,6%, a batata, 0,3% e a mandioca 1,1%. A produção de feijão cresceu, mas apenas 2,4%, nesses quatro anos.

QUADRO XIII — *Desempenho da Agricultura*
(taxas anuais de crescimento)

	1932/76	1962/76	1968/76
Produção de Exportáveis	4.26	6.26	9.09
Produção de Domésticos	4.44	4.00	3.32
Produção Total	4.58	4.80	5.11

Fonte: J. R. Mendonça de Barros e D. H. Graham, "A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos" in *Pesquisa e Planejamento Econômico* 8 (3) dez. 1978.

Qual a razão desse mau desempenho agrícola na produção de alimentos para consumo interno? Falta de crédito, falta de mecanização e de fertilizantes não podem ser apresentadas como causa, já que o suprimento desses elementos aumentou de forma considerável, desproporcional mesmo ao crescimento da produção agrícola, após 1965. Toda a política agrícola do Governo baseou-se em mais crédito, mais máquinas e mais fertilizantes. Não faz sentido também atribuir o desempenho insatisfatório da agricultura ao despreparo dos agricultores ou então às suas características pré-capitalistas ou mesmo capitalistas-mercantis. Já vimos que o espírito do capital industrial, a produtividade, o trabalho assalariado e a extração de mais-valia através da troca de equivalentes penetram profundamente na agricultura do país, antes efetivamente dominada pelo capital mercantil, especulativo, desinteressado de aumentar a produtividade. A tecnologia agrícola desenvolvida nos vários centros de pesquisa em função das necessidades de uma agricultura tropical é hoje já muito desenvolvida. O domínio dessa tecnologia pelos agricultores já é bastante amplo. Estamos muito longe da agricultura primitiva, caipira, do início do século, que Lima Barreto e Monteiro Lobato descreveram de forma tão desoladora em suas obras literárias.

Seriam então os preços insuficientes que desestimulariam os agricultores? Esta razão está mais próxima da realidade, especialmente quando se leva em consideração a instabilidade dos preços. O Governo tem desenvolvido uma política pouco coerente de preços mínimos, que não dá para atender a todos os anseios dos agricultores. Não há um processo de descapitalização do campo. O padrão de vida das camadas médias no interior de São Paulo é extraordinariamente alto.

Seria então a falta de reforma agrária que explicaria o mau desempenho da agricultura brasileira? Agora estamos chegando mais próximos da realidade. Conforme Yoshiaki Nakano demonstrou, há um grande número de culturas que não se adaptam à produção por grandes empresas capitalistas. Dada a inexistência de economias de escala em quase todas as culturas agrícolas, a produção familiar, que, aliás, domina a agricultura dos países capitalistas centrais, é a mais eficiente. E, além de ser mais eficiente, está disposta a receber menores preços, já que, embora produzindo com as técnicas mais modernas, não faz o cálculo da renda da terra e calcula em níveis muito baixos o retorno (lucro) desejado sobre o investimento.

Ora, o Governo, ao realizar a política agrícola que favorece especialmente a grande empresa agrícola, está então cometendo um erro grave. Os preços vigentes na agricultura brasileira orientada para o mercado interno não são em geral suficientes para remunerar de forma considerada satisfatória a empresa agrícola capitalista. São conhecidos os

desperdícios de recursos na Amazônia e no Centro-Oeste com a tentativa, muitas vezes fracassada, depois de ali se enterrarem grandes volumes de capital, de se criarem grandes empresas agrícolas capitalistas. Definitivamente o capital monopolista pode ser eficiente na cidade, mas mal sobrevive no campo, a não ser em algumas culturas especiais.

Uma segunda razão para o mau desempenho da produção agrícola de alimentos para consumo interno está na instabilidade dos preços. Além de os preços serem em geral insatisfatórios para os agricultores, não remunerando seu trabalho (e seu capital) adequadamente, eles são instáveis. A política de preços mínimos do Governo, ao invés de obedecer a uma fórmula rígida e estável (o novo preço mínimo deveria simplesmente corrigir monetariamente o antigo, cujo valor se suporia correto, descontando-se parte do aumento de produtividade ocorrido naquele ano), tem sido usada como um instrumento para estimular ou desestimular certas culturas. O resultado é uma enorme insegurança do produtor.

Há, entretanto, uma terceira razão fundamental para o mau desempenho agrícola que jamais é mencionada, embora seja óbvia: a agricultura orientada para o mercado interno não se desenvolve satisfatoriamente pela simples razão de que não encontra mercado. Os preços não são remuneradores apenas porque a competição da pequena produção mercantil não busca lucros e renda da terra, mas apenas a sobrevivência em nível "adequado" da família, mas também porque o mercado para os produtores agrícolas não cresce como seria desejável. A produção agrícola não encontra mercado porque, dada a estagnação dos salários, a população não tem poder aquisitivo para comprar. Em outras palavras, a concentração da renda, à medida que implica não aumentar a capacidade de compra dos que têm fome, é uma causa fundamental do mau desempenho da produção agrícola de alimentos para consumo interno.

Certamente é preciso também considerar que a elasticidade-renda da demanda de bens agrícolas é menor do que 1. Quando aumenta a renda por habitante em, por exemplo, 5%, a demanda de alimentos deverá crescer em 3%. Este é um fenômeno universal. No Brasil, entretanto, a elasticidade-renda da demanda de alimentos, geralmente calculada em 0,6, é baixa demais, dado o fato de que existem amplos setores da população claramente subnutridos, passando fome. Só a alta concentração de renda pode explicar essa elasticidade-renda da procura de alimentos tão baixa. Quando aumenta a renda dos ricos, é natural que seu consumo de alimentos aumente muito menos do que proporcionalmente.

Acresce a isto que houve uma mudança nas preferências de consumo dos trabalhadores, com o aparecimento da televisão. Eles preferem comer menos para poder comprar seu televisor, transformado, muito

compreensivelmente, em objeto de primeira necessidade para famílias extremamente carentes de oportunidades de divertimento e fantasia.

A agricultura só poderá ter um bom desempenho, só poderá aumentar fortemente não só sua produção por trabalhador e por área (que, aliás, tem aumentado razoavelmente), mas também sua produção por habitante se houver procura efetiva, se os trabalhadores, além de terem fome, tiverem renda para comprar.

Nos últimos anos a insuficiência da produção agrícola tornou-se mais marcante não apenas porque houve erros na política de preços mínimos e porque algumas safras foram prejudicadas por condições climáticas, mas também porque a taxa de salários deixou de diminuir. Em conseqüência, começou a aumentar, ainda que lentamente, a procura interna de alimentos. É claro que, se essa tendência à elevação dos salários se mantiver, a agricultura para consumo interno certamente terá um grande desenvolvimento, porque a resposta da agricultura ao aumento da procura efetiva será imediata.

Deixo de examinar em capítulo especial o quarto desequilíbrio estrutural referido no início do Capítulo XXII — o desequilíbrio entre o setor competitivo e o setor monopolista — porque o seu mecanismo básico de transferência de excedente, a troca desigual, já foi analisado.

Entretanto, vale mencionar que tanto o desequilíbrio regional quanto o desequilíbrio entre cidade e campo são agravados pelo mecanismo da troca desigual. A maioria das empresas no Nordeste, assim como a maioria das unidades produtoras agrícolas, devem ser consideradas no setor competitivo da economia. Sofrem assim uma sucção de excedente por parte das empresas monopolistas. O caso das empresas monopolistas fornecedoras de insumos e máquinas para agricultura ou compradoras da produção agrícola é conhecido e ilustra a troca desigual estabelecida através de preços altos recebidos pelas empresas monopolistas e relativamente baixos recebidos pelas empresas competitivas.

CAPÍTULO XVI

Dualismo e Tecnologia

Além dos principais desequilíbrios estruturais que acabamos de analisar — concentração de renda, disparidades regionais, desempenho agrícola insatisfatório, troca desigual entre o setor monopolista e o competitivo — a economia brasileira possui ainda um desequilíbrio básico: a heterogeneidade e o subdesenvolvimento tecnológico.

A heterogeneidade tecnológica, ou seja, a coexistência de técnicas extraordinariamente modernas e sofisticadas com técnicas tradicionais, reflete-se na existência de um setor monopolista e de algumas áreas do setor competitivo com altas taxas de produtividade, ao lado de amplas áreas do setor competitivo, especialmente a parte informal do mercado de trabalho, constituído de microempresas típicas da pequena produção mercantil e de uma infinidade de trabalhadores autônomos urbanos, em que a taxa de produtividade é baixíssima.

A heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas, que Aníbal Pinto analisou em artigos pioneiros, é uma das bases do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Na verdade, heterogeneidade estrutural é outra expressão para o dualismo ou desequilíbrio estrutural ao nível tecnológico que caracteriza as economias subdesenvolvidas como a brasileira.

A teoria do caráter dualista das economias subdesenvolvidas foi fortemente combatida no Brasil, após 1964, à medida que, através desse combate, os intelectuais de esquerda ou marxistas (não necessariamente marxistas-leninistas nem marxistas ortodoxos), entre os quais me incluo, pretendiam atingir dois objetivos. Em primeiro lugar pretendia-se fazer uma autocrítica da proposta populista, endossada pela quase totalidade da esquerda nos anos cinqüenta, de aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional (setor moderno) contra a oligarquia agrário-mercantil

com resquícios feudais (setor tradicional). Em segundo lugar o objetivo era criticar a ideologia do desenvolvimento conservadora — a chamada teoria de modernização — que pretende reduzir o problema do subdesenvolvimento a uma “falta de capitalismo” e identificar o desenvolvimento com o processo de reprodução, na periferia, da sociedade capitalista norte-americana, ou, como sugere Celso Furtado, com a simples reprodução dos padrões de consumo dessa sociedade.

De fato, a teoria dualista do subdesenvolvimento prestou-se ao equívoco de imaginar a possibilidade de uma associação entre a burguesia local (chamada “nacional”) e os trabalhadores, quando fatos novos, no final dos anos cinquenta, haviam tornado totalmente inviável esse tipo de aliança política. Nesse sentido levou as esquerdas e os trabalhadores ao erro estratégico de aceitar uma aliança com uma criação teórica ou ideológica: a “burguesia nacional”. E serviu também de suporte às teorias modernizadoras (conservadoras) do subdesenvolvimento.

Mas estas distorções ideológicas não retiram o caráter objetivamente dual da economia brasileira. Dual (a) porque heterogênea tecnologicamente, (b) porque desequilibrada em termos de mercado (um setor monopolista outro competitivo, um setor formal outro informal), (c) porque contraditória em termos de formação histórica (o capital industrial suplantando, mas ainda convivendo com o capital mercantil), (d) porque marcada pela distinção radical entre os muito ricos e os muito pobres.

Este dualismo da economia brasileira, conforme demonstrou Ignácio Rangel, é algo de intrínseco e define o próprio subdesenvolvimento industrializado brasileiro. Não se trata de falta de capitalismo, como pretende a teoria da modernização, mas de uma forma distorcida de penetração do capital na produção. Ao invés de penetrar de forma relativamente homogênea e integrada, como aconteceu nos países centrais, o capital mercantil e depois o capital industrial introduzem-se na economia de forma concentrada e exploratória. Na época do capital mercantil vai ser o latifúndio e não a pequena produção mercantil a forma específica e contraditória de manifestação desse capital. No período atual, marcado pelo capital industrial, este já penetra e se assenhora da economia na sua forma monopolista, concentrada, utilizando tecnologia altamente poupadora de força de trabalho. Em consequência a penetração desse capital provoca bolsões de “modernidade” na economia, aos quais se justapõe e se subordina ao setor competitivo, particularmente, o seu subsetor informal. Este setor informal é a rigor pré-capitalista, à medida que é caracterizado pela pequena produção mercantil, em que o trabalho familiar é dominante e o trabalho assalariado, secundário, e pelo trabalho de autônomos geralmente subempregados. Mais do que uma relação de justaposição, entretanto, o setor informal mantém uma relação de subordinação e,

portanto, de suporte para o setor capitalista monopolista, facilitando a acumulação de capital no último. Rosa Luxemburgo demonstrou esse fato no início deste século quando examinou o problema do imperialismo. No Brasil talvez a análise mais interessante desse processo através do qual os setores pré-capitalistas interpenetram e se tornam funcionais ao processo de acumulação capitalista foi realizada por Francisco de Oliveira. Embora nem sempre muito claro, ele foi capaz de distinguir, na *Crítica da Razão Dualista*, o caráter ideológico da "razão dualista" do caráter objetivamente dualista (e funcional nesse dualismo) da economia brasileira, ao invés de simplesmente negar a existência desse caráter dualista como fizeram muitos economistas e sociólogos superficiais ou apressados depois de 1964.

Uma causa fundamental da manutenção do caráter dual da economia brasileira está, portanto, no caráter monopolista e concentrado do capital industrial. Mas esta heterogeneidade estrutural está também basicamente relacionada com o problema da dependência tecnológica. O caráter dependente (mais do que interdependente) da economia brasileira é definido pela sua incapacidade de gerar em quantidade suficiente tecnologia própria. Somos obrigados, exceto no caso da agricultura tropical e de certos setores como o de construção de barragens hidrelétricas, a copiar mais que desenvolver tecnologia. Além disso, as empresas multinacionais transferem para o Brasil quase exclusivamente a aplicação de tecnologia. A geração de tecnologia nova fica limitada aos países centrais, às matrizes das multinacionais.

Diante desse impasse, alguns tecnólogos radicais pretendem desenvolver exclusivamente tecnologia própria e fechar as portas do país para as multinacionais e para a compra de tecnologia.

Semelhante proposta está baseada em um equívoco. Todos os países que se desenvolveram tardiamente copiaram tecnologia. É uma prática muito mais barata. Na verdade, a possibilidade de copiar tecnologia é uma das únicas vantagens dos países subdesenvolvidos. O problema mais grave é encontrar meios para obrigar as multinacionais a transferir para os técnicos nacionais a tecnologia que já desenvolveram, além de forçá-las a gerar tecnologia internamente.

O fato concreto, entretanto, é que a relação marginal produto-capital, DY/DK , ou seja, a relação entre o aumento da produção nacional quando aumenta de uma unidade o estoque de capital tende a ser alta no Brasil. Este fato se deve, principalmente, à vantagem que temos de absorver tecnologia já desenvolvida anteriormente. O desafio é absorver essa tecnologia pagando o mínimo ou se possível nada por ela. E, uma vez atingido o nível da tecnologia estrangeira, conseguir, pelo menos em alguns setores, ultrapassar a quem copiamos. A Alemanha, o Japão fizeram isto. Nós também podemos fazer.

CAPÍTULO XVII

O Fluxo do Capital e as Crises

Além dos desequilíbrios estruturais, que acabamos de analisar, temos na economia capitalista brasileira os desequilíbrios dinâmicos ou macroeconômicos, relacionados todos, de uma forma ou de outra, com o equilíbrio e o desequilíbrio cíclicos entre a demanda e a oferta efetivas.

Para compreendermos esses desequilíbrios devemos partir da natureza do fluxo de capital em uma economia capitalista, nos termos apresentados originalmente por Marx.

Nas economias primitivas a troca era direta. Ou se produzia para autoconsumo, ou se trocava mercadoria, M, por outras mercadorias.

M — M

Nesse tipo de economia não havia possibilidade de desequilíbrio geral entre a oferta e a procura. Os desequilíbrios setoriais eram rapidamente resolvidos.

Nas economias pré-capitalistas um pouco mais avançadas surge o dinheiro, D, mas este é exclusivamente um meio de troca, é uma terceira mercadoria de valor universal.

M — D — M

Neste caso também as crises gerais são pouco prováveis porque o dinheiro é exclusivamente um meio de troca. É uma mercadoria como as outras que, por seu valor universal e divisibilidade (o ouro especialmente), é útil como meio de troca.

Nos dois casos anteriores o objetivo de quem troca é o valor de uso da mercadoria que pretende adquirir. As mercadorias são trocadas de acordo com a quantidade de trabalho nelas incorporada e ninguém realiza

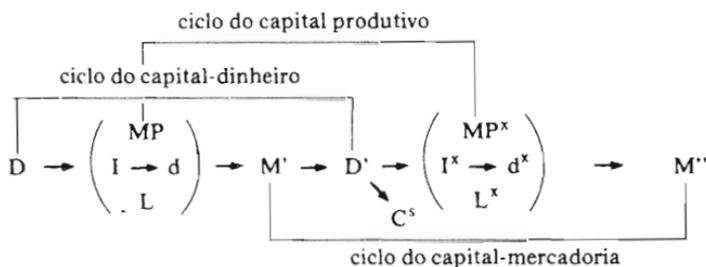
lucro. Apenas os dois saem ganhando porque a divisão do trabalho (que é a base das trocas) permitiu que cada um se especializasse e produzisse de forma mais eficiente (com menor custo ou, o que vem dar no mesmo, com menor quantidade de trabalho) a sua própria mercadoria.

No caso do capitalismo mercantil, Marx mostra que ocorre uma mudança fundamental: o que interessa ao capitalista mercantil, ao trocar, não é mais o valor de uso, mas o valor de troca das mercadorias. O mercador compra a mercadoria do camponês ou do artesão pelo seu valor-trabalho, mas, graças ao monopólio que o comércio a longa distância permite, revende-a por um preço superior ao valor. Ele começa usando dinheiro para comprar uma mercadoria com valor de troca e assim pode realizar uma quantidade maior de dinheiro, D' . A diferença entre D' e D é o lucro comercial ou especulativo, decorrente do deslocamento entre o valor e o preço. O valor de uso fica como um pressuposto, jamais como um objetivo. O objetivo é maior lucro.

$$D - M - D'$$

Neste esquema, como nos anteriores, a crise geral do sistema é difícil porque a produção de mercadorias está ainda fora do sistema capitalista. Ela é feita por camponeses ou artesãos. O mercador limita-se à esfera de circulação.

No capitalismo industrial, entretanto, a situação muda. O capitalista começa com dinheiro, D , mas, ao invés de comprar mercadorias acabadas de setores pré-capitalistas, ele compra matéria-primas (MP), equipamentos (I) e força de trabalho (L). Entra assim diretamente na esfera da produção, organizando-a como empresário. Com essas três mercadorias (no caso dos equipamentos e edifícios, considerando-se o seu desgaste ou depreciação, d), ele produz mais mercadorias, M' , do que comprou. A diferença entre M' e M já não é mais o lucro comercial, mas a mais-valia, originada do emprego da força de trabalho assalariada, originada do fato de que o valor da "mercadoria" força de trabalho é menor do que o valor da mercadoria produzida por essa força de trabalho. Esta mercadoria é transformada em dinheiro, e reinicia-se o fluxo do capital, em um nível mais alto, decorrente da acumulação ampliada.



Nesse fluxo do capital industrial podemos, inclusive, ver as quatro esferas básicas através das quais flui o capital (esfera da produção, esfera da distribuição, esfera da utilização e esfera da circulação de bens) e os três ciclos do capital (ciclo do capital produtivo, ciclo do capital-mercadoria e ciclo do capital-dinheiro).

A esfera da produção é a fundamental. O capitalista, a partir de seu capital constante, compra mercadorias produtivas. Essas mercadorias produtivas subdividem-se em matéria-prima, MP, depreciação das máquinas já compradas (d), além de novas máquinas e edifícios (I) e força de trabalho, L. Organiza assim a produção, subordinando o trabalho ao capital, e produz mercadorias, M', com um valor superior ao das mercadorias compradas, M. Para realizar essa mais-valia, entretanto, ele precisa vender a mercadoria, transformá-la em dinheiro, D', o qual ele reaplica no processo produtivo, comprando novas mercadorias produtivas, M^x. Essa é a esfera da produção que corresponde ao ciclo do capital produtivo.

A esfera da distribuição ocorre juntamente com a da produção e em função dela: para produzir, o capitalista compra força de trabalho, em troca de determinado salário, e realiza uma mais-valia, M — M'. A produção é assim distribuída na forma de mais-valia e salários. Já a esfera da circulação corresponde tanto ao ciclo do capital-dinheiro, se pensarmos na circulação de dinheiro, D — D', quanto ao ciclo do capital-mercadoria, se pensarmos na circulação de mercadorias, M' — M''.

Este fluxo do capital, entretanto, está sujeito a crises, a desequilíbrios dinâmicos, próprios do processo de acumulação ampliada capitalista, porque existe uma quarta esfera a ser considerada: a esfera da utilização; a mais-valia obtida pelo capitalista deve ser utilizada na forma de consumo, C_s (consumo capitalista), ou na de compra de novas mercadorias produtivas (MP^x + I^x d^x + L^x). O consumo dos trabalhadores não aparece no modelo porque é igual aos seus salários que, por sua vez, correspondem à compra de força de trabalho, L.

O problema fundamental é que o capitalista industrial, embora orientado para a produção, conserva o caráter mercantil de um especulador. Em certos momentos, se as perspectivas de lucros não foram consideradas satisfatórias, ele pode preferir entesourar o dinheiro (que é um ativo líquido por natureza), ao invés de reinvesti-lo ou consumi-lo. Ele não pode deixar de continuar comprando as matérias-primas e a força de trabalho necessárias para a produção corrente. Mas pode parar por algum tempo a acumulação, suspender o investimento nesse momento. O dinheiro, além de meio de troca, é uma reserva de valor, que ele, para se precaver contra a incerteza do futuro e especular, prefere guardar de forma líquida, em dinheiro, ao invés de imobilizar em investimentos.

Quando caem os investimentos, os produtores de bens de capital e as contrutoras de fábricas e edifícios de escritório não têm mais para quem vender. Cai a demanda agregada, cai o emprego, também os produtores de bens de consumo deixam de ter para quem vender. Desencadeia-se a crise de realização. Os capitalistas, que antes não queriam transformar M' em novas mercadorias (não queriam comprar bens intermediários ou investir), agora não conseguem transformar M' em D' (não conseguem vender no mercado todos os bens que produziram).

No Brasil, enquanto o capital mercantil dominava, crises dessa natureza não existiam. Ocorriam crises, mas eram mero reflexo das crises internacionais, da baixa do preço do café ou de outro produto de exportação brasileiro nos mercados internacionais. Foi o que aconteceu em 1930, e em muitas ocasiões anteriormente.

Entretanto, a partir dos anos cinquenta, quando o capital industrial já é claramente dominante, quando a esfera da produção já está firmemente inserida no modo capitalista de produção, as crises ou as chamadas flutuações cíclicas tornam-se endógenas, ou seja, passam a ter sua origem internamente na economia brasileira, embora possam ser também reflexos de crises internacionais.

A primeira crise que ocorre na economia brasileira é a de 1962-66, com seu ponto mais baixo em 1965. A segunda passa a ocorrer a partir de 1974, após o fim do "milagre" 1967-1973 (agravando-se em 1981). Em ambas as crises a taxa de crescimento da renda cai verticalmente. Entre 1962 e 1966 o aumento da renda por habitante fica próximo de zero; a partir de 1974 a taxa de crescimento volta a cair substancialmente, mas a manutenção das despesas do Estado, inicialmente através do programa do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que logra altas taxas de crescimento para a indústria de bens de capital, permite que o nível de atividade econômica se mantenha em um nível razoável, embora bem inferior ao período imediatamente anterior. A redução dos investimentos governamentais e a severa contenção dos investimentos públicos, a partir de meados de 1980, entretanto, agrava a situação, de forma que em 1981 as elevadas taxas de desemprego e redução da produção industrial indicaram que o país entrou numa grave recessão.

Em ambos os casos o fluxo do capital interrompeu-se parcialmente porque as empresas decidiram investir menos e a entesourar mais. Em ambos os casos essa redução dos investimentos decorreu, em parte, da própria dinâmica cíclica do sistema capitalista. Os investimentos e os lucros haviam crescido mais rapidamente do que os salários, de forma que a partir de certo momento o consumo não acompanhou a produção de bens de consumo.

Mas em ambos os casos, a política econômica do Governo, procu-

rando corrigir os desequilíbrios causados pela sobreacumulação (inflação e desequilíbrio externo), aprofundou e agravou a crise. De fato, os investimentos excessivos ocorridos durante o período de expansão causaram não apenas desequilíbrio entre a oferta e a procura agregada, mas também inflação e desequilíbrio nas contas externas do país. Durante certo período o Governo continua a estimular a economia e a prolongar o ciclo expansivo, mas, em seguida, quando os desequilíbrios se tornam manifestos, muda de política econômica e provoca a “recessão saneadora”. Esta pode lograr certa redução na taxa de inflação e nas importações, mas a um custo econômico e social muito altos.

CAPÍTULO XVIII

As Crises de 1962 e 1974

Para compreendermos a natureza do ciclo econômico precisamos, primeiro, retornar ao processo de equilíbrio macroeconômico. Para que isto ocorra é necessário que a produção agregada, Y_p , por definição igual à renda agregada, $Y_y = W + O + R + T$, ou seja, à somatória de salários, W , ordenados, O , lucros, R (considerados depois de pagos os impostos) e impostos, T , seja igual à demanda agregada, $Y_d = C + I + G$, ou seja, à soma do consumo, C , dos investimentos, I , e da despesa do Estado, G .

Em equilíbrio esta segunda igualdade sempre ocorre. Em termos de contabilidade nacional também sempre ocorre. Mas em termos de planejamento das empresas e dos consumidores, em termos de intenções de compra, esse equilíbrio pode não ocorrer. Os capitalistas (e secundariamente os consumidores) podem estar eufóricos e querer investir (e consumir) mais do que podem. Neste caso, logo chegaremos ao pleno emprego e em seguida teremos inflação de demanda, porque a demanda agregada será maior do que a oferta de bens. Em contrapartida, os capitalistas poderão estar pessimistas quanto às suas perspectivas de lucro. Neste caso, investirão menos do que foi produzido, e o resultado será a crise, os bens sem compradores, o desemprego, as falências.

Os economistas clássicos, baseados em Jean Baptiste Say, diziam que a oferta cria sua própria procura, ou seja, que tudo que é produzido se transforma em salário ou lucros, e toda essa renda é necessariamente transformada em compras de bens de consumo ou bens de capital. Marx sugeriu e Keynes e Kalecki mostraram com precisão que isto não é verdade. Que pode haver uma interrupção no fluxo do capital. Que os capitalistas podem entesourar seus lucros ao invés de investi-los, espe-

rando dias melhores para realizar esse investimento. Daí decorrem as crises.

Outra forma de mostrar o equilíbrio e o desequilíbrio é através do conceito de poupança, S . A poupança é igual à renda menos o consumo e as despesas de consumo do governo, G_c :

$$S = Y_d - C + G_c$$

Como a renda é igual ao consumo, C , mais as despesas de consumo do governo, G_c , mais os investimentos, I , mais as despesas de investimento do governo, G_i :

$$Y = C + G_c + I + G_i$$

temos que, em equilíbrio, o investimento seria sempre igual à poupança:

$$S = I + G_i$$

Os economistas clássicos e neoclássicos não só acreditavam que esse equilíbrio sempre tendia a acontecer, mas também acrescentavam que primeiro as famílias poupavam e depois investiam.

Keynes e Kalecki mostraram não apenas que o equilíbrio não era necessário, dado o caráter especulativo, trabalhando sempre com as incertezas dos capitalistas, mas também mostraram que, ao contrário do que pode parecer, primeiro se investe, e depois se poupa. A poupança é o resíduo, o resultado, não o investimento. E, similarmente, se, através de algumas simplificações (os capitalistas nada consomem e os trabalhadores nada poupam), fizermos o investimento igual aos lucros, R , na situação de equilíbrio

$$I = R$$

concluiremos, com Kalecki, que são os lucros que determinam o investimento e não o inverso.

A explicação é simples. A poupança ou os lucros só são um limite para os investimentos na situação de pleno emprego e plena capacidade. Mas esta é uma situação rara, excepcional. O sistema capitalista opera sempre com certa margem de desemprego e capacidade ociosa.

Nesse caso, quando os capitalistas estão otimistas quanto a suas taxas de lucro, eles investem. O investimento não apenas aumenta a produção, mas também provoca efeitos multiplicadores sobre a demanda agregada. O novo investimento implica procura de novos bens, que, para serem produzidos, implicam a procura de outros bens, que, para serem produzidos, implicam a procura de outros bens ainda, e assim por diante. A demanda agregada cresce, assim, com o novo investimento. O próprio consumo cresce, mas em uma porcentagem estável da renda (função

consumo). Vamos dizer, 80% da renda. O resultado é que, se a renda antes do investimento adicional era de 80%, a poupança (20%, o complemento de 80%) era de 16. Realizado o investimento, se a renda aumentou para 100, a poupança terá aumentado para 20, e, em termos contábeis, será igual aos investimentos (que subiram de 16 para 20) nesse novo nível de equilíbrio.

De acordo com esse modelo keynesiano e kaleckiano muito simplificado, a variável estratégica é o investimento, a acumulação de capital. Se este se interrompe temos não apenas o estancamento do aumento da produção, mas a queda dessa produção e, em conseqüência, a queda da poupança.

O importante é saber por que mudam as perspectivas de lucro dos capitalistas, por que eles se tornam subitamente pessimistas e reduzem seus investimentos.

Tanto em 1962 quanto em 1974 ocorre a reversão do ciclo econômico porque a indústria de bens de consumo (particularmente a indústria de bens de consumo durável liderada pela indústria automobilística) sobreinvestiu em relação à capacidade de consumo das classes médias. De um modo geral Marx e depois Keynes deixaram muito claro que o subconsumo (ou a sobreacumulação em relação ao poder aquisitivo dos assalariados) é a causa fundamental da mudança nas expectativas de lucro das empresas no auge do ciclo e conseqüentemente da redução de seus investimentos. A hipótese geral que sustenta esta teoria é a de que os investimentos são basicamente função dos lucros (e da taxa de lucro esperada) e o consumo é função do total de salários (e da taxa de salários). Na fase de expansão tanto os salários quanto os lucros estão crescendo, mas estes crescem mais rapidamente. Em conseqüência, de um lado a produção de bens de capital tende a crescer mais depressa que a produção de bens de consumo, provocando uma crise de desproporção no momento em que as empresas produtoras de bens de capital não encontram mais mercado para suas máquinas e equipamentos (é claro que a própria indústria de bens de capital pode se constituir em mercado para si própria, mas os limites desse processo são óbvios). De outro lado, a crise de subconsumo pode desencadear-se diretamente, à medida que o crescimento de salários e ordenados é mais lento do que os investimentos e portanto a capacidade produtiva da indústria de bens de consumo leva diretamente à elevação dos estoques, à reversão das expectativas de lucro, à redução nos investimentos e finalmente ao início da crise.

No Brasil, em 1962, a crise ocorreu por diversos motivos que se somaram: na expansão anterior houve um crescimento excessivo da indústria de bens de consumo durável em relação à capacidade de compra das camadas médias tecnoburocráticas e burguesas, já que nesse período a

renda concentrava-se apenas na cúpula capitalista; em conseqüência as empresas, de repente, se viram sem para quem vender. Em segundo lugar, esgotava-se o modelo de substituição de importações, e os empresários não haviam encontrado um novo pacote de investimentos para realizar. Em terceiro lugar, havia uma crise política no país que deixava os capitalistas muito inseguros. Em quarto lugar, o Estado realizava investimentos excessivos durante o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitscheck, e estava financeiramente falido, sem condições de manter o ritmo de investimentos governamentais.

Em 1974 as causas em parte se repetem. Embora os ordenados dos tecnoburocratas estivessem crescendo, os lucros e os investimentos crescem mais rapidamente, provocando a superprodução. Os salários, ao contrário dos ordenados, não cresciam, mas haviam sido neutralizados através do mecanismo que já descrevemos, de forma que não devem ser importantes no processo de desencadeamento da crise.

O "milagre" de 1967-1973 é um processo de sobreacumulação apoiado em endividamento externo. A crise do petróleo, com a multiplicação do seu preço, acelera o processo de endividamento externo do país e a taxa de inflação, ao mesmo tempo que leva o Estado a tomar uma série de medidas de caráter monetário principalmente para conter a demanda agregada. Essas medidas não chegam a provocar forte crise, porque diante das pressões capitalistas são logo abandonadas, em uma típica política de *stop and go*, mas são obviamente também responsáveis pela desaceleração da economia. Esta só não ocorre tão drasticamente quanto em 1962 porque, em primeiro lugar, o Estado não estava falido, e consegue compensar parcialmente com suas despesas a queda dos investimentos privados. Só a partir de 1977, mais ou menos, o Estado entra em déficit, considerado também o seu orçamento monetário. Em segundo lugar, porque a crise política em 1974 e 1977 é uma crise muito menos grave do que a de 1962, à medida que os capitalistas não sentem em jogo a sobrevivência do próprio regime capitalista.

A crise só se tornará grave em 1981, mas apenas no plano econômico. Este agravamento da crise em 1981 está diretamente relacionado com a política violentamente restritiva então posta em prática pelo Governo como fruto de uma imposição dos banqueiros internacionais que ameaçavam decretar a insolvência do país devido ao alto nível do endividamento externo e aos desmandos de política econômica praticados em 1980.

Nas duas crises houve também um problema de ordem financeira, especialmente na de 1962. O sistema financeiro local não estava preparado para financiar a longo prazo a acumulação de capital. Em 1974 o sistema financeiro havia tido um grande desenvolvimento em relação ao

de 1962, mas o financiamento a longo prazo da acumulação continuava fundamentalmente dependente do Estado. E em ambos os casos será a política recessiva do Estado visando restabelecer o equilíbrio perdido pela sobreacumulação e o endividamento externo o fator a desencadear a crise.

Em ambos os ciclos, o mecanismo da desproporção, ao qual Maria Conceição Tavares (*Ciclo e Crises*) deu grande importância, na verdade não se constitui em mecanismo explicativo da crise. A crise de desproporção é um subtipo da crise de subconsumo que ocorre quando a indústria de bens de capital cresce mais rapidamente do que a indústria de bens de consumo, provocando afinal capacidade ociosa na primeira. Não foi isto mas exatamente o contrário o que ocorreu nos anos que antecederam 1962 e 1974. Foi a indústria de bens de consumo durável que vinha sobreinvestindo, enquanto a indústria de bens de capital também crescia, mas a taxas menores. A desproporção entre o crescimento da indústria de bens de consumo e a de bens de capital devido à sobreacumulação na primeira só pode ser causa de crise indiretamente à medida que leve ao aumento das importações de bens de capital e ao desequilíbrio da balança comercial. Isto de fato ocorreu nos dois períodos, mas nada tem a ver com a clássica crise de desproporção.

Uma causa clássica das crises econômicas que não ocorreu no Brasil foi o estrangulamento dos lucros causado pela elevação dos salários no auge do ciclo econômico (1961 e 1973). Para que isto ocorresse seria necessário sindicatos muito mais poderosos do que os de que dispomos. A

QUADRO XIV — Taxa de Lucro e Taxa de Investimento

Ano	Taxa de Lucro ¹	Taxa de investimento ²
1974	21.4	24,9
1975	18.2	26,8
1976	20.8	26,6
1977	18.0	24,9
1978	14.3	25,2
1979	10.7	24,7

- (1) *Taxa de Lucro* — Lucro líquido antes do Imposto de Renda dividido pelo Patrimônio Líquido. Pesquisa realizada por Regis Bonelli e Eduardo Augusto A. Guimarães "Taxa de Lucro de Setores Industriais no Brasil: Notas sobre sua evolução no período 1973/79" versão preliminar. Na pesquisa foram utilizados os dados contábeis das grandes sociedades anônimas, sistematizados e publicados no "Quem é Quem na Economia Brasileira" da *Revista Visão*, abrangendo os anos de 1973 a 1979.

- (2) *Taxa de Investimento* — Formação Bruta de Capital Fixo dividida pelo Produto Nacional Bruto.

taxa de lucro vem caindo no Brasil desde 1974, mas não devido à elevação dos salários e sim à queda dos investimentos. Por outro lado a relação inversa também é verdadeira: caindo a taxa de lucro, cai a taxa de investimentos privados. Este fenômeno pode ser observado no Quadro XIV. A taxa de acumulação de capital cai menos acentuadamente do que a taxa de lucros porque as empresas estatais e as multinacionais continuam a investir apesar da desaceleração da economia, mantendo assim em parte a demanda agregada. A queda acentuada na taxa de lucro a partir de 1978 prenuncia a recessão de 1981.

Há ainda a explicação da reversão do ciclo baseada na elevação da composição orgânica do capital na fase ascendente do ciclo devido a investimentos altamente capital-intensivos, que elevam a relação capital-trabalho e diminuem a relação produto-capital, diminuindo conseqüentemente a taxa de lucro. Esta explicação, relacionada com a chamada "tendência declinante da taxa de lucro" não é muito adequada para explicar os ciclos curtos (de dez anos) que estamos caminhando. Não há dúvida porém que esse mecanismo ajuda a explicar a crise de 1962, porque no período anterior houve não só um grande aumento na intensidade de capital (em relação ao número de trabalhadores) mas também um encarecimento dos bens de capital importados devido à retirada dos subsídios cambiais à sua importação existentes nos anos cinquenta.

CAPÍTULO XIX

O Desequilíbrio Externo e a Taxa de Câmbio

De acordo com a teoria econômica ortodoxa, neoclássica, não haveria crises. Através do mecanismo de preços o sistema econômico tenderia sempre para o equilíbrio. Quando o desemprego começasse a se manifestar, renunciando uma crise, os salários cairiam (dada a oferta maior que a procura) e as empresas imediatamente passariam a contratar mais trabalhadores. A taxa de juros também cairia nesse momento, estimulando os capitalistas a investir mais (já que seus lucros previstos seriam bem superiores aos juros a serem pagos). A realidade mostrou que isto não era verdade, conforme vimos nos dois últimos capítulos.

Da mesma forma, para os economistas ortodoxos, que atribuem ao mercado a capacidade mágica de tudo manter em equilíbrio, o comércio externo de um país e mais amplamente seu balanço de pagamentos tenderiam sempre ao equilíbrio. O mecanismo equilibrador, naturalmente, seria um preço (como a taxa de salários e a taxa de juros são preços): o preço das divisas estrangeiras, ou seja, a taxa de câmbio.

A taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira. Fala-se, geralmente, em taxa de câmbio para determinar o preço da moeda mais importante: na segunda metade deste século, o dólar. Mas, na verdade, há uma taxa para cada moeda estrangeira. A taxa de câmbio (em dólares) corresponde, estruturalmente, à relação entre os preços de determinada cesta de mercadorias básicas no Brasil (em cruzeiros) e o preço das mesmas mercadorias nos Estados Unidos (em dólares). Essa cesta de mercadorias é muito difícil de compor, porque deveria corresponder a mercadorias igualmente importantes na produção nacional dos dois países. Composta a cesta, se esta custar oito mil cruzeiros no Brasil e cem dólares nos Estados Unidos, a taxa de câmbio deveria ser basicamente 80

cruzeiros por dólar. Se a inflação for maior no Brasil do que nos Estados Unidos, o preço da cesta brasileira de mercadorias aumentará mais depressa do que o preço da norte-americana, e a taxa de câmbio deverá ir aumentando, digamos para 90, 100, o que significa que o cruzeiro estará desvalorizando-se.

A taxa de câmbio efetiva flutua em torno dessa taxa básica, em função da oferta e da procura. A oferta de moeda estrangeira aumenta basicamente quando aumentam as exportações, e a procura, quando aumentam as importações. Nos países subdesenvolvidos (e em grande parte também nos desenvolvidos) a taxa de câmbio tende a ser controlada pelo Governo. De acordo com os economistas ortodoxos, entretanto, isto não seria necessário. O mercado deveria regular também a taxa de câmbio.

Quando as importações fossem maiores do que as exportações, o cruzeiro tenderia a se desvalorizar em relação às demais moedas estrangeiras, ou, para simplificar, em relação ao dólar. Desvalorizando-se o cruzeiro, as mercadorias importadas ficariam mais caras, o que desestimularia sua importação, enquanto as empresas exportadoras teriam maiores lucros e, portanto, maiores oportunidades de exportar. Aumentariam assim as exportações, diminuiriam as importações, e estava equilibrada a balança comercial.

O balanço de pagamentos é uma conta mais complicada. Do lado das despesas é preciso somar, às importações de mercadorias, os pagamentos de fretes, seguros, despesas de turismo, os juros pagos, as remessas de patentes (*royalties*), assistência técnica e os lucros das empresas multinacionais. Do lado da receita é preciso somar, às exportações de mercadorias, as entradas de investimentos estrangeiros, além das receitas provenientes dos mesmos itens acima enumerados, que no caso do Brasil são muito pequenas, exceto para o turismo. A diferença entre as duas somas será o déficit ou saldo do balanço de pagamentos, que terá de ser coberto por diminuição (ou aumento) de reservas (ouro e divisas estrangeiras) ou por aumento (ou diminuição) do endividamento externo.

O equilíbrio do balanço de pagamentos, como da balança comercial, ocorreria automaticamente através das variações na taxa de câmbio.

Infelizmente, não é assim que acontece. Todas as tentativas de deixar a taxa de câmbio dos países subdesenvolvidos ao sabor do mercado tiveram sempre as mais desastrosas conseqüências. Hoje ninguém mais advoga uma taxa de câmbio livre. O máximo que se pretende é uma taxa de câmbio realista, ao mesmo tempo que se controlam quantitativamente as importações e se taxam as importações supérfluas ou as mercadorias que tenham similar nacional.

O livre-cambismo foi basicamente uma ideologia antiindustriali-

zante, adotada pela oligarquia agrário-mercantil aliada ao imperialismo inglês, no período primário-exportador. Tinha como base a lei das vantagens comparativas do comércio internacional, apoiada no princípio "natural" da divisão internacional do trabalho entre países industrializados e primário-exportadores. Esse livre-cambismo foi liquidado com a tese de Prebisch, ou seja, com a teoria da troca desigual no comércio internacional, que justificou teoricamente a necessidade de proteção tarifária (e cambial) à indústria local.

Mas o livre-cambismo falhou por um segundo motivo: há uma tendência nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil, ao desequilíbrio de seu balanço de pagamentos e ao endividamento externo crescente. Não há taxa de câmbio desvalorizada que impeça que essas tendências ocorram.

A razão mais geral para isto é a de que nestes países, se eles são dinâmicos e estão procurando recuperar o atraso, a taxa de lucro tende a ser maior do que nos países centrais. Em conseqüência é possível aos países subdesenvolvidos apresentarem uma taxa de juros maior do que a prevalente nos países desenvolvidos. Nestes termos os capitalistas locais ou as empresas multinacionais aqui instaladas terão interesse em tomar emprestado internacionalmente o mais possível, dados os altos lucros previstos, e os bancos internacionais estarão interessados em realizar os empréstimos dados os altos juros recebidos. O desequilíbrio no balanço de pagamentos é inevitável.

Vale observar que a taxa de lucros tenderá a ser mais alta na economia brasileira não apenas porque o capital é escasso, mas, principalmente, porque a força de trabalho é abundante e barata. Por outro lado, a taxa de juros também será alta porque, como ensina Marx, os juros não são outra coisa senão a parte da mais-valia que os capitalistas ativos (empresários) pagam aos capitalistas-rentistas pelo uso do seu capital. É isto que leva a taxa de juros a tender a ser menor que a taxa de lucro e, em geral, a acompanhar suas flutuações a longo prazo.

No caso do modelo de subdesenvolvimento industrializado, que caracteriza o Brasil desde os anos cinqüenta, essa tendência ao desequilíbrio externo é ainda mais acentuada por outra razão: embora não sejam importados, mas produzidos localmente, os bens de consumo duráveis possuem alto coeficiente de importações. Isto significa que para produzir localmente um automóvel ou um televisor em cor ou um aparelho de som é necessário importar uma grande quantidade de insumos. Por outro lado, a produção de bens de consumo de luxo, em que se baseou o modelo de subdesenvolvimento industrializado, destina-se primordialmente ao mercado interno; apenas marginalmente à exportação.

É fácil compreender, então, por que a economia brasileira passou a

QUADRO XV — *O Desequilíbrio Externo*

Ano	Exportações	Importações	Saldo (ou déficit) comercial	Saldo (ou déficit) em transações correntes	Dívida externa líquida	Dívida Exportações
1970	2.738.9	2.506.9	232.0	— 562.0	4.108.5	1.50
1971	2.903.9	3.242.4	— 343.5	— 1.307.0	4.898.7	1.69
1972	3.991.2	4.232.3	— 241.1	— 1.489.0	5.337.8	1.34
1973	6.199.2	6.192.2	7.0	— 1.688.0	6.155.7	0.99
1974	7.951.0	12.641.3	— 4.690.3	— 7.122.4	11.896.6	1.50
1975	8.669.9	12.210.3	— 3.540.4	— 6.712.2	17.130.9	1.98
1976	10.128.3	12.383.0	— 2.254.7	— 6.017.0	19.441.5	1.92
1977	12.120.2	12.023.4	96.8	— 4.037.3	24.781.1	2.04
1978	12.658.9	13.683.1	— 1.024.2	— 5.927.4	31.615.6	2.50
1979	15.244.4	18.083.9	— 2.839.5	— 10.741.5	40.215.5	2.64
1980	20.132.4	22.961.5	— 2.829.1	— 12.886.1	46.934.9	2.33

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil.

apresentar não apenas déficits em sua balança de transações correntes (o que é normal dada a necessidade de pagar juros sobre a dívida externa, remessas de lucros sobre investimentos das multinacionais, fretes, seguros etc.), mas também déficits em sua balança comercial (o que é inconcebível para um país subdesenvolvido).

É fácil também entender por que é correto afirmar que o Brasil, conforme mostra o Quadro XV, endividou-se de maneira explosiva, tornando a relação dívida líquida/exportações cada vez maior (dívida líquida é igual à dívida externa total menos as reservas em ouro e moeda estrangeira). O grave é que todo esse endividamento, que dificulta cada vez mais a formulação de uma política econômica independente, serviu em grande parte para comprar coisas inúteis aos trabalhadores. Importavam-se, sem dúvida, matérias-primas e máquinas e não bens de luxo, mas esses insumos eram em seguida utilizados para a produção daqueles bens de luxo para consumo da burguesia e da média e alta tecnoburocracia.

A relação dívida externa líquida/exportações é um indicador da capacidade de pagamento das dívidas de um país. O índice 2 é frequentemente considerado um limite. Desde 1977 esse limite foi ultrapassado, revelando o sério problema representado pelo endividamento externo brasileiro. A única forma de voltarmos a melhorar essa relação é obtermos saldos em nossa balança comercial.

Por esse quadro vemos o extraordinário volume do nosso endividamento externo. É uma dívida muito grande seja em termos absolutos

(nenhum país subdesenvolvido tem dívida maior), seja em termos relativos (a relação entre a dívida e as exportações é de 2,3 vezes, quando um número razoável seria em torno de 1,5 vezes).

Essa dívida é talvez o problema econômico mais grave que a economia brasileira enfrenta. Faz-nos dependentes dos banqueiros internacionais, que estão sempre nos ameaçando de interromper os financiamentos. E estão certamente querendo sujeitar a política econômica do país às regras do Fundo Monetário Internacional, entidade que, em última análise, representa os interesses desses banqueiros, nossos credores. É verdade que nossa situação não é desesperadora, que temos dois trunfos fundamentais a nosso favor. A nossa falência levará boa parte do sistema financeiro internacional de roldão, tal a dimensão de nossa dívida. Por outro lado temos uma economia extremamente dinâmica, com um potencial de desenvolvimento imenso, e os banqueiros internacionais conhecem isso perfeitamente.

É preciso admitir que o Governo brasileiro foi irresponsável ao assumir essa dívida, nos quadros do subdesenvolvimento industrializado, mas é preciso também assinalar que não tivemos sorte de encontrar petróleo. A elevação dos preços do petróleo, além de tornar imediatamente mais pobres os não produtores dessa matéria-prima, desequilibrou toda a economia mundial e não apenas a brasileira. Os países produtores de petróleo, incapazes de importar tanto quanto exportam, acumularam saldos enormes. Os saldos de uns deviam necessariamente ser compensados pelos déficits dos outros países. E a acumulação desses saldos são os "petrodólares" que devem ser "reciclados", ou seja, depositados nos bancos internacionais para em seguida serem emprestados para países devedores como o Brasil.

Nestas horas de dificuldades, surgem os economistas ortodoxos com suas propostas de taxa de câmbio realista, já que não podem mais falar em livre-cambismo. A última experiência nesse sentido ocorreu em dezembro de 1979, quando interrompemos um inteligente sistema de minidesvalorização do cruzeiro (inflação interna menos inflação externa aproximadamente), com uma máxidesvalorização de 30%. Os resultados foram desastrosos. Apenas aceleraram a inflação. E em aproximadamente um ano, minidesvalorizações abaixo do necessário (para evitar maiores pressões inflacionárias) haviam eliminado quase toda a desvalorização do cruzeiro.

Na verdade, há uma tendência na economia brasileira para o cruzeiro ser mantido ligeiramente valorizado. É uma forma indireta de se impor um imposto de exportação sobre os produtos primários. Taxá-los diretamente é politicamente muito difícil. Sempre foi. Por isso, valoriza-se o cruzeiro, pagando-se um pouco menos de cruzeiros para cada dólar

exportado por exportadores de produtos primários (café, soja, açúcar, cacau, madeira, ferro etc.), cujos custos de produção permitem perfeitamente o pagamento desse "imposto". Os demais produtos, especialmente os manufaturados, são compensados com subsídios. E as importações são dificultadas através de tarifas de importação e licenças de importação.

Essa é a maneira correta de administrar nossas contas externas, e não através do mecanismo mágico e automático da taxa de câmbio livre. É claro que não é um modo fácil. A administração da taxa de câmbio e de subsídios à exportação de manufaturados permite erros, possibilita favores especiais. Mas é a única alternativa com alguma possibilidade de êxito.

CAPÍTULO XX

O Desequilíbrio Financeiro

Uma economia capitalista para operar necessita de um sistema financeiro, ou seja, de um sistema de débitos e créditos. Vimos o endividamento externo antes de examinarmos o sistema interno de financiamento. Talvez porque o desequilíbrio naquela área seja mais grave. Mas o desequilíbrio financeiro interno não é menos grave.

Uma economia capitalista á antes de mais nada uma economia monetária. Todas as trocas se realizam através do uso de moedas. No passado a moeda era uma mercadoria particular: principalmente o ouro. Hoje a moeda deixou de ser mercadoria. É um título de crédito. Tem um valor meramente fiduciário, ou seja, baseado na confiança. A moeda é um título emitido pelo Estado diretamente ou através dos bancos. E há dois tipos de moeda: a moeda-papel e os depósitos à vista nos bancos comerciais, que valem exatamente como moeda, já que podem ser movimentados imediatamente através de cheques.

Há dois tipos fundamentais de financiamento para as empresas: o financiamento de capital de giro e o financiamento da acumulação de capital. Além disso há o financiamento dos consumidores.

O financiamento do capital de giro decorre da prática entre as empresas de comprar e vender a uma prazo que varia em torno de 30 a 60 dias. Se alguém vende a prazo, recebe títulos que pode parcialmente descontar nos bancos. O que compra a prazo recebe um financiamento que deve pagar quando vender sua produção.

O financiamento do capital de giro já existia no capitalismo mercantil. Todo o sistema bancário brasileiro foi montado em torno dele, particularmente do financiamento da produção e exportação de café. O sistema bancário brasileiro sempre foi perfeitamente capaz de realizar

esse tipo de financiamento, o qual não implica grande volume de capital de rentistas (ou seja, de capitalistas inativos). Grande parte do capital necessário ao financiamento do capital de giro provém das próprias empresas, que vendem a prazo e não descontam suas duplicatas.

O financiamento ao consumidor foi também inicialmente realizado com o capital das próprias empresas varejistas. A partir dos anos sessenta, entretanto, quando foi realizada uma grande reforma no sistema financeiro nacional, o crédito direto ao consumidor foi institucionalizado e passou a ser financiado por Companhias Financeiras, que emitem letras de câmbio para serem compradas por rentistas. Essa reforma foi uma causa importante para o aumento das vendas de bens de consumo duráveis que iriam caracterizar o "milagre econômico" 1967-73.

O grande problema de um país capitalista, entretanto, é montar um sistema de financiamento a longo prazo para a acumulação de capital. Para que esse sistema se institua é necessário não apenas que se criem os mecanismos formais necessários, mas também e principalmente que haja poupanças disponíveis de rentistas que possam ser transferidas para os investidores. O papel do sistema financeiro, neste caso, é coletar as poupanças dispersas dos rentistas e transferi-las de forma concentrada para os investidores. Caso isto não seja viável, por falta de capital de rentistas disponível nos bancos, existe uma segunda alternativa que é deixar o financiamento da acumulação por conta do Estado e dos seus bancos de financiamento.

No Brasil, a partir de 1964, todas as tentativas foram feitas no sentido de se montar um sistema privado de financiamento da acumulação, mas afinal esse financiamento acabou sendo fundamentalmente público. Segundo cálculos conservadores de Wilson Suzigan, o Estado, em 1974, foi responsável por 72,2% dos financiamentos à acumulação de capital.

A inovação institucional fundamental, que serviu de base para o desenvolvimento do sistema financeiro, foi a correção monetária dos débitos. Através da correção monetária, os aplicadores, em uma economia marcada por altas taxas de inflação, ficavam garantidos quanto ao retorno do principal mais uma taxa de juros real. Dessa forma, os rentistas eram estimulados a aplicar o seu dinheiro a juros, ao invés de fazer imobilizações imobiliárias ou serem levados à agiotagem ilegal.

A partir dessa inovação básica, tentaram-se outras medidas que visavam desenvolver um sistema de financiamento da acumulação. Tentou-se desenvolver as bolsas de valores e o mercado de ações. A compra de novas ações seria uma forma por excelência de financiamento privado da acumulação. Criaram-se incentivos aos investimentos em ações. Mas, na verdade, as bolsas são muito mais instituições que garantem a liquidez de títulos (além de procurarem legitimar ideologicamente o sistema capi-

talista através da idéia de “democratização” da propriedade) do que meios de financiar a acumulação. As esperanças nas ações e nas bolsas de valores terminaram com a grande especulação de 1971.

A outra tentativa foi a criação dos bancos de investimentos. Mas, como no caso da bolsa de valores, não havia recursos disponíveis por parte dos rentistas para serem depositados nos bancos de investimentos privados. A classe dos rentistas é ainda pequena no Brasil.

O incentivo à fusão de bancos e à formação de conglomerados financeiros foi outra tentativa. Procurava-se imitar a experiência alemã e japonesa em que o capital bancário se fundiu com o capital industrial, sob a hegemonia do primeiro, formando-se assim o que Marx e Hilferding chamaram de capital financeiro. Isto foi possível naqueles países porque o capital financeiro, subsidiado pelo Estado, precedeu o industrial. No Brasil, como nos Estados Unidos ou no Canadá, isto não ocorreu. Não havia e não há condições para a formação de um capital financeiro no Brasil, apesar das esperanças dos grandes bancos, da política favorável desenvolvida pelo Governo e do vaticínio de certo marxismo-leninismo de que “a etapa do capital financeiro é inevitável”. No Brasil, de um lado as tradições mercantis do capital bancário eram muito arraigadas e, de outro, o capital industrial já era muito forte para submeter-se ao capital bancário. Ambos deverão permanecer relativamente independentes um do outro.

Falhando todas as tentativas privatistas, seja as do capitalismo competitivo, como as bolsas de valores, seja as do capitalismo monopolista, como a dos conglomerados financeiros sob a égide dos bancos, não restou outra alternativa ao Governo senão transformar o Estado no agente financeiro fundamental da acumulação. Só o Estado tem a capacidade de realizar a poupança forçada necessária.

Para isso uma série de fundos de poupança forçada foi criada — PIS, PASEP, FGTS etc. —; tais fundos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Banco Nacional da Habitação, foram repassados para o setor privado ou utilizados para o investimento das empresas estatais. Podemos calcular que cerca de 60% dos novos investimentos realizados todo ano no Brasil são financiados pelo Estado, não considerando, naturalmente, o financiamento interno das próprias empresas, a partir da reinversão de seus lucros.

O fracasso da instalação de um sistema privado de financiamento da acumulação não se deveu, entretanto, apenas à falta de capital disponível por parte de rentistas. Esta é uma causa básica, estrutural. A grande maioria dos capitalistas no Brasil ainda são ativos empresários. Mas há uma segunda razão. A especulação e a desonestidade atingiram graus elevadíssimos no mercado financeiro brasileiro.

Dados os grandes incentivos governamentais à formação desse mercado, e ao próprio crescimento da economia brasileira, foi possível girar um volume considerável de créditos e débitos nesse mercado. Verificou-se, inclusive, o processo muito normal de "aprofundamento do capital", à medida que os débitos e créditos se multiplicam uns sobre os outros, aumentando o volume de títulos de crédito muito mais do que a base real da economia. É o progresso de formação de capital fictício, que, em última análise, facilita a acumulação de capital. Se tomarmos a relação entre o total de ativos financeiros não monetários (depósitos bancários a prazo, letras de câmbio, letras imobiliárias, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, Letras do Tesouro Nacional e títulos estaduais e municipais) e dividirmos pela quantia de dinheiro (papel-moeda em poder do público e depósitos bancários à vista), temos que essa relação era de 1,2 em 1972 e em janeiro de 1982 já alcançava 3,8.

Esse aprofundamento financeiro permitiu, sem dúvida, uma melhor captação de poupanças privadas. Mas seus limites são muito claros, já que o Estado continua a ser o grande agente financiador da acumulação privada. Por outro lado, foi muito alto o custo para o país desse desenvolvimento financeiro marcado por especulação desenfreada e pelo aventurismo sempre bancados pelo Estado. Este, para salvar o mercado, garantia o pagamento dos créditos aos aplicadores individuais, ou seja, aos rentistas, quando as empresas financeiras se tornavam insolventes, incapazes de pagar seus compromissos.

CAPÍTULO XXI

A Taxa de Juros

O sistema financeiro tem um mecanismo cujo papel é, teoricamente, controlá-lo: a taxa de juros, ou seja, o preço do dinheiro.

Existem quatro preços básicos em uma economia capitalista: o preço das mercadorias ou preço propriamente dito; a taxa de salários ou preço da mercadoria força de trabalho; a taxa de câmbio ou preço das moedas estrangeiras; e a taxa de juros ou preço do dinheiro.

Já examinamos os três primeiros preços. O preço das mercadorias corresponde estruturalmente à quantidade de trabalho incorporado em cada bem e flutua em torno desse valor em função da oferta e da procura e da tendência à equalização das taxas de lucro; o salário, quando seu preço não é controlado por sindicatos ou pelo Estado, é correspondente ao valor da força de trabalho, ou seja, à quantidade de trabalho necessária para reproduzi-la. Também varia no curto prazo em torno do seu valor em função da oferta e da procura. A taxa de câmbio corresponde, estruturalmente, à relação entre os preços das mesmas cestas ou conjuntos de mercadorias, em suas respectivas moedas, no Brasil e em outros países. Flutua também em torno desse valor em função da oferta e da procura. Resta-nos examinar a taxa de juros.

Estruturalmente a taxa de juros é a parte da mais-valia que os capitalistas empresários pagam aos capitalistas rentistas para usarem seu dinheiro. Isto significa que a taxa de juros tende sempre a ser menor do que a taxa de lucro. A taxa de juros, entretanto, também flutua em torno desse seu valor básico, em função da oferta e da procura de dinheiro. Nesse sentido, a taxa de juros tende a ser mais alta nos momentos de prosperidade, quando a procura de dinheiro para investimentos e consumo é muito alta, e vice-versa. Nesses momentos a taxa de lucros tam-

bém estaria muito alta, de forma que a economia ainda estaria em equilíbrio.

Entretanto, a taxa de lucro, especialmente a taxa de lucro prevista pelos empresários, flutua muito rapidamente. De repente, pelos motivos que já examinamos no Capítulo XVIII, as empresas tornam-se pessimistas em função de suas perspectivas de lucro. A taxa de juros, todavia, deverá permanecer ainda por algum tempo alta. Este fato só acelera a queda nos investimentos e a crise.

A taxa de juros, contudo, tende em seguida também a cair. Mas não cai a zero. Mantém-se sempre positiva, porque os capitalistas especuladores estão sempre querendo manter certa liquidez (dinheiro é o ativo líquido por excelência) para fazerem bons negócios que eventualmente surjam. Nesses termos os lucros previstos podem ficar durante bom tempo, no fundo da crise, abaixo da taxa de juros. É a armadilha da liquidez descoberta por Keynes, que impede a recuperação automática da economia via mecanismos de mercado, e exige a intervenção do Estado.

Os economistas ortodoxos, sempre acreditando na capacidade milagrosa do mercado, não aceitam essa teoria da armadilha da liquidez. Além disso, acreditam que a taxa de juros tem uma capacidade de regular a economia muito maior do que de fato ela tem.

Segundo esses economistas, elevar a taxa de juros seria, por exemplo, uma excelente forma de combater a inflação. Observe-se que estamos falando da taxa de juros real, deflacionada, que corresponde aproximadamente à taxa nominal de juros menos a taxa de inflação.

A taxa de juros seria elevada através da limitação da quantidade de moeda em circulação. O Estado, através dos instrumentos de política monetária, pode controlar até certo ponto a oferta de moeda (ou seja, a quantidade de moeda em circulação). São quatro os principais instrumentos de controle da oferta de moeda: (1) depósito compulsório, ou seja, a porcentagem dos depósitos de seus clientes que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central (quanto maior esse depósito compulsório menos os bancos poderão emprestar e menor quantidade de moeda); (2) a limitação quantitativa ou a liberação por parte do Banco Central dos limites percentuais de crédito que os bancos podem conceder em relação ao ano ou ao mês anterior; (3) a pura e simples emissão ou recolhimento de moeda em função de déficits ou saldos do tesouro nacional; e (4) as operações de "open market" das quais o Governo vende títulos ao público (diminuindo a quantidade de moeda) ou recompra os títulos (aumentando-a).

Para elevar a taxa de juros o Governo deveria acionar um desses quatro instrumentos, reduzindo a quantidade de moeda e, assim, aumentando a taxa de juros. Acontece, entretanto, que o orçamento global do

Estado (fiscal e monetário) está geralmente em déficit, obrigando o Governo a emitir continuamente dinheiro. A alternativa à emissão de moeda é a venda de títulos do Governo ao público ("open market"). Mas como as poupanças privadas disponíveis são reduzidas, o resultado é uma forte elevação na taxa de juros que irá propiciar um processo de especulação financeira desenfreada. A taxa de juros sobe porque o Governo, procurando limitar as emissões inflacionárias de dinheiro, necessita de muito dinheiro do setor privado para cobrir seu déficit. Para conseguir esse dinheiro através da venda de títulos públicos, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e Letras do Tesouro Nacional (LTN), o Governo é levado a oferecer altas taxas de juros aos tomadores dessas letras. A elevada taxa de juros, por sua vez, propicia variações na própria taxa. Os agentes financeiros, dadas as variações na taxa de juros, querem de todas as maneiras ganhar no diferencial comprando títulos por um juro menor e vendendo por um juro maior. A especulação desenfreada que daí decorre foi chamada com muita propriedade de "ciranda financeira", com fortes efeitos concentradores de renda e inflacionários.

Com a alta da taxa de juros resultante da política monetária do Governo de diminuição relativa da oferta de dinheiro, através de compra de títulos públicos, as empresas investiriam menos (já que o diferencial entre a sua taxa de lucros prevista e a taxa de juros diminuiria), a demanda agregada cairia, e a inflação se desaceleraria.

Essa prática foi tentada no Brasil várias vezes, especialmente a partir de 1974. E os resultados foram sempre os piores possíveis. Os investimentos são muito menos sensíveis à taxa de juros do que se pensa. Só quando a taxa de juros real (descontada a inflação) sobe a níveis elevadíssimos, essa taxa passa a afetar os investimentos. Foi o que aconteceu no Brasil em 1981 devido não apenas à política econômica do Governo brasileiro, mas também à alta taxa de juros internacional causada, por sua vez, por uma política semelhante de restrição monetária e compra de títulos públicos por parte do Governo e do Banco Central norte-americanos. O importante, normalmente, são as flutuações nas perspectivas de lucro. Além disso, as empresas monopolistas têm condições de repassar para os seus preços os aumentos da taxa de juros. Em conseqüência, a elevação da taxa de juros, ao invés de deflacionária, tende a ser inflacionária.

Há outro argumento a favor de taxas de juros elevadas. Seria a forma de "estimular a poupança". Quanto maior a taxa de juros, menos se consumiria e mais se investiria.

Esta tese dos economistas ortodoxos, que foi também defendida na economia brasileira em diversas ocasiões, é um dos maiores contra-sensos em matéria de pensamento econômico. Está mais do que verificado que a

sensibilidade do consumo à taxa de juros é mínima. Taxas de juros mais elevadas podem, no máximo, fazer os rentistas desviarem suas aplicações de negócios imobiliários e de pura e simples agiotagem para o mercado regular de títulos. O volume de poupança não aumenta com taxas de juros elevadas. Pelo contrário, poderá diminuir à medida que a elevação dos juros prejudique os investimentos. Já vimos que os investimentos são pouco sensíveis à taxa de juros, mas se estas subirem de maneira absurda, como aconteceu no Brasil no início de 1981, elas poderão afetar o investimento e toda a atividade econômica (nessa ocasião a taxa real de juros chegou em torno de 30% quando o razoável seria entre 5 e 10%). Na verdade, conforme ensinaram Keynes e Kalecki, não é a poupança que determina o investimento, mas o inverso. Quanto maior o investimento, maior será a renda e mais se poderá poupar dessa renda. Uma elevação da taxa de juros só estimularia a poupança se estivessemos na excepcional situação de pleno emprego, quando o aumento dos investimentos não levaria ao aumento da produção, mas à inflação. Sabemos, porém, que esse fato só ocorre no sistema capitalista no rápido momento do auge do ciclo econômico. Fora desse momento a elevação da taxa de juros só contribui para estimular a inflação, reduzir a produção e diminuir a poupança macroeconômica.

Na verdade, essa tendência para se elevar injustificadamente as taxas de juros na economia brasileira faz parte da luta entre o capital bancário e o capital rentista contra o capital industrial e comercial. Quanto maiores forem as taxas de juros, maior será a participação na renda das instituições financeiras e dos rentistas, em prejuízo, naturalmente, das atividades produtivas.

Isto não significa que haja um conflito intrínseco de interesses entre o capital bancário e rentista, de um lado, e o capital industrial, de outro. A relação é mais complexa. O desenvolvimento de um apóia o outro, e vice-versa. Mas não há dúvida de que no Brasil, especialmente a partir de 1964, foi dada uma prioridade muito grande ao setor financeiro. Todo apoio lhe foi dado. E através de taxas de juros elevadas e de especulação, esse setor aumentou sua participação na renda nacional, de cerca de 4,3% em 1965 para 6,4% em 1973 e 9,3% em 1978. Não há dúvida de que esse crescimento exagerado, sem que o sistema ao mesmo tempo se sentisse capaz de financiar a acumulação de capital através de investimentos a longo prazo, realizou-se em prejuízo de investimentos produtivos. Não há sistema capitalista avançado sem um sofisticado sistema financeiro. Mas este desenvolvimento financeiro não deve ser realizado às custas do desenvolvimento industrial ou apoiado em uma concentração de renda insuportável como aconteceu no Brasil.

CAPÍTULO XXII

A Inflação

Estamos descrevendo a economia brasileira como um padrão de acumulação teoricamente em equilíbrio — o modelo de subdesenvolvimento industrializado — que, a partir da contradição básica nele implícita, se traduz em uma somatória de desequilíbrios. Dividimos os desequilíbrios em estruturais: desequilíbrio entre lucros e salário, entre o setor monopolista e o competitivo, entre as regiões do país, entre a agricultura e a indústria; e desequilíbrios dinâmicos: desequilíbrio macroeconômico entre demanda e oferta agregada provocando ciclos, desequilíbrio externo, desequilíbrio financeiro.

A inflação seria um quarto desequilíbrio dinâmico a ser citado, mas prefiro considerá-la, mais do que isso, o reflexo de todos os desequilíbrios.

A inflação é o processo de aumento continuado e geral de preços através do tempo. É um fenômeno universal, que se agravou nos últimos anos, à medida que os mercados competitivos deixaram de funcionar e passaram a ser substituídos por mercados monopolistas e cartelizados não só a nível nacional, mas também a nível internacional, como é o caso do cartel da OPEP. No Brasil, conforme mostra o Quadro XVI, a inflação revelou uma tendência crescente, até 1980, quando (medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas) alcançou a taxa de 110,2%. Em 1981 uma forte recessão logrou reduzir a taxa de inflação.

A inflação está sempre associada ao aumento de quantidade de moeda em circulação. Se definirmos M como a quantidade de moeda; V como sendo a velocidade-renda da moeda, ou seja, o número de vezes que uma mesma moeda é em média utilizada em uma economia para que se possa produzir determinada renda nominal; e Y a renda nominal (ou seja, a renda real, deflacionada, Y , corrigida monetariamente através de

QUADRO XVI — *Inflação no Brasil*¹
(%)

<i>Quinquênios</i>	
1946 — 1950	11.4
1951 — 1955	16.6
1956 — 1960	24.7
1961 — 1965	59.9
1966 — 1970	25.4
1971 — 1975	22.7
1976 — 1980	60.5
<hr/>	
1971	19.7
1972	15.5
1973	15.7
1974	34.5
1975	29.2
1976	46.4
1977	38.8
1978	40.8
1979	77.2
1980	110.2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica*.

(1) Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna.

sua multiplicação pelo índice de preços ou índice de inflação, p), teremos que:

$$V = \frac{Y_p}{M}$$

A partir dessa definição da velocidade-renda chegamos imediatamente à chamada “equação de trocas”:

$$MV = Y_p$$

Esta equação de trocas é a base de qualquer teoria monetária. É uma equação indiscutível porque definicional. Definida a velocidade-renda da moeda, V, está definida automaticamente a equação de trocas.

É uma equação muito importante porque mostra que existem relações necessárias entre as suas quatro variáveis. Por exemplo, se aumenta p, mantidos constantes V e Y, M terá de aumentar.

A partir dessa equação de validade indiscutível, entretanto, os economistas neoclássicos, que também podemos chamar de monetaristas,

construíram uma teoria muito simples. Afirmaram que V é uma variável que tende a ser relativamente estável, já que depende dos hábitos econômicos da sociedade. Nesses termos o aumento de p , ou seja, a inflação, seria causado por um aumento de M maior do que o aumento de Y .

A quantidade de moeda aumentaria mais do que a renda, porque os governantes, pressionados pela sociedade e procurando atender a todos, acabam realizando gastos governamentais maiores do que a receita do Governo, resultando em déficit orçamentário a ser coberto por emissões de moeda; ou então porque o Governo, também pressionado pelas empresas, acaba permitindo que os bancos concedam empréstimos que se transformam em depósitos bancários (e, portanto, em criação de moeda) em um nível maior do que o aumento da produção nacional.

Não há dúvida de que a inflação pode ter esse tipo de causa. Especialmente quando os governos são politicamente fracos, sem representatividade, sem legitimidade, como acontece nos países subdesenvolvidos como o Brasil, é fácil entender que eles tendem a gastar ou a deixar que o volume de créditos aumente mais do que aumenta a renda. Chamemos a isto de inflação monetária.

Mas é preciso lembrar que a relação causal pode ser inversa. Pode acontecer que, por outros motivos, aumente p , haja a inflação e, em decorrência, o Governo seja obrigado a aumentar M , sancionando o aumento de preços.

O aumento de p anterior ao de M pode acontecer em três casos: a inflação de auge do ciclo econômico ou inflação keynesiana, a inflação estrutural e a inflação administrada.

Inflação keynesiana ou de auge econômico é aquela que ocorre quando, na fase mais alta da prosperidade, atingindo pleno emprego e plena capacidade, a demanda agregada continua maior que a oferta, pressionando os preços para cima.

A inflação estrutural, que foi analisada pelos economistas latino-americanos, especialmente por Ceiso Furtado, Oswaldo Sunkel e Anibal Pinto, ocorre quando, em determinados setores, a demanda cresce mais rapidamente que a oferta ou então a oferta diminui por algum acidente. Em conseqüência os preços sobem naquele setor. Se o mercado funcionasse bem, logo o problema seria resolvido, com importações, por exemplo, e o preço voltaria ao seu nível normal, em torno do valor da mercadoria. Como os mercados, nos países subdesenvolvidos, não são tão flexíveis, o aumento da oferta demora. Em conseqüência o preço permanece alto por um tempo suficientemente grande para obrigar os demais agentes econômicos a também aumentarem seus preços caso não queiram ter seus lucros ou seus salários diminuídos. Devido, portanto, a essa demora na

correção do desequilíbrio ocorre o efeito de propagação do aumento de preços.

Finalmente, a inflação administrada é aquela que decorre da capacidade que têm as empresas monopolistas ou oligopolistas (e também os sindicatos, nos países centrais) de aumentar suas margens e, portanto, seus preços mesmo que a demanda não esteja maior que a oferta. Quando uma empresa aumenta dessa forma, autonomamente, seus preços, o resultado é a propagação desse aumento de preços para os demais setores como uma medida de defesa. Caso contrário terão sua participação na renda diminuída. E está desencadeada a inflação. Temos também inflação administrada quando as empresas oligopolistas conseguem manter suas margens em uma situação recessiva na qual a redução da procura agregada deveria, em princípio, causar a redução das margens de lucro e, em consequência, dos preços. Neste caso a inflação administrada torna-se a principal responsável pela manutenção do patamar de inflação ao invés de contribuir para sua elevação.

Os quatro tipos de inflação podem perfeitamente conviver e se somar. É importante, entretanto, assinalar que a inflação administrada é o fato novo em matéria de inflação, é o fato historicamente novo porque o capitalismo monopolista e cartelizado da atualidade é um fenômeno relativamente recente e cada vez mais dominante.

Além disso, é preciso observar que a inflação administrada (também chamada impropriamente de inflação de custos) é a única inflação compatível com a estagflação, ou seja, com a combinação de estagnação econômica e inflação. Os outros três tipos de inflação são inflações de demanda, que ocorrem em períodos de prosperidade.

Ora, as taxas de inflação cresceram fortemente não apenas na economia brasileira, mas também em todo o mundo. Por outro lado, a estagflação é um fenômeno dos últimos vinte anos. No Brasil, ocorreu inicialmente na crise 1962-66, conforme Ignácio Rangel analisou de forma pioneira. É fácil, portanto, concluir que a inflação administrada é provavelmente a causa hoje mais atuante da inflação em todo o mundo e no Brasil em particular.

A inflação administrada pode ser responsável não apenas pela elevação das taxas de inflação, mas também, e principalmente, pela manutenção da taxa de inflação nos níveis ou patamares que forem sendo atingidos. Uma vez atingido determinado patamar de inflação, a administração de preços por parte das empresas torna extremamente difícil baixar esse patamar. Isto se deve à capacidade que as empresas têm de transferir integralmente seus aumentos de custos para os preços, mantendo intacta a margem de lucro, ou seja, a porcentagem de lucro sobre o custo. A taxa de inflação só pode começar a cair se algumas empresas forem levadas a

reduzir suas margens, seja em função das condições de mercado (recessão) ou do controle dos preços pelo Estado. A política de preços fundamental das empresas oligopolistas consiste exatamente em manter fixas suas margens de lucro, tornando assim extremamente rígida para baixo a taxa de inflação. A inflação administrada só é causa do aumento das taxas de inflação quando as empresas aumentam suas margens. Ela, entretanto, é sempre causa da manutenção dos patamares de inflação à medida que as empresas mantêm fixas suas margens de lucro.

Por outro lado, é preciso observar que a inflação monetária, que continua também a ser importante, pode ser entendida como um fenômeno exógeno, externo, portanto, ao sistema econômico. É como os monetaristas a vêem. Ou pode ser encarada como um processo endógeno, como um fenômeno que resulta das deficiências do controle da economia pelo mercado e das novas funções que o Estado foi obrigado ou pressionado a assumir na sociedade. Não há dúvida de que o grande crescimento da taxa inflacionária a partir de 1976 está relacionado com os crescentes déficits globais (considerado não apenas o orçamento fiscal que apresenta sempre um saldo artificial, mas também o orçamento monetário, onde estão colocados todos os subsídios à agricultura, às exportações etc.) do Governo Federal. De uma situação próxima do equilíbrio no início da década, esses déficits, em relação ao PIB, chegaram a 5,3% em 1978, 8,1% em 1979 e 7,3% em 1980.

Já vimos que houve mudança fundamental no papel do Estado no plano econômico. Estamos muito longe do Estado liberal, do Estado do *laissez-faire*. O Estado hoje é considerado por todos o principal responsável pelo bem-estar e pelo desenvolvimento do país. Ele é o Estado do Bem-Estar, responsável pelo consumo social, é o Estado Regulador, responsável pelo equilíbrio macroeconômico do sistema, é o Estado Produtor responsável pela taxa de acumulação de capital e o próprio desenvolvimento econômico.

Ora, um Estado com essas funções estará sempre necessariamente sendo pressionado para aumentar suas despesas sociais, ou subsidiar determinados setores considerados prioritários, ou aumentar as facilidades de crédito, ao mesmo tempo que é pressionado a não aumentar suas receitas provenientes de impostos com base em toda sorte de argumentos. O Estado é obrigado a compensar os prejuízos globais da economia que entra em crise, aumentando suas despesas, ou a compensar os prejuízos setoriais, concedendo subsídios. O déficit orçamentário é a consequência necessária disso tudo, e a inflação monetária ganha caráter de uma "inflação compensatória".

O Estado transforma-se, assim, parcialmente, em um órgão substitutivo do mercado, à medida que passa a ser um agente de redistribuição

(e geralmente de concentração) da renda. Ele está sendo sempre chamado para resolver os desequilíbrios, para resolver os problemas em todos os setores da economia. E ao procurar realizar essa tarefa ele cria novas distorções, novos desequilíbrios, que se resolvem em inflação.

A inflação torna-se assim um fenômeno intrínseco à economia brasileira. Uma forma, através da qual os grupos e classes sociais disputam a divisão da renda. A inflação em todos os casos é, em última análise, o resultado de uma luta distributiva. Quem tiver poder para subir mais e mais depressa do que os outros seus preços será o beneficiado, ganhará com a inflação. Os que elevarem seus preços, seus juros e seus salários e ordenados com atraso serão os perdedores. A inflação, em última análise, é uma luta pela apropriação do excedente econômico. No Brasil, em que o poder das diversas classes e frações de classe é tão díspar, a inflação tem sido basicamente um mecanismo de concentração de renda e mais especificamente uma forma de transferir renda para os grupos capitalistas ao mesmo tempo mais dinâmicos e com maior poder sobre o Estado. Foi sempre uma forma de transferir renda dos trabalhadores para os capitalistas. Em certos momentos, particularmente nos anos quarenta e cinquenta, foi uma forma de transferir excedente dos exportadores agrícolas para os industriais; nos anos setenta um dos setores mais beneficiados com a inflação foi o produtor de bens de capital, que recebeu tratamento prioritário e créditos subsidiados do Estado, mas muitos outros setores e empresas foram também beneficiados com empréstimos oficiais a taxas negativas de juro.

Como os desequilíbrios estruturais e dinâmicos da economia brasileira não são solucionados pelos mecanismos automáticos do mercado nem por métodos administrativos, via política econômica do Estado, eles encontram sua aparente solução ou sua válvula de escape na inflação, a qual tende a se acelerar quanto maiores forem os desequilíbrios e quanto maior for a insatisfação e o poder dos diversos grupos que compõem a sociedade — especialmente as grandes empresas monopolistas que possuem grande poder sobre o mercado — em relação à sua participação no excedente econômico.

CAPÍTULO XXIII

Planejamento Econômico

Política econômica em uma economia capitalista é o processo através do qual o Estado intervém no mercado, corrigindo-o, orientando-o para determinados objetivos. Se o mercado funcionasse da maneira absolutamente perfeita com a qual os economistas ortodoxos sonham, não haveria lugar para política econômica. Como os economistas ortodoxos ou neoclássicos tendem a confundir sonho com realidade e a imaginar que o mercado, “apesar de tudo”, acaba funcionando adequadamente, há pouco lugar para política econômica em suas teorias. O máximo que a política econômica deveria fazer seria “restabelecer as condições de concorrência”, como se isso fosse possível, como se fosse possível por alguns atos legislativos e de política econômica acabar com o capitalismo monopolista tecnoburocrático de Estado e voltar ao “Estado idílico” do capitalismo competitivo, que aliás de idílico não tem nada. Basta lembrar, caso haja alguma dúvida, o imenso grau de exploração da força de trabalho e as profundas flutuações cíclicas “que prevaleceram na Inglaterra do século XIX, quando o capitalismo competitivo era dominante.

De qualquer forma, depois do êxito do planejamento econômico soviético e das propostas de política econômica conjunturais de Keynes, alcançando ambos grande êxito apesar de todas as suas limitações, a necessidade de cada Governo desenvolver através dos aparelhos do Estado uma política econômica coerente tornou-se um fato definitivo.

Há dois tipos de política econômica. Há a política econômica estrutural ou de médio prazo, que se divide em planejamento econômico e política de rendas e a política econômica de curto prazo ou conjuntural. A primeira preocupa-se com o desenvolvimento econômico, a taxa de acumulação, os desequilíbrios regionais, a distribuição da renda. A segunda,

com os fenômenos mais imediatos de equilíbrio macroeconômicos (e equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas) e o equilíbrio financeiro (inflação, taxa de juros, equilíbrio externo).

No Brasil o planejamento econômico vem sendo praticado desde os anos quarenta, mas o primeiro plano econômico que realmente foi implementado com êxito foi o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. O Plano Trienal, elaborado (por Celso Furtado) no governo João Goulart, não teve condições políticas para ser aplicado, dada a crise que o país atravessava. O PAEG, 1964-1966, elaborado por Roberto Campos após a Revolução de 1964, serviu de instrumento para uma política econômica relativamente ortodoxa e para um grande arrocho salarial, mas serviu também de base para algumas reformas econômicas importantes, que o governos anteriores não tinham tido condições políticas de implementar: a reforma bancária e a criação do Banco Central, a reforma do mercado de capitais, a criação do FGTS e do BNH, a criação do instituto da correção monetária. Estas reformas, nem todas previstas no plano, foram completadas no início da gestão de Antônio Delfim Neto no Ministério da Fazenda (1967-1973) com a criação das minidesvalorizações cambiais, com a implantação, ainda que sempre imperfeita e criticada pelos empresários, do controle administrativo, dos preços das empresas oligopolísticas pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), com a instituição dos fundos de poupança forçada PIS e PASEP. O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1970-74, elaborado pelo ministro do Planejamento Reis Veloso, coincidiu com a expansão cíclica, deu ênfase à indústria de bens de consumo durável que já vinha em expansão, liderada pela indústria automobilística, e foi considerado um sucesso apesar das enormes distorções distributivas que provocou na economia brasileira. O segundo PND, elaborado pelo mesmo ministro, mudou a ênfase do desenvolvimento para a indústria de bens de capital e foi considerado um fracasso porque coincidiu com a retração cíclica. Era ambicioso demais e teve de ser abandonado. Foi incapaz de reconhecer que o Brasil (e o mundo) entravam naquele momento em uma fase de declínio ou desaceleração cíclica que tornavam inviáveis a maioria de suas metas. Mas, de qualquer forma, foi importante para estimular de forma decisiva a implantação definitiva da indústria de bens de capital no Brasil, com ajuda das grandes empresas estatais, como a Petrobrás, as diversas siderúrgicas e as diversas empresas hidrelétricas, que foram levadas a dirigir suas grandes encomendas de equipamentos para esse novo setor industrial em implantação.

O terceiro PND, elaborado em 1979, em plena crise, pelo agora ministro do Planejamento Delfim Neto, paradoxalmente descrente do planejamento, não é um plano. É uma mera declaração de intenções. Reflete não apenas a crise econômica, mas também a própria crise do

Governo, incapaz de formular um plano coerente. De qualquer forma, está correto quando reconhece que os setores prioritários para a economia brasileira, no início dos anos oitenta, são a agricultura e o desenvolvimento de novas fontes de energia.

O planejamento econômico, quando foi proposto como solução importante para os problemas econômicos do país, encontrou muitas resistências. Era considerado, pelos economistas ortodoxos e pela burguesia conservadora, uma ameaça de socialismo. As velhas teses do *laissez-faire* eram desenterradas para contestar qualquer tentativa de planejamento.

Por outro lado, os economistas estruturalistas nos anos cinquenta, engajados na luta pela industrialização, viam o planejamento como uma espécie de panacéia. Percebiam com razão que era um instrumento essencial para racionalizar a ação do Estado. Se a investigação do Estado na economia é uma condição essencial para o desenvolvimento, para a recuperação do atraso dos países subdesenvolvidos, era essencial dar coerência à ação desse Estado. O planejamento não é mais nada do que isto em uma economia capitalista, em que o mercado, mal ou bem, continua funcionando e deve ser respeitado.

Na prática, o planejamento revelou-se realmente um instrumento extremamente útil, embora limitado, para promover o desenvolvimento econômico. Foi um fator de aceleração das taxas de crescimento da economia e de industrialização, embora não conseguisse superar o caráter cíclico da economia.

O papel do planejamento econômico em uma economia capitalista é fundamentalmente o de direcionar a acumulação para determinados setores considerados prioritários. Feito o diagnóstico e verificado que determinado setor precisa ser especialmente desenvolvido, seja porque se atrasou em relação aos demais, como foi o caso da indústria de bens de capital, seja porque tem encadeamento para trás e para frente muito grandes, como aconteceu com a indústria automobilística, seja porque se imagina que o país tenha vantagens relativas naquele setor, como acontece com a agricultura. O planejamento serve também para orientar o investimento para certas regiões atrasadas, como a Amazônia ou o Nordeste.

Para orientar os investimentos em determinadas direções o Estado tem dois instrumentos. Em primeiro lugar ele pode direcionar para determinado setor produtivo os investimentos de suas próprias empresas ou das empresas que cria especialmente para isso. O Estado transforma-se em Estado Produtor, cria empresas, preenche áreas vazias, realiza investimentos que, por sua dimensão e/ou por sua baixa rentabilidade esperada, não atraem capitais privados. No Brasil foi o caso da grande siderúrgica de aços planos, do petróleo, da energia elétrica, da mineração de ferro.

Nessas e em muitas outras áreas em que o Estado teve de intervir a participação das empresas privadas foi sempre marginal.

Em segundo lugar, o Estado direciona a acumulação para determinados setores tornando as suas perspectivas de lucro extraordinariamente atrativas. De acordo com a teoria econômica ortodoxa, o capital seria extremamente móvel, movimentando-se de um setor para outro da economia com a maior rapidez, à menor indicação de que naquele setor as taxas de lucro poderiam ser mais elevadas. Dessa forma, através da rápida mobilidade dos capitais em competição, ocorreria a equalização das taxas de lucro postulada por todos os economistas quando pensam em um mercado competitivo.

O capital dinheiro de fato é muito móvel. Está sempre em busca da melhor taxa de juros. Mas o capital produtivo, aplicado em capital constante, ou seja, em fábricas, equipamentos e mercadorias, e em capital variável, ou seja, em força de trabalho, é um capital dotado de muito pouca mobilidade. E o capital produtivo tem um peso muito maior do que o capital dinheiro em economias capitalistas, especialmente em economias capitalistas subdesenvolvidas como a brasileira, em que o sistema financeiro não foi muito desenvolvido.

Em conseqüência, para movimentar o capital para os setores considerados prioritários pelo planejamento, o Estado é levado a criar subsídios fiscais e creditícios enormes que elevem fortemente a taxa de lucro esperada daquele setor em relação à taxa média de lucro da economia. Só com grandes diferenciais de taxa de lucro é possível lograr mobilidade do capital e, portanto, redirecionamento dos investimentos privados.

Subsídios fiscais são deduções de impostos de toda ordem. Subsídios creditícios são reduções na taxa de juros, tornando-a fortemente negativa, ou seja, muito inferior à taxa de inflação. Quem recebe um empréstimo a taxas negativas de juros recebe um prêmio (um subsídio) com o dinheiro tomado emprestado ao invés de pagar um preço (o juro positivo). Os subsídios são transferências de renda. Se alguém deixa de pagar um imposto, outro terá de pagar mais para compensar. Se uma empresa recebe um empréstimo a uma taxa de juros de 30% ao ano quando a taxa de inflação está em torno de 100%, a diferença entre as duas taxas mais o juro real de mercado (digamos 10% ao ano em termos reais) corresponde ao subsídio que deverá ser pago por alguém.

Quem dá os subsídios é sempre o Estado. Quem paga os subsídios é sempre a população como um todo, são sempre os setores considerados não prioritários.

Compreende-se, em função dessa análise, por que o planejamento deixou de ser considerado pelos capitalistas situados nos setores privilegiados pela política econômica do Governo como uma "ameaça socia-

lista". Mas é fácil também perceber que esse tipo de planejamento pode trazer enormes distorções para a economia. Concentra renda, tende a produzir o desequilíbrio orçamentário do Estado e provoca inflação.

O planejamento, como a inflação, transformou-se realmente em um mecanismo de transferência de rendas dos trabalhadores para os capitalistas, dos setores menos prioritários para os mais prioritários, sendo que a definição do que seja um setor prioritário nem sempre obedece a critérios econômicos objetivos, mas a critérios políticos. Especialmente quando são considerados casos particulares. Além disso, para se beneficiar dos subsídios a empresa precisa ter uma certa dimensão, certa capacidade de negociação com as entidades oficiais que os concedem. Isto explica por que, na agricultura, os subsídios creditícios tendem a limitar-se aos médios e grandes proprietários. E por que, na indústria, o grande beneficiário dos subsídios seja o capital monopolista.

CAPÍTULO XXIV

Política de Rendas

O segundo tipo de política econômica estrutural é a política de rendas. Através dessa política se procuraria, deliberadamente, influenciar em uma ou em outra direção a distribuição de renda dentro de um país.

É claro que essa classificação de política econômica estrutural, subdividida em planejamento econômico, política de rendas e política econômica conjuntural, é arbitrária, imprecisa. Isto porque elas se interpenetram. Já vimos que o planejamento econômico, ao estabelecer um sistema de subsídios, implica um processo de transferência de renda. Veremos que nas políticas conjunturais de combate à inflação ou de restabelecimento do equilíbrio externo as implicações distributivas são enormes. Mas é possível imaginar uma política especificamente de rendas.

No caso de uma política de rendas, o objetivo não será primordialmente a acumulação e o desenvolvimento (como no caso do planejamento) nem o equilíbrio financeiro (como no caso da política antiinflacionária), mas a própria distribuição de renda.

Já vimos que as tendências “naturais” de uma economia capitalista são extraordinariamente concentradoras de renda. Mesmo em um mercado competitivo não há razão nenhuma para se imaginar que a economia tenda a desconcentrar a renda. A teoria econômica ortodoxa, que pretende manter tudo em equilíbrio através das forças do mercado, foi capaz de mostrar como um mercado perfeitamente competitivo seria capaz de alocar recursos com eficiência ótima, mas jamais foi capaz de demonstrar que a economia tendesse para uma distribuição de renda “ótima” ou justa. A tese de que a remuneração dos “fatores de produção”, capital e trabalho, é proporcional à sua produtividade marginal é uma brincadeira de mau gosto dos economistas neoclássicos para explicar o lucro. Na

verdade, só existe um verdadeiro fator de produção: o trabalho. Os meios de produção são simplesmente trabalho acumulado ao qual se incorpora tecnologia. Capital é uma relação de produção específica do modo capitalista de produção, definida pela propriedade privada dos meios de produção pela burguesia.

No sistema capitalista, admitida a tendência à equalização das taxas de lucro, os capitalistas participam da renda na proporção de seu capital, dada a taxa média de lucro. Ora, não é possível demonstrar que a distribuição do lucro de acordo com os capitais acumulados seja justa ou eficiente. Muito menos é possível determinar qual o nível "ideal" da taxa média de lucro. O mercado, portanto, não tem nenhum mecanismo para garantir a distribuição ideal entre capitalistas e trabalhadores. Do ponto de vista socialista, aliás, não deveria haver capitalistas e, portanto, o lucro privado não faz sentido.

Por outro lado, a distribuição da renda entre os assalariados pela leis do mercado é também insustentável. Por exemplo, é impossível explicar diferenciais de salários de 10 para 1 entre trabalhadores de países desenvolvidos e subdesenvolvidos que realizam a mesma tarefa (produção de determinado bem) com a mesma produtividade. É também impossível explicar com essa teoria da produtividade marginal por que em alguns países os diferenciais internos de salários são enormes, como é o caso do Brasil, enquanto em outros países esse diferencial é muito menor. E não se fale que a produtividade pode ser a mesma em diferentes países, mas a produtividade marginal, ou seja, a produtividade do último empregado, é menor. Em primeiro lugar porque, para que a produtividade média seja igual, é necessário que a marginal também o seja. Em segundo lugar, porque, se há desemprego disfarçado rebaixando os salários dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos há desemprego aberto que deveria rebaixar (não fosse sua capacidade de organização sindical e política) os salários dos trabalhadores dos países desenvolvidos.

Na verdade, ainda que os economistas neoclássicos tenham procurado demonstrar o contrário por óbvios motivos ideológicos, não existe no sistema capitalista nenhum mecanismo automático que impeça a concentração de renda. Deixando o mercado livre e dando maior poder às empresas do que aos trabalhadores não organizados sindical e politicamente, a tendência seria necessariamente para a concentração de renda.

Nesse sentido, se tomarmos a teoria clássica, que pressupõe os salários aproximadamente constantes ao nível de subsistência, e se supusermos (de forma muito realista em termos históricos) uma produtividade crescente não apenas do trabalho, mas também (ao contrário do que Marx previu, postulando a tendência declinante da taxa de lucro) dos meios de

produção, a taxa de mais-valia (lucro sobre salários) tenderia a crescer e a composição orgânica do capital (capital constante sobre salários) tenderia a ficar aproximadamente constante. Em consequência, a taxa de lucro tenderia a crescer, concentrando-se fortemente a renda. Afinal, a concentração de renda só não aconteceu nas economias capitalistas centrais porque os salários não se mantiveram constantes. Graças à pressão dos sindicatos e dos partidos populares, os salários cresceram aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade do trabalho desde meados do século passado.

O mercado não tem, portanto, nenhum mecanismo que garanta uma distribuição mais justa ou mais igualitária da renda. Pelo contrário, tende a concentrar a renda. A alternativa do mercado é então o poder político das diversas classes, e principalmente o aumento de poder de barganha dos trabalhadores.

Através dos sindicatos e dos partidos políticos verifica-se um poder crescente dos trabalhadores. Mas o processo reivindicativo é extremamente caótico. Os sindicatos mais fortes conseguem resultados melhores. Os bairros e as cidades que conseguem organizar-se melhor politicamente conseguem maiores verbas do Estado.

Entretanto, à medida que a reivindicação das classes populares assuma um caráter cada vez mais global e que sua influência política sobre o aparelho do Estado aumente, seria possível imaginar o Estado desenvolvendo deliberadamente, planejadamente, uma política de distribuição de renda.

Ainda que o Estado seja em princípio um instrumento da classe dominante, suas políticas são cada vez mais o resultado da luta de classes e da necessidade que a classe dominante tem de legitimar-se no poder através de "concessões" à classe dominada. Nestes termos, foi possível aos partidos social-democratas, quando assumiram o poder em diversos países europeus, realizar, até certo ponto, uma política de rendas que visava à distribuição da renda de uma forma relativamente planejada.

Na economia brasileira jamais ocorreu uma política redistributiva de rendas. Já vimos que o Estado tem sido fundamentalmente um mecanismo de concentração da renda, de apropriação da renda pela classe dominante. Em alguns momentos políticas populistas resultaram em reduzir um pouco a pressão sobre os trabalhadores. Este fenômeno ocorreu intermitentemente no período ditatorial do Estado Novo e principalmente no segundo governo Vargas, entre 1950 e 54. Na presidência de João Goulart, entre 1961 e 1963, o processo de concentração de renda do modelo de subdesenvolvimento industrializado já estava em marcha e o governo populista nada logrou contra essa tendência. Mais recentemente, o protesto social implícito na derrota eleitoral sofrida pelo partido do

governo autoritário do presidente Geisel, em 1974, levou a uma clara mudança na política salarial. A partir de 1975 os salários e particularmente o salário mínimo deixam de perder poder aquisitivo. A melhor organização sindical e o aumento das reivindicações salariais, a partir do início do processo de abertura política, em 1977, leva o Governo, em 1979, a aprovar uma lei salarial que se constitui em uma vitória dos trabalhadores, a estabelecer reajustes semestrais, indexação dos salários pelo INPC (Índice Nacional de Preço do Consumidor), diminuição do leque salarial, através de aumentos superiores ao INPC para os que recebem até três salários mínimos e inferiores ao INPC para os que recebem ordenados superiores a vinte salários mínimos, e a garantia de aumentos reais de salários proporcionais ao aumento de produtividade.

Estas, entretanto, são pequenas vitórias em face do alto nível de concentração de renda existente na economia brasileira. Só será realmente possível imaginar uma política de distribuição de renda no país quando os trabalhadores conseguirem organizar-se não apenas sindical, mas também politicamente.

CAPÍTULO XXV

Política de Rendas e Lei do Valor

Os quatro instrumentos básicos de uma política de distribuição de renda são a política tributária, a política de despesas do Estado, a política salarial e o controle de preços. Estas políticas, entretanto, e especialmente as duas últimas estão rigorosamente condicionadas e limitadas pela lei do valor, ou seja, pela lei que regula as trocas em um sistema econômico.

A política tributária é um instrumento óbvio de uma política de rendas. É aceita como instrumento válido de política econômica inclusive pela maioria dos economistas ortodoxos, principalmente nos países capitalistas onde a social-democracia alcançou o poder, a tributação progressiva transformou-se em um instrumento efetivo de distribuição de renda. No Brasil, entretanto, a política tributária é regressiva. Os pobres tendem a pagar proporcionalmente mais impostos do que os ricos. Isto pode ser visto pelo Quadro XVII, que estima qual a porcentagem de carga tributária (impostos totais) que pesa sobre os diversos estratos de renda.

O caráter regressivo da política tributária brasileira é naturalmente fruto da lógica da acumulação, que preside o modelo de subdesenvolvimento industrializado. Esse caráter regressivo é tecnicamente possível apesar de o imposto de renda ser um imposto progressivo, que pesa mais sobre os mais ricos, por dois motivos, além, naturalmente, da sonegação de impostos. Em primeiro lugar, porque o Estado Planejador inventou uma série de "incentivos", ou seja, de subsídios, de isenções ou reduções de impostos para os investidores nos setores considerados prioritários. Em segundo lugar, porque a grande massa de impostos continua ainda a ser constituída de impostos indiretos, que oneram proporcionalmente mais os pobres do que os ricos. Os dois impostos aproximadamente sobre valor adicionado, ICM e IPI, o primeiro com uma porcentagem fixa e o segundo

QUADRO XVII — *Carga Tributária (em 1975)*

<i>Renda Mensal</i>	<i>Carga Tributária</i>
Até 1 salário mínimo	33,5%
De 1 a 2 SM	29,3%
De 2 a 5 SM	30,9%
De 5 a 10 SM	31,3%
De 15 a 20 SM	33,9%
De 20 a 40 SM	33,1%
De 40 a 50 SM	29,6%
De 50 a 75 SM	25,8%
De 75 a 100 SM	21,0%
Mais de 100 SM	15,0%

Fonte: "Distribuição da Renda e Sistema Tributário do Brasil", Ibrahim Eris e outros, ANPEC, dezembro de 1979.

com uma porcentagem variável em função da essencialidade do bem (o que o torna um pouco menos regressivo), são ambos impostos que oneram mais as famílias pobres, que consomem mais em relação à sua renda, do que as ricas.

As despesas do Governo são um poderoso instrumento de concentração e distribuição de renda, à medida que beneficiam mais os capitalistas e os altos e médios tecnoburocratas ou mais os trabalhadores. Quem chamou especial atenção para esse fato foi James O'Connor (*USA: A Crise do Estado Capitalista*). Ao invés da classificação de O'Connor, entretanto, preferimos distinguir cinco tipos de despesa do Estado: (1) despesas de administração e segurança, (2) despesas de acumulação estatal, (3) despesas de subsídio à acumulação privada, (4) despesas de consumo social de luxo para capitalistas e tecnoburocratas, e (5) despesas de consumo social básico para os trabalhadores. Apenas o último tipo de despesa é desconcentrador de renda. Os subsídios ou incentivos tributários e creditícios à acumulação capitalista e o consumo social de luxo (em melhoramentos para bairros ricos, em estradas de rodagem e pontes para circularem automóveis etc.) são profundamente concentradores de renda. As despesas de administração e segurança interessam especialmente às classes dominantes, à medida que visam principalmente, via repressão, garantir a ordem estabelecida. Poderão, entretanto, ter um caráter distribuidor se a segurança e a justiça fossem entendidas não como um mero instrumento da ordem, mas como uma garantia da reforma social.

A política salarial e a política de controle de preços não são aceitas pelos economistas neoclássicos como instrumentos válidos de política

econômica. Para eles os salários como os preços são ou devem ser determinados pela oferta e procura. Elevar "artificialmente" os salários causaria desemprego ou inflação; baixar os preços provocaria câmbio negro.

Na verdade, a lei da oferta e da procura tem limites estreitos de operação dentro de um sistema capitalista tanto na determinação dos preços das mercadorias quanto na determinação dos salários. Os salários, entretanto, dependem fortemente do poder de barganha dos trabalhadores. É claro, portanto, que uma política salarial que procure elevar (ou reduzir) os salários será altamente efetiva. Por outro lado, nos mercados oligopolistas do capitalismo monopolista os preços são administrados pelas empresas. É claro, portanto, que o controle de preços pode ter um papel decisivo em reduzir lucros monopolistas, embora possa também favorecê-los quando o órgão controlador de preços se transforma em um instrumento oficializador dos aumentos de preços e de margens, como já aconteceu várias ocasiões na economia brasileira.

É preciso, entretanto, tomar extremo cuidado com a intervenção do Estado no controle dos preços, juros, taxa de câmbio e salário (os quatro preços da economia), porque se a lei da oferta e da procura tem um papel secundário, a lei do valor, ou seja, a lei que regula as trocas e tende a equalizar as taxas de lucro dentro do sistema capitalista tem uma extrema importância.

Os preços correspondem a valores, definidos estruturalmente em função da quantidade de trabalho incorporada em cada bem. Estes preços não são, portanto, arbitrários, mas preços necessários. Se fixarmos a taxa de salários ao nível de subsistência, como faziam os economistas clássicos, todos os demais preços se tornam "necessários", ou seja, passa a existir um único sistema de preços que determina a taxa geral de lucro e equilibra a economia. A economia aproxima-se do equilíbrio quando as taxas de lucro se equalizam. Por outro lado, dados os salários, o nível da taxa geral de lucro dependerá da produtividade do trabalho e do grau de progresso técnico poupador de capital que está incorporado nos meios de produção. Quanto maior for a produtividade do trabalho e mais poupador de capital for o progresso técnico, maior será a taxa de lucro.

Da mesma forma, se a taxa de lucro média de longo prazo (ignorados os ciclos) fixar-se em torno de determinado nível, como tende a acontecer no capitalismo monopolista de Estado desenvolvido, haverá também um único sistema de preços que equilibra a economia e equaliza a taxa de lucros; a taxa de salários, por sua vez, dependerá do nível de produtividade ou de progresso técnico.

Nestes termos, a política salarial será importante à medida que fixa a taxa geral de lucros da economia em um nível considerado aceitável pelos capitalistas. Esse "aceitável" é naturalmente muito subjetivo, além

de historicamente variável, mas é importante porque os capitalistas tenderão a reduzir seus investimentos e a exportar capital para outros países (legal ou ilegalmente) sempre que sua taxa de lucro prevista estiver abaixo da taxa mínima "aceitável". Por outro lado, sempre que a política salarial implicar um aumento real da taxa de salários superior ao aumento da produtividade, e, portanto, rebaixar a taxa de lucros, os capitalistas tenderão a responder com aumentos inflacionários de preços.

Em relação aos controles de preços, juros e taxa de câmbio, se, em função da lei do valor, existe um sistema único de equilíbrio, dados a taxa de lucro, a taxa de salário e o nível de produtividade, é claro que os limites desses controles são muito estreitos. O objetivo fundamental da política econômica em relação aos controles de preços será impedir os lucros monopolistas. Será garantir uma relativa equalização das taxas de lucro no nível considerado "aceitável". O controle da taxa de juros poderá ser feito para evitar taxas de agiotagem e manter uma relação adequada entre a taxa de lucro e a de juros. A taxa de câmbio também pode ser administrada dentro de limites estreitos. Sair desses limites é, em geral, ineficiente e acabará resultando nas mais diversas formas de câmbio negro além de provocar distorções na economia que acabam sendo cobertas ou compensadas com subsídios estatais e desembocam afinal na inflação compensatória. Foi o que aconteceu no Brasil a partir de 1975, com a desaceleração econômica que então se inicia, a qual foi acompanhada pela montagem de um monumental sistema de subsídios.

Este fenômeno acentuou-se em 1980, com a desastrosa política de prefixação da correção da taxa de câmbio e da correção monetária. A prefixação da correção cambial implicou revalorizar o cruzeiro que acabara de ser desvalorizado em dezembro de 1979. Da prefixação da correção monetária dos débitos resultaram taxas fortemente negativas de juros para rentistas, já que a inflação superou o previsto pela prefixação. Em consequência ressurgiu um mercado paralelo de títulos (câmbio negro) praticado inclusive pelos bancos.

O curioso é que essas distorções na política econômica foram realizadas sob a égide de economistas neoclássicos, o que talvez indique que as pressões da acumulação são mais fortes que as teorias dos economistas. Mas mostra também que os limites impostos pela lei do valor aos formuladores de política econômica, sejam eles seguidores desta ou daquela escola de pensamento econômico, são muito estreitos. Neste campo infelizmente não são suficientes intenções generosas. Basta lembrar os efeitos desastrosos, respectivamente, sobre a economia chilena e portuguesa que tiveram os violentos aumentos de salários praticados em seguida à subida de Allende ao poder, no Chile, e à revolução de 25 de abril de 1974, em Portugal. Além de provocar fortes pressões inflacionárias essas duas polí-

ticas radicais de rendas reduziram de tal forma a taxa de lucro que apressaram a fuga de capitais e estabeleceram bases para a contra-revolução burguesa.

CAPÍTULO XXVI

Política Econômica Ortodoxa

A política econômica conjuntural ou de curto prazo é aquela que visa, fundamentalmente, estabelecer três equilíbrios interdependentes: (1) o equilíbrio macroeconômico entre a oferta e a procura agregadas, (2) a estabilidade de preços, e (3) o equilíbrio das contas externas.

Já vimos que a rigor os economistas neoclássicos não vêem nem podem ver necessidade de política econômica à medida que acreditam, apesar de todos os desmentidos da História, que o mercado capitalista é capaz de manter o equilíbrio da economia automaticamente.

Entretanto, é possível definir uma política econômica ortodoxa ou neoclássica por três motivos. Em primeiro lugar, Keynes foi tão bem-sucedido em demonstrar que uma política econômica de gastos públicos e de impostos (política fiscal) e uma política de controle monetário podia ser tão efetiva que os economistas neoclássicos não tiveram outra alternativa senão reconhecer a efetividade da intervenção governamental.

Em segundo lugar porque entre as políticas econômicas sugeridas por Keynes encontra-se a redução dos impostos (quando a economia está em crise) e a redução da despesa do Estado e da quantidade de moeda (quando o excesso de procura agregada provoca inflação). Ora, esses três tipos de política são muito atrativos dos economistas neoclássicos, seja porque são também monetaristas acreditando que o controle da moeda resolve todos os problemas, seja porque sua posição ideológica capitalista ou economicamente conservadora os leva a apoiar qualquer medida que reduz a participação do Estado na economia, como é a redução de impostos ou de despesas do Estado. Evidentemente não vêem com bons olhos a proposta básica de Keynes de aumentar as despesas do Estado nos momentos de crise.

Mas os economistas ortodoxos têm uma última e fundamental razão para admitir e adotar uma política econômica. Sua tese central é a de que o mercado funcionaria automaticamente para equilibrar a economia se não fosse neutralizado por distorções geralmente produzidas pelos controles artificiais e pelas políticas econômicas erradas ou demagógicas dos governos. Nesses termos, sua política econômica visa sempre (ou quase sempre, como veremos) liberalizar a economia, devolver "a verdade" ao mercado.

Geralmente, o desequilíbrio mais comum em economias subdesenvolvidas como a brasileira é a inflação e o desequilíbrio externo. Diante desses dois desequilíbrios, a política econômica ortodoxa, geralmente consubstanciada nas recomendações do Fundo Monetário Internacional, é a seguinte: (a) reduzir as despesas do Estado e equilibrar o orçamento público; (b) reduzir e controlar a quantidade de moeda em circulação; (c) liberalizar os preços de quaisquer tabelamentos; (d) liberalizar a taxa de juros, que, dada a redução da oferta de moeda, deverá aumentar; (e) liberalizar ou tornar realista (geralmente desvalorizando) a taxa de câmbio; (f) eliminar todos os subsídios; (g) reduzir os salários dos trabalhadores.

Como se vê, todas as medidas são liberalizantes exceto a última. O arrocho salarial, adotado em nome do combate à inflação, é uma constante nas propostas e práticas ortodoxas de política econômica.

O diagnóstico implícito nessa política econômica é simples. A inflação e o desequilíbrio externo decorrem das distorções do mercado e do excesso de procura agregada. Nestes termos, além de corrigir as distorções, eliminando todo e qualquer controle de preços, procura-se reduzir a procura agregada e provocar uma recessão na economia.

A redução das despesas do Estado, a redução da quantidade de moeda e a elevação da taxa de juros (que tecnicamente levaria à redução dos investimentos) terão como consequência reduzir a procura agregada e provocar a recessão, ou seja, desemprego e falência. Em consequência a taxa de inflação cairia, já que a inflação é considerada, por definição, como sendo causada por excesso de procura.

Por outro lado, a redução da procura interna teria dois efeitos equilibradores sobre as contas externas. De um lado, a queda do consumo e do investimento faria com que sobrassem mais mercadorias para serem exportadas. De outro lado, essa mesma queda implicaria uma menor procura de bens importados. Aumentadas as exportações e reduzidas as importações, a balança comercial se tornaria superavitária e o balanço de pagamentos se equilibraria.

No Brasil tentou-se aplicar a política econômica ortodoxa em diversas ocasiões. Seus efeitos mais danosos sobre a economia brasileira ocor-

reram nas seguintes ocasiões: (a) em 1961, no governo Jânio Quadros, quando uma violenta desvalorização cambial desequilibrou todas as finanças do Estado já comprometidas com as grandes obras públicas do governo Kubitschek; (b) entre 1964 e 1966, quando se provocou recessão e principalmente um violento arrocho salarial; (c) entre 1974 e 1979, quando se tentou, felizmente sem sucesso, provocar uma recessão; e (d) a partir do final de 1980, quando novamente se iniciava uma política econômica ortodoxa de liberação de preços, de elevação da taxa de juros e de rígido controle monetário, provocando, em 1981, a mais grave recessão da história do país.

O certo, entretanto, é que jamais os economistas ortodoxos lograram aplicar plenamente uma política econômica ortodoxa, do tipo da que foi aplicada no Chile, no governo Pinochet, a partir de 1973, e na Argentina, no governo Videla, a partir de 1976, com desastrosas conseqüências para as economias desses dois países. Provavelmente porque uma política econômica ortodoxa em países subdesenvolvidos requer não apenas um regime ditatorial (o que não deixa de ser uma curiosa contradição), mas também um total domínio do capital mercantil, exportador e bancário. No Brasil tivemos a ditadura entre 1964 e 1979, mas o capital mercantil exportador já estava decadente e o capital bancário não logrou sobrepor-se ao capital industrial.

A política econômica ortodoxa em um país subdesenvolvido como o Brasil não é apenas capitalista, é também: (a) mercantil-exportadora, à medida que advoga desvalorização cambial e eliminação da proteção à indústria local; e (b) favorável ao capital financeiro e bancário em detrimento do capital industrial, à medida que favorece a elevação da taxa de juros.

Em países desenvolvidos a política econômica ortodoxa pode também contar com o apoio do capital industrial quando a inflação é claramente de procura, no auge do ciclo econômico. Nesse momento, a proximidade do pleno emprego, ou, em outras palavras, o esgotamento do exército industrial de reserva, implica uma procura de trabalhadores maior do que a oferta, e, portanto, a elevação dos salários e a redução dos lucros. Para evitar não apenas a inflação de procura, mas também esse estrangulamento dos lucros, o capital industrial apóia a política econômica ortodoxa. O capital bancário e os rentistas, que vivem de juros, estão sempre a favor da política econômica ortodoxa, que só os favorece. O apoio do capital industrial ocorre quando a escolha está entre ter seus lucros reduzidos pelos maiores salários ou ter seus lucros reduzidos pela recessão juntamente com os salários. Em ambos os casos cai a taxa de lucros, mas no primeiro caso devido a um aumento de salários que depois será difícil reduzir. Entre os dois males, o capital industrial escolhe o menor: opta pela recessão.

Em uma economia como a brasileira, em que existe, além do desemprego aberto, um amplo contingente de subempregados ou desempregados disfarçados, mesmo no auge do ciclo as pressões por aumentos salariais são muito reduzidas. Por isso, o capital industrial é sempre contrário à política econômica ortodoxa. E é também por isso que, em economias como a brasileira, em que o capital industrial suplantou claramente o capital mercantil e não foi submetido ao capital bancário na forma de capital financeiro ("capital financeiro" é o processo de fusão do capital bancário com o industrial, sob o comando do primeiro, que ocorreu na Alemanha e no Japão), as tentativas de aplicação de política econômica ortodoxa não se efetivam completamente.

Mas mesmo nos países centrais é muito provável que a política econômica ortodoxa se desmoralize cada vez mais à medida que sua grande promessa, que é a de controlar a inflação, não se efetive.

De fato, a pressuposição dos economistas neoclássicos ou monetaristas é a de que a recessão, ao tornar a procura agregada menor do que a oferta agregada, leva as empresas a reduzirem suas margens de lucro e os trabalhadores a aceitarem menores salários reais (ainda que nominalmente iguais ou maiores). Esta pressuposição ignora ou subestima o caráter monopolista e cartelizado das economias contemporâneas e o poder dos sindicatos de evitar reduções reais de salários. Essa atitude é típica dos economistas ortodoxos, conservadores, que sempre acreditam que o mercado afinal tudo resolverá. Na Europa, apesar de seus intermitentes governos social-democratas, a Inglaterra foi um dos países que mais sofreu com esse tipo de política econômica, que desacelera a economia, provoca desemprego e recessão, e não estabiliza a moeda. Talvez isto se deva também ao fato de que a Inglaterra foi o berço do mercado capitalista, de forma que a crença no seu poder regulatório é ainda poderosa. De qualquer forma, sem dúvida, uma das razões do mau desempenho da economia inglesa desde o final da Segunda Guerra Mundial se explica pelas políticas econômicas ortodoxas adotadas e abandonadas para serem novamente readotadas. Esta política de *stop and go*, que ocorreu também no Brasil especialmente a partir de 1974, atrasou ao invés de fazer crescer a economia britânica. E não estabilizou a libra.

Sem dúvida, existem ainda setores competitivos nas economias capitalistas modernas: a agricultura e os setores industriais e comerciais dominados por pequenas e médias empresas nessa categoria. São eles que mais sofrerão com a política econômica recessiva, porque de fato reduzirão suas margens, agravando a concentração da renda e do capital ao nível da classe capitalista. Mas, afinal, todos serão prejudicados: trabalhadores desempregados em primeiro lugar, pequenas e médias empresas em segundo, grandes empresas em terceiro e, finalmente, o sistema finan-

ceiro, que no início só se beneficia da recessão graças à elevação dos juros.

O resultado é que, antes de produzir seus efeitos, a política ortodoxa tende a ser abandonada. É claro que nesse momento o economista ortodoxo certamente argumentará que na Inglaterra como no Brasil uma política monetarista seria bem sucedida se fosse aplicada “até o fim”, ao invés de ser interrompida diante dos primeiros resultados negativos. O grave é que uma política econômica recessiva em economias cartelizadas poderá afinal conter a inflação, mas só depois de a recessão se haver transformado em depressão, com gravíssimos custos sociais. Na verdade, a teoria econômica neoclássica continua a ser um eficiente instrumento de legitimação ideológica do capitalismo e de disfarce de sua verdadeira natureza monopolista e estatal, à medida que valoriza o mercado e a concorrência. Mas a política econômica neoclássica é desastrosa para esse mesmo sistema capitalista à medida que retarda o desenvolvimento das forças produtivas, dificulta o processo de acumulação e não logra senão a custos muito altos estabilizar o sistema econômico.

No Brasil, em 1981, uma política econômica ortodoxa “levada até o fim” logrou, às custas de enorme desemprego e redução absoluta da produção industrial, reduzir a taxa de inflação e obter um saldo na balança comercial. A taxa de inflação caiu porque, conforme demonstrou Yoshiaki Nakano, os setores competitivos da economia, inclusive naturalmente a agricultura, baixaram suas margens mais fortemente do que os setores oligopolistas aumentaram as suas. Dessa forma, além do custo em termos de desemprego e queda na produção, tivemos um favorecimento dos setores monopolistas.

Foi possível ao Governo manter a política econômica restritiva durante mais de um ano porque os erros cometidos em 1980 haviam baixado de tal forma a credibilidade externa do Brasil, que os banqueiros internacionais, nossos grandes credores, tiveram condições de nos impor esse tipo de política sempre recomendada pelos economistas prudentes e ortodoxos do Fundo Monetário Internacional. Diante das pressões externas e da falta de margem de manobra interna, o Governo adotou uma política econômica mais fácil: cedeu praticando uma política econômica ortodoxa. Essa política era a mais fácil inclusive porque a capacidade de contrapressão interna, especialmente por parte dos empresários locais, enfraqueceu-se devido aos erros da política expansionista de 1980.

Talvez, entretanto, a mais grave conseqüência dos erros praticados em 1980 foi a de desmoralizar a política econômica alternativa à ortodoxia monetarista — a política econômica administrativa — embora não fosse esse o caso. Muitos entenderam que a política econômica de 1980 por não ser ortodoxa seria a sua alternativa. Na verdade o que se fez foi uma

ceiro, que no início só se beneficia da recessão graças à elevação dos juros.

O resultado é que, antes de produzir seus efeitos, a política ortodoxa tende a ser abandonada. É claro que nesse momento o economista ortodoxo certamente argumentará que na Inglaterra como no Brasil uma política monetarista seria bem sucedida se fosse aplicada "até o fim", ao invés de ser interrompida diante dos primeiros resultados negativos. O grave é que uma política econômica recessiva em economias cartelizadas poderá afinal conter a inflação, mas só depois de a recessão se haver transformado em depressão, com gravíssimos custos sociais. Na verdade, a teoria econômica neoclássica continua a ser um eficiente instrumento de legitimação ideológica do capitalismo e de disfarce de sua verdadeira natureza monopolista e estatal, à medida que valoriza o mercado e a concorrência. Mas a política econômica neoclássica é desastrosa para esse mesmo sistema capitalista à medida que retarda o desenvolvimento das forças produtivas, dificulta o processo de acumulação e não logra senão a custos muito altos estabilizar o sistema econômico.

No Brasil, em 1981, uma política econômica ortodoxa "levada até o fim" logrou, às custas de enorme desemprego e redução absoluta da produção industrial, reduzir a taxa de inflação e obter um saldo na balança comercial. A taxa de inflação caiu porque, conforme demonstrou Yoshiaki Nakano, os setores competitivos da economia, inclusive naturalmente a agricultura, baixaram suas margens mais fortemente do que os setores oligopolistas aumentaram as suas. Dessa forma, além do custo em termos de desemprego e queda na produção, tivemos um favorecimento dos setores monopolistas.

Foi possível ao Governo manter a política econômica restritiva durante mais de um ano porque os erros cometidos em 1980 haviam baixado de tal forma a credibilidade externa do Brasil, que os banqueiros internacionais, nossos grandes credores, tiveram condições de nos impor esse tipo de política sempre recomendada pelos economistas prudentes e ortodoxos do Fundo Monetário Internacional. Diante das pressões externas e da falta de margem de manobra interna, o Governo adotou uma política econômica mais fácil: cedeu praticando uma política econômica ortodoxa. Essa política era a mais fácil inclusive porque a capacidade de contrapressão interna, especialmente por parte dos empresários locais, enfraqueceu-se devido aos erros da política expansionista de 1980.

Talvez, entretanto, a mais grave conseqüência dos erros praticados em 1980 foi a de desmoralizar a política econômica alternativa à ortodoxia monetarista — a política econômica administrativa — embora não fosse esse o caso. Muitos entenderam que a política econômica de 1980 por não ser ortodoxa seria a sua alternativa. Na verdade o que se fez foi uma

seqüência de erros e distorções baseados em aventureirismo econômico e na crença neoclássica de que a inflação é um problema de expectativas. Nesse sentido, imaginou-se que prefixando-se a correção monetária e a correção cambial em um nível inferior ao que vinha ocorrendo, as empresas alterariam para baixo suas expectativas de inflação e aumentariam menos seus preços. Como obviamente isto não ocorreu, a correção cambial ficou muito aquém da inflação, o cruzeiro valorizou-se (anulando completamente os efeitos da maxidesvalorização de dezembro de 1979), as importações foram estimuladas e as exportações desestimuladas. Por outro lado, uma correção monetária de 50% quando a taxa de inflação estava em torno de 100% baixou artificialmente os juros, estimulou os investimentos e as importações, e provocou o surgimento do câmbio negro no sistema financeiro. Obviamente não se tratava de uma política econômica administrativa, mas de uma política econômica aventureira e irresponsável.

CAPÍTULO XXVII

Política Econômica Administrativa

A alternativa a uma política econômica conjuntural neoclássica ou ortodoxa pode ser chamada de política econômica administrativa. Se a política econômica ortodoxa é própria dos economistas neoclássicos ou monetaristas, que defendem o capitalismo e se identificam com os interesses do capital bancário, embora acreditem estar a serviço da competição e das pequenas e médias empresas, a política econômica administrativa abrangeria os economistas críticos do sistema capitalista, embora não revolucionários, que podem ser chamados de estruturalistas, neokeynesianos ou neomarxistas. Esses economistas não podem ser chamados de revolucionários, nem de marxistas ortodoxos, muito menos de marxistas-leninistas, porque a rigor para um economista com essas posições também não faz muito sentido qualquer política econômica nos quadros de uma formação social capitalista.

Os defensores de uma política econômica administrativa, entre os quais me incluo, podem ter uma formação basicamente marxista e ao mesmo tempo recorrer à enorme contribuição de Keynes ao pensamento econômico. Por outro lado sabem que qualquer ortodoxia é tola, e que nem Marx nem Keynes, um pretendendo destruir, o outro salvar o sistema capitalista, têm resposta para tudo.

A análise estrutural e dinâmica do capitalismo de Marx e do mecanismo da mais-valia é fundamental, assim como a análise macroeconômica e a política econômica de Keynes são avanços decisivos do pensamento econômico universal. Mas, não bastassem as limitações e condicionantes desses autores, há ainda a considerar que a realidade econômica que está sendo examinada e sobre a qual se pretende agir com os instrumentos de política econômica é uma realidade histórica. Ela muda através

do tempo e varia no espaço. Os problemas econômicos do subdesenvolvimento são diferentes, ainda que possam ter muita coisa em comum com os do desenvolvimento. A estagflação é um fenômeno da segunda metade deste século, e corresponde a uma formação econômica que já não é apenas capitalista, mas também capitalista monopolista de Estado.

A política econômica administrativa tem como pressuposto fundamental a observação de que o mercado não é capaz de regular automaticamente o sistema econômico. O mercado do capitalismo competitivo já não era capaz de garantir estabilidade à economia, dado o seu caráter intrinsecamente especulativo, baseado no dinheiro não apenas como medida de valor e meio de troca, mas principalmente como reserva (especulativa) de valor. O capitalismo monopolista de Estado será ainda muito menos capaz de se auto-regular devido ao poder dos monopólios, à força dos sindicatos e ao peso da ação do próprio Estado.

As políticas econômicas estruturais — o planejamento econômico e a política de rendas — já são resultantes dessa incapacidade do mercado de regular automática e satisfatoriamente a economia. A política econômica administrativa, conjuntural ou de curto prazo, completa o elenco de políticas econômicas destinadas a regular a economia. Se o objetivo do planejamento é maximizar a taxa de desenvolvimento econômico, e o da política de rendas é distribuir a renda com maior equidade, a política econômica administrativa visa principalmente garantir o equilíbrio macroeconômico da economia ao nível do pleno emprego, estabilizar os preços e garantir o equilíbrio externo.

A política econômica administrativa parte dos instrumentos básicos de política econômica keynesiana — a política fiscal e a política monetária —, mas não se limita a eles. Estes dois instrumentos são fundamentais para qualquer política econômica, mas são insuficientes. Eles agem apenas ao nível da procura agregada, constituindo-se em instrumentos muito grosseiros para efetivamente controlar e reduzir as distorções da economia. É necessário, portanto, um terceiro instrumento: o controle direto, administrativo, dos preços — dos preços das mercadorias, da taxa de câmbio, da taxa de juros e da taxa de salários.

Para não tornarmos a análise excessivamente abstrata, vamos verificar, da mesma forma que fizemos com a política econômica ortodoxa, como ela se propõe combater a inflação e alcançar o equilíbrio nas contas externas em uma economia como a brasileira.

A política fiscal, nos termos da teoria keynesiana, continua a ter um papel fundamental. A inflação, na economia brasileira, vem sempre acompanhada de desequilíbrio no orçamento do Estado. Esse desequilíbrio pode ser disfarçado, como acontece no Brasil desde que se separou o orçamento fiscal do orçamento monetário. O orçamento fiscal é sempre

equilibrado; todo o déficit, causado pelos subsídios de todos os tipos e pelo pagamento de juros e correção monetária relativos à dívida externa em LTNs (Letras do Tesouro Nacional) e ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), corre por contra do orçamento monetário. Mas, disfarçado ou não, há sempre um desequilíbrio orçamentário que obriga o aumento da quantidade de moeda e provoca a inflação.

Já vimos que pode ocorrer o inverso. Os preços podem estar subindo autonomamente, tornando necessária a emissão de moeda para que não se provoque uma crise de liquidez (quantidade de dinheiro insuficiente para a realização das transações produtivas). E o déficit do Governo pode em parte decorrer desse fato, especialmente em relação à correção monetária dos títulos governamentais. Mas não há dúvida de que o fenômeno da "inflação compensatória", através do qual o Estado pretende compensar os prejuízos setoriais ou globais da economia em declínio com aumentos de despesa e de subsídios, tem como efeito provocar déficit orçamentário e inflação.

Diante do déficit orçamentário, a política econômica administrativa, como a ortodoxa, propõe-se eliminá-lo. Mas mais gradativamente, sem provocar um choque na economia e dando mais ênfase ao aumento dos impostos do que à diminuição de despesas do Estado. A redução dos subsídios é sempre fundamental. Os subsídios são distorções criadas para corrigir distorções. Mas o economista não ortodoxo sabe que não é fácil reduzir as despesas do Estado e os subsídios. As pressões políticas são muito poderosas. Além disso, as despesas do Estado, ainda que mal orientadas, transformam-se em um componente essencial da economia. Os impostos, por sua vez, são geralmente insuficientes para cobrir essas despesas devido às pressões da burguesia para evitar o seu pagamento. O aumento da carga tributária, especialmente sobre rentistas, que vivem de juros e aluguéis, e sobre ganhos de capital (valorização de imóveis, por exemplo) é perfeitamente viável sem qualquer prejuízo para a economia.

Uma firme política monetária é também essencial. O economista administrativo não acredita, ao contrário do neoclássico ou monetarista, que basta controlar a quantidade de moeda para que a economia se equilibre automaticamente. Inclusive porque ele sabe que não é tão simples como imagina o economista monetarista controlar a quantidade de moeda. Ao contrário do que supõem os modelos macroeconômicos neoclássicos, a quantidade de moeda não é uma variável exógena, definida livremente pelo Governo, mas uma variável em grande parte endógena, fruto da própria dinâmica da economia.

Nestes termos, da mesma forma que através da política fiscal o economista administrativo busca o equilíbrio orçamentário, através da política monetária ele buscará controlar o aumento da moeda, procu-

rando neutralizar seus efeitos inflacionários. Mas como seu objetivo não é causar recessão, não fará cortes violentos na quantidade de moeda.

Como a política econômica administrativa conseguirá, então, a redução das margens de lucro, essencial para a diminuição da taxa de inflação? Será possível alcançar esse objetivo sem recessão?

Para o economista administrativo a recessão não é jamais o instrumento adequado para combater a inflação. Não apenas devido a seus efeitos danosos sobre a economia, mas também porque, dado o caráter monopolista do mercado, a recessão não consegue redução de margens. Pelo contrário, as empresas muitas vezes aumentam suas margens para compensar a redução de vendas, ou, pelo menos, mantêm as margens. Só reduzirão suas margens se a recessão se transformar em depressão, com custos econômicos e sociais altíssimos.

Para definir sua estratégia de combate à inflação o economista administrativo fará primeiro o seu diagnóstico. Se se tratar de estagflação, a estratégia fundamental será estimular ao invés de conter a economia. O aumento dos investimentos públicos dinamizará a economia. As empresas aumentarão suas vendas, reduzirão capacidade ociosa e custos fixos, e poderão reduzir margens de lucro mais facilmente sem prejuízo da taxa de lucro.

Se a inflação tiver um forte componente de procura, será necessário recorrer, com a moderação já assinalada, às medidas de política fiscal e monetária que levam à contenção da demanda agregada.

Em ambos os casos (estagflação ou inflação de procura), o economista não ortodoxo pressupõe que há na inflação um forte componente monopolista ou de administração de preços por parte das grandes empresas. Logo, o controle administrativo dos preços pelo Estado é essencial. Este controle terá como objetivo substituir-se à recessão na redução das margens de lucro. Se o controle de preços não lograr a redução das margens e limitar-se a oficializar o repasse dos aumentos de custos para os preços, como acontece normalmente na economia brasileira, esse controle terá falhado.

O controle de preços será mais fácil quando, diante da estagflação, o Estado estimular ao mesmo tempo a demanda agregada. Mesmo reduzindo a margem de lucro (lucro sobre o custo), poderá estar aumentando a taxa de lucro (lucro sobre o capital), que é a taxa realmente fundamental. O controle de preços será mais difícil na inflação de procura, com a economia acelerada, porque a redução de margens não deverá ser acompanhada de aumento de vendas (graças à política fiscal e monetária restritiva), de forma que as taxas de lucro, que nesse momento deverão estar muito elevadas, terão de reduzir-se.

Para o equilíbrio das contas externas, o pressuposto fundamental da

política econômica administrativa é o de que o simples “realismo” da taxa de câmbio não garante esse equilíbrio. O desequilíbrio tem causas estruturais (alto coeficiente de importação dos bens de consumo duráveis produzidos para que a burguesia e a tecnoburocracia possam reproduzir os padrões de consumo do centro, por exemplo), de forma que as soluções terão de ser administrativas. Além de medidas de longo prazo, tendentes a corrigir os desequilíbrios estruturais, no curto prazo será necessário controlar quantitativamente as importações e estimular as exportações. Nesse processo, o estabelecimento de um sistema de taxas múltiplas de câmbio poderá ser indicado. Deverá, entretanto, ser realizado com muito cuidado e de forma deliberada. Jamais de forma disfarçada como vem acontecendo desde 1964. Um sistema de taxas múltiplas de câmbio é fundamentalmente um sistema de impostos e subsídios, que pode substituir parcialmente uma política de tarifas alfandegárias, sempre mais rígida e politicamente mais difícil, especialmente quando se trata de taxar exportações, mesmo de produtos altamente lucrativos. É fundamental que os impostos compensem os subsídios, caso contrário as distorções da economia se aprofundarão, ao invés de serem eliminadas.

O objetivo fundamental de uma política administrativa é reduzir e não aumentar as distorções da economia em relação à lei do valor. É impelir e não favorecer taxas de lucro e taxas de juros excessivas para determinados setores da economia. O risco da política administrativa, entretanto, é exatamente esse. É muito difícil respeitar a lei do valor, garantindo uma razoável equalização de taxas de lucro, e níveis adequados de taxas de lucro e de juros. Uma política administrativa mal conduzida pode levar facilmente ao aumento das distorções ao invés da diminuição.

Na verdade, porém, a política administrativa é a única alternativa real para uma economia como a brasileira. Desde 1964 a economia brasileira tem sido conduzida por economistas ortodoxos. Mas em nenhum momento eles foram capazes ou tiveram condições de realizar uma política inteiramente ortodoxa. Geralmente fizeram uma política de remendos, realizando, “contra seus princípios”, uma série de intervenções administrativas na economia. Seria melhor que, coerente e deliberadamente, adotassem uma política administrativa. Como não o fazem, nem conseguem levar adiante uma política ortodoxa devido a seus efeitos desastrosos, a política econômica brasileira tem-se caracterizado pelo *stop and go*, pela aplicação de políticas recessivas e seu subsequente abandono. E assim a economia brasileira, com todo o seu imenso potencial, tem crescido desordenadamente, aprofundando seus desequilíbrios estruturais e dinâmicos.

CAPÍTULO XXVIII

Rumo ao Subdesenvolvimento Industrializado Maduro

A economia brasileira, nos últimos cinquenta anos, transformou-se em uma economia subdesenvolvida, mas industrializada, capitalista industrial, mas fortemente estatizada. A burguesia é a classe dominante, mas a classe média tecnoburocrática tem uma influência crescente. A ideologia dominante é a do capitalismo competitivo, liberal, mas a sociedade ainda mantém traços autoritários e a economia é monopolista.

É essencial, entretanto, compreender que, apesar desses desequilíbrios e contradições, o Brasil já não é mais uma "banana republic", ou um império semicolonial, ou uma simples economia periférica. A economia brasileira é hoje poderosa, tecnologicamente sofisticada, industrialmente integrada. O mercado interno já é enorme.

A sociedade brasileira é um todo complexo e multiforme, que nada tem a ver com o mundo dos senhores e escravos do século passado, ou com a estrutura social baseada em uma elite latifundiária e numa massa de trabalhadores rurais (intermediada por uma pequena classe média tradicional e parasitária) da primeira república. O Brasil não é mais um misto de sociedade capitalista mercantil e sociedade pré-capitalista, na qual a acumulação primitiva (e não a mais-valia) é a forma por excelência de apropriação do excedente. Não é mais uma sociedade política intrinsecamente autoritária, compatível com esse tipo de apropriação de excedente, embora conserve fortes traços autoritários.

A burguesia no Brasil, hoje, é uma classe poderosa. A acumulação de capital ocorrida neste país, embora tenha permitido a formação de grandes empresas multinacionais e de um grande aparelho produtivo estatal, garantiu também a formação não apenas de uma grande burguesia monopolista local, industrial e financeira, mas também de uma média

e pequena burguesia formada de empresários industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, e de um número já considerável, embora ainda sem peso econômico, de rentistas (que vivem de juros e aluguéis).

Esta média e pequena burguesia soma-se à tecnoburocracia, ou seja, aos funcionários e gerentes públicos e privados, para formar uma imensa camada ou "classe" média, extremamente diversificada e contraditória, mas que possui alguns pontos em comum: principalmente padrões culturais e de consumo próximos aos vigentes nos países centrais.

A existência dessa grande camada média somada ao fato de que a extração do excedente já é hoje realizada no Brasil principalmente através do mecanismo da mais-valia garantem a hegemonia ideológica à burguesia.

Isto significa que o capitalismo já não é mais no Brasil algo posto, importado e artificial, mas constitui a própria essência da sociedade brasileira.

A imensa acumulação de capital ocorrida neste país nestes últimos cinquenta anos teve como resultado a consolidação do capitalismo. O Brasil é hoje uma formação social em que o modo especificamente capitalista de produção (baseado na acumulação com progresso técnico e extração de mais-valia relativa) é claramente dominante. A tecnoburocracia é apenas uma classe emergente. O latifúndio mercantil, uma classe em desaparecimento.

Esta economia capitalista monopolista tecnoburocrática está hoje em crise, mas trata-se de uma crise cíclica, que atinge toda a economia mundial. Como todas as crises, esta também deverá ser superada. Entraremos então em um novo ciclo de acumulação e expansão.

É certo que a crise cíclica atual tem outro componente: ao que tudo indica o padrão de acumulação que chamamos de modelo de subdesenvolvimento industrializado, baseado na concentração de renda e na produção de bens duráveis de consumo, esgotou-se. A economia terá, portanto, não apenas de superar a crise cíclica, mas também a crise do próprio padrão de acumulação.

Na verdade, os elementos já existentes na economia brasileira permitem-nos prever que, quando sairmos desta crise, estará sendo definido um novo modelo de desenvolvimento que já poderemos chamar de "modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro". Esse novo padrão de acumulação deverá basear-se, de um lado, em uma crescente difusão de bens de consumo duráveis, a partir do crescimento dos salários às mesmas taxas do aumento de produtividade, e, de outro lado, na exportação de produtos manufaturados principalmente trabalho-intensivo, mas tecnologicamente sofisticados.

Entre 1930 e 1960 tivemos o modelo substituição de importação, a

revolução industrial brasileira. Nesse período as exportações e importações estagnaram-se enquanto a economia se voltava para o mercado interno e industrializava-se aceleradamente ao mesmo tempo que o coeficiente de importações (importações sobre o PIB) declinava dramaticamente. Estava em torno de 20% em 1930 e baixou para cerca de 7% em 1960.

Nos anos cinquenta instalam-se em massa no Brasil as empresas multinacionais industriais e as empresas estatais. Era a transição para o modelo de subdesenvolvimento industrializado que irá prevalecer entre 1950 (60) até o presente. O Brasil já é uma grande nação industrial, as exportações industriais começam a crescer, o coeficiente de importações estabiliza-se em torno de 7%. O processo de acumulação, por sua vez, ganha relativa autonomia em seu processo cíclico em relação ao exterior, à medida que os centros de decisão sobre a acumulação de capital se interiorizam.

Enquanto o modelo de substituição de importações financiava a acumulação principalmente através da transferência de renda do setor exportador (café em particular) para o industrial, o modelo de subdesenvolvimento industrializado, especialmente a partir de 1964, vai apoiar-se na transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e para as camadas médias tecnoburocráticas, através da política deliberada de redução dos salários, enquanto a produtividade crescia aceleradamente. Basear-se-á também na energia barata do petróleo e das hidrelétricas, e finalmente no endividamento externo sem limites como estratégia deliberada de crescimento.

Os resultados são um rápido crescimento, mas também a crise: primeiro a crise do balanço de pagamentos. Em segundo lugar a crise interna, provocada pelo movimento cíclico e pelas políticas restritivas do Governo que começam timidamente em 1974 e chegam ao auge em 1981 — ano da maior recessão de nossa história industrial. Estas medidas restritivas, principalmente monetárias, desaceleram a economia. Por outro lado, os trabalhadores, a partir das eleições de 1974 e depois dos movimentos sindicais de 1978 e 1979, dão um basta à política de compressão salarial.

A desaceleração econômica (e, portanto, a diminuição global da taxa de aumento da produtividade), ao mesmo tempo que estabilizam os salários, levaria à queda da taxa de lucro. Essa queda ocorre, mas não tão fortemente à medida que o Governo vai aos poucos montando um complexo sistema de subsídios compensatórios. Mas é claro que esses subsídios desequilibram o orçamento federal global (inclusive orçamento monetário), cujo déficit chega a cerca de 7% do Produto Interno Bruto. Para financiar esse déficit recorre-se à emissão de moeda, que ajuda a acelerar

a inflação, e ao endividamento interno via lançamento de letras governamentais, que eleva as taxas de juros, estimula a especulação financeira e agrava a recessão.

A crise econômica brasileira de 1974-..., causada pelo esgotamento do ciclo de acumulação anterior (1967-1973) e pela elevação dos preços do petróleo, agrava-se através de uma política econômica monetarista esquizofrênica, que resulta da progressiva paralisação do Estado. O principal instrumento da política econômica é o controle monetário, mais especificamente o controle de crédito. É a política de contenção de demanda agregada (investimentos mais consumo) mais fácil porque atinge indiscriminadamente a todos. Em contrapartida nada se faz em matéria de política administrativa (controle dos diversos tipos de preços), e a política fiscal (despesas do Estado e sistema tributário) permanece basicamente intocada. Pelo contrário, aumentam-se as despesas do Estado (subsídios). Daí o caráter esquizofrênico da política econômica, que de um lado desestimula e de outro incentiva a economia. O resultado é o déficit orçamentário e a "inflação compensatória", através da qual se pretende manter a taxa de lucro das empresas. Os instrumentos de política fiscal e administrativa deixam de ser utilizados porque as mudanças necessárias atingiriam interesses poderosos e específicos.

As tentativas por parte do Governo de implantar uma política econômica alternativa são frustradas pela sua falta de legitimidade política e também pela falta de convicção dos economistas oficiais, que, amarrados a uma visão neoclássica (liberal ou monetarista) da economia, se recusam a utilizar-se de recursos administrativos como um controle seletivo efetivo das importações, um câmbio especial para as operações financeiras e o controle administrativo severo dos setores oligopolistas. O Governo paralisa-se cada vez mais, perde espaço de manobra, como aliás é típico nas crises.

Entretanto, seria enganoso a partir daí montar uma nova teoria da estagnação e imaginar que a crise será permanente.

A ameaça de um processo de argentinização da economia brasileira existe, mas é remota. Quando alguns economistas monetaristas (liberais economicamente e autotitulares politicamente) falam em reduzir o grau de proteção da indústria nacional e sucatear os setores ineficientes, a ameaça de desindustrialização e, portanto, de argentinização torna-se presente. Mas o Brasil já possui uma indústria suficientemente poderosa não apenas politicamente (apesar da mediocridade de alguns de seus líderes e da dependência do Estado de quase todos), mas principalmente no plano econômico e tecnológico, para que tragédias do tipo que aconteceram à economia da Argentina ou à do Chile não se repitam aqui.

Pelo contrário, a tendência é de que nos encaminharemos para a

segunda fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, que proponho chamar de modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro.

Continuaremos subdesenvolvidos, porque as desigualdades gritantes, o subemprego, a marginalização econômica e social permanecerão presentes. Mas trata-se de um modelo de industrialização madura, porque no Sul do país o parque industrial brasileiro, ainda que sem plena autonomia tecnológica, atingiu um volume e um grau de integração (complementaridade), de diversificação e de sofisticação tecnológica que o coloca entre as grandes nações industriais do mundo.

Se há alguma dúvida a respeito disso, basta lembrar que mais de 50% de nossas exportações já são de produtos manufaturados, e quase dois terços de produtos industrializados. Definitivamente, já não somos um país primário-exportador.

Para esse grande parque industrial, entretanto, a condição de sobrevivência transformou-se na exportação. O mercado interno certamente continuará a crescer, especialmente através da difusão de bens de consumo duráveis para as camadas mais pobres da população, mas a condição para que esse mercado interno cresça e para que a indústria continue a se desenvolver está no aumento concomitante das exportações. Por isso alguns setores industriais brasileiros deverão cada vez mais ter capacidade de competir em condições de vantagem com os demais países. Nossa grande desvantagem é a incapacidade relativa que ainda temos de gerar tecnologia de ponta. Mas temos algumas vantagens importantes: (1) temos capacidade de absorver tecnologia com grande rapidez graças às empresas e aos engenheiros de que dispomos; (2) temos ainda mão-de-obra barata; (3) temos recursos naturais, exceto petróleo, abundantes.

Para alguns setores industriais tecnologicamente simples e trabalho-intensivos nossas vantagens são óbvias. É o caso da indústria têxtil, de confecções e de calçados, por exemplo. Mas são esses setores que geralmente são mais protegidos tarifariamente nos demais países. Além disso, basear a política de exportação do Brasil nessas indústrias apresenta as mesmas limitações de uma política exportadora baseada na agricultura: (1) esses setores valorizam pouco a mão-de-obra nacional, mantendo-nos atrelados à nova divisão internacional do trabalho, e (2) a concorrência dos demais países subdesenvolvidos em estágio inferior de desenvolvimento (inclusive toda a América Latina) dificulta o êxito das nossas exportações.

Por isso, nos quadros do capitalismo industrial maduro (ainda que subdesenvolvido porque desigual), as nossas exportações deverão concentrar-se nas indústrias tecnologicamente sofisticadas, mas trabalho-intensivas. É o caso da indústria de bens de capital, da indústria eletrônica, da indústria aeronáutica, da indústria de construções de barragens e da

indústria automobilística. Como esses setores industriais demonstraram, é falsa a correlação direta entre indústrias tecnologicamente sofisticadas (que valorizam nossa mão-de-obra) e tecnologia capital-intensiva. É nesses setores que nossos custos industriais (e, portanto, nossa eficiência) deverão ser fortemente competitivos.

É claro que para atingirmos esse estágio a estratégia não será a tolice neoclássica (que infelizmente domina a mente de nossos economistas oficiais) de agir via mercado, reduzindo a proteção da indústria nacional e levando ao sucateamento os setores menos eficientes. Essa estratégia pode ser necessária hoje para o Japão, que acumula saldos comerciais contínuos, mas é um contra-senso em um país que precisa urgentemente estabilizar seu endividamento externo. Conforme observam Maria Conceição Tavares e Carlos Lessa em livro lançado recentemente (*A Economia Política da Crise*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 124), “conferir prioridades às exportações industriais significa dar prioridade ao planejamento industrial de longo prazo”. Foi o que o Japão fez, ao invés de limitar-se a alguns incentivos fiscais e a muitos casuísmos.

Por outro lado, para realizar essa política industrial e de exportação de médio prazo é essencial estabelecer um sistema de financiamento a longo prazo para a acumulação. É o que Ignácio Rangel vem dizendo há muito tempo.

Essa política financeira terá de passar, de um lado, por um razoável reequilíbrio das finanças do Estado, de forma que ele deixe de competir com as indústrias pelos recursos dos capitalistas rentistas; de outro lado, pela criação de novos mecanismos de poupança forçada administrados via bancos de desenvolvimento do Estado; e, de outro lado ainda, por novos mecanismos de captação de recursos pelo setor privado, provavelmente na linha das debêntures que estão recentemente tendo grande expansão.

O importante a assinalar é que a via da competição em pé de relativa igualdade com as demais grandes potências industriais, além de ser o único caminho que resta hoje para o Brasil, é um caminho viável, cujas pré-condições já estão presentes na economia brasileira. No modelo de substituição de importações aproveitamos a reserva de mercado representada pela própria possibilidade de substituir importações. Nossa prioridade não era então reduzir os custos industriais, mas ocupar o mercado, instalar a indústria. Na primeira fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado a situação já começava a modificar-se à medida que cresciam nossas exportações industriais, mas ainda foi possível aumentar o mercado para os bens industriais, principalmente duráveis de consumo, via criação do crédito direto ao consumidor e concentração de renda das camadas médias para cima.

Hoje essas oportunidades de transferência de renda para a indústria estão esgotadas e nosso endividamento externo, que já alcança cerca de 70 bilhões de dólares, é altíssimo. Nossa industrialização deverá continuar, mas via exportação de manufaturados tecnologicamente de ponta. O crescimento do mercado interno ocorrerá à medida que cresça a renda. Estaremos então no modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro, talvez a última etapa de nossa história e quanto economia subdesenvolvida.

* * *

A consolidação do capitalismo no Brasil será em decorrência do subdesenvolvimento industrializado maduro. Isto não significa, entretanto, que este país esteja condenado ao capitalismo para todo o sempre. Muito pelo contrário, significa que a sociedade e a economia brasileira já começam a ficar prontas para o avanço de estruturas socialistas. Por outro lado, entretanto, significa também que está praticamente afastada a possibilidade de uma revolução pretendidamente socialista, mas de fato tecnoburocrática ou estatal. Seja pelo desenvolvimento capitalista que aqui já ocorreu, seja pela posição geopolítica do país, a probabilidade de uma revolução estatal ser bem sucedida (ou mesmo tentada) no Brasil é extremamente pequena.

Existe, entretanto, um caminho socialista para o Brasil com base não apenas nos trabalhadores, mas também nos intelectuais e estudantes. Apesar da hegemonia ideológica da burguesia é possível prever que muitos que hoje lutam pela democracia lutarão amanhã pelo socialismo. Mas por um socialismo democrático, autogestionário, implantado aos poucos, à medida que a sociedade vá não apenas tomando consciência da superioridade desse sistema, mas também preparando-se para poder dele participar efetivamente. Não tem sentido socialismo democrático sem autogestão. E a autogestão é inviável sem um povo culturalmente preparado e politicamente mobilizado.

Na verdade, não obstante a heterogeneidade do subdesenvolvimento brasileiro, marcado por desequilíbrios estruturais profundos, à medida que a economia brasileira se integra e se aproxima cada vez mais das sociedades capitalistas centrais é de se esperar que ela compartilhe com essas sociedades de seus destinos políticos. Esta é uma garantia para a burguesia de que não há risco de uma revolução estatal, mas é também uma indicação de que conquistas sociais importantes deverão ser alcançadas tão logo os trabalhadores se organizem sindical e politicamente.

Da mesma forma que algumas sociedades européias caminham ainda que lentamente para o socialismo democrático, é de se esperar que o

Brasil também o faça. Os avanços nesse sentido, principalmente na Escandinávia e na Inglaterra, foram consideráveis. Recentemente também se notam progressos na Alemanha e França. Esses avanços foram sempre o resultado da luta de classes, que de um lado estimulou o aumento da produtividade e de outro garantiu que os salários aumentassem a taxas ligeiramente superiores a esse aumento de produtividade. O Brasil não tem seu destino necessariamente ligado ao desses países, mas, dada a integração do capitalismo brasileiro com o capitalismo mundial, é pouco provável que os caminhos econômicos, sociais e políticos divirjam muito. Seria agradável imaginar que poderemos construir uma sociedade mais democrática e mais justa mais rapidamente do que os países centrais. A tendência até agora, entretanto, foi a lenta convergência. Não há fatores novos que autorizem uma perspectiva diferente, apesar do subdesenvolvimento econômico e da marginalidade social e política que continuam a caracterizar a economia brasileira. Esses problemas terão de ser superados através da dialética da luta de classes e do aumento de produtividade que definem historicamente o desenvolvimento econômico capitalista.

Bibliografia Básica Sobre a Economia Brasileira

A bibliografia sobre a economia brasileira já é naturalmente muito extensa. Como não fiz citações, indicarei aqui os livros que considero fundamentais para um estudo introdutório.

O livro mais importante até hoje escrito sobre a economia brasileira é *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959). No campo da história é ainda fundamental a *História Econômica do Brasil* de Caio Prado Jr. (São Paulo, Editora Brasiliense, 1945), *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira* de Anibal Villela e Wilson Suzigan (Rio de Janeiro, IPEA, 1973), e *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* de Sérgio Silva (São Paulo, Alfa Ômega, 1973). São também importantes as contribuições de Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial no Brasil* (São Paulo, DIFEL, 1977); de Heitor Ferreira Lima, *Evolução Industrial de São Paulo*; de Nícia Villela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil* (São Paulo, Alfa Ômega, 1961); de Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo*; e de Robert Cajado Nicol, *A Agricultura e a Industrialização do Brasil* (São Paulo, EAESP da Fundação Getúlio Vargas, 1974), de Flávio Versiani e José Roberto Mendonça de Barros (organizadores) *Formação Econômica do Brasil* (São Paulo, Saraiva, 1977). São clássicos os livros de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil 1500-1820* (São Paulo, Editora Nacional, 1937) e *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos* (organização de Edgard Carone, São Paulo, Editora Nacional, 1973).

No plano das análises gerais do desenvolvimento recente da economia brasileira, as contribuições de Celso Furtado são fundamentais. Principalmente *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966), *Análise do Modelo Brasileiro* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972) e *O Brasil Pós-Milagre* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981). De Ignácio Rangel a obra clássica e absolutamente imprescindível é *A Inflação Brasileira* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963). Maria Conceição Tavares tem um livro extraordinário, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1972), além das teses não publicadas *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (1974) e *Ciclo e Crise* (1978). De Paul Singer é necessário destacar dois livros, *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, DIFEL, 1968, e *A Crise do Milagre* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976). Francisco de Oliveira tem também dois livros básicos, *A Crítica da Razão Dualista* (São Paulo, CEBRAP, 1972) e *A Economia da Dependência Imperfeita* (Rio de Janeiro, Graal, 1977). Meus próprios livros são: *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, que examina a economia e a sociedade brasileira a partir de 1930 e *Estado e*

Subdesenvolvimento Industrializado, no qual procurei generalizar o padrão de acumulação dominante no Brasil a partir dos anos cinqüenta. Análiso a desaceleração pós-1973 em *O Colapso de uma Aliança de Classes*. Análises gerais são também as de Carlos A. Afonso e Herbert de Souza, *Estado e Desenvolvimento Capitalista no Brasil* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979) e de Guido Mantega e Maria Moraes, *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980). Obra essencial, embora não publicada em forma de livro é *O Capitalismo Tardio* de João Manuel Cardoso de Mello.

A análise da nova dependência e do novo imperialismo é realizada pioneiramente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e Desenvolvimento da América Latina* (Rio de Janeiro, Zahar, 1970). Do primeiro autor é ainda fundamental *Autoritarismo e Democratização* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975). Nos quadros da análise a partir da noção do imperialismo via comércio internacional, são significativos os livros de Alberto Passos Guimarães, *Inflação e Monopólio no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963) e *Quatro Séculos de Latifúndio* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968). Muito importante é o livro de Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962). Deve também ser citado de João Paulo de Almeida Magalhães, *A Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro, Record, 1967).

Ainda na linha que podemos chamar muito amplamente de estruturalista, Carlos Lessa tem uma contribuição decisiva, *Quinze Anos de Política Econômica* (São Paulo, Brasiliense, 1975) e Antonio Barros de Castro escreveu uma coleção de artigos de extraordinária inteligência, *Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira* (Rio de Janeiro, Forense, 1969). Coleções de ensaios são também as contribuições de Edmar Bacha, *Os Mitos de uma Década* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976) e *Política Econômica e Distribuição de Renda* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978), de Eduardo Matarazzo Suplicy, *Política Econômica Brasileira e Internacional* (Petrópolis, Vozes, 1977) e de Paulo Renato Souza, *Emprego, Salário e Pobreza* (São Paulo, Hucitec, 1980).

O grupo dos economistas do IPEA publicou uma série de livros, entre os quais se destacam, de Fernando Rezende, Wilson Suzigan e outros, *Aspectos da Participação do Governo na Economia*; de Wilson Suzigan, Regis Bonelli e outros, *Crescimento Industrial no Brasil* (1974); de José Eduardo Pereira de Carvalho, *Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil 1966/73* (1974); de Cláudio Moura e Castro e Alberto de Mello e Souza, *Mão-de-Obra Industrial no Brasil* (1974); de Ruy Miller Paiva, *Agricultura e Desenvolvimento Econômico* (1979); de Carlos Von Doellinger e Leonardo Cavalcanti, *Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira* (1975). Devem ser lembrados ainda os trabalhos de Helga Hoffmann, *Desemprego e Subemprego no Brasil* (São Paulo, Ática, 1977) e de Fábio Erber, José Tavares de Araújo Jr. e outros, *Absorção e Criação de Tecnologia na Indústria de Bens de Capital* (Rio de Janeiro, FINEP, 1973); de Henrique Rattner, *Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo* (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972); de Fernando Homem de Mello e Eduardo Fonseca, *Proálcool, Energia e Transporte* (São Paulo, Pioneira, 1981).

Analisando a agricultura brasileira, temos, entre outros trabalhos, os de José Graziano da Silva, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura* (São Paulo, Hucitec, 1981); de Caio Prado Jr., *A Questão Agrária* (São Paulo, Brasiliense, 1960); de Paulo Sandroni, *Questão Agrária e Campesinato* (São Paulo, Polis, 1981); de Tâmas Szmrecsányi, *O Planejamento da Agro-Indústria Canavieira no Brasil 1930-1975* (São Paulo, Hucitec, 1979); de Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Trench de Freitas, *Setor Agrícola do Brasil* (São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973).

Entre os autores mais diretamente comprometidos com uma perspectiva neoclássica ou monetarista, é importante assinalar os trabalhos de Mário Henrique Simonsen e Roberto

Campos, *A Nova Economia Brasileira* (Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974), e apenas do primeiro, *Brasil 2001* (Rio de Janeiro, APEC, 1969). De Eugênio Gudín temos *Análise de Problemas Brasileiros* (Rio de Janeiro, Agir, 1965) e de Octávio Gouvea de Bulhões, *Dois Conceitos de Lucro* (Rio de Janeiro, APEC, 1969). Temos ainda de Antônio Delfim Neto, *O Problema do Café no Brasil* (São Paulo, USP, 1959); de Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973); de Afonso Celso Pastore, *A Resposta da Produção Agrícola aos Preços no Brasil* (São Paulo, USP, 1968); de Carlos Manuel Pelaez, *História da Industrialização Brasileira* (Rio de Janeiro, APEC, 1972).

É importante ainda assinalar os artigos de Francisco Lafayette Lopes, Fernando Homem de Mello, Fábio Erber e Jorge Jatobá no livro organizado por João Sayad, *Resenhas de Economia Brasileira* (São Paulo, Saraiva, 1979); os artigos publicados por Pedro Malan e José Alfredo Luz no livro coordenado por Dionísio Carneiro, *Brasil: Dilemas da Política Econômica* (Rio de Janeiro, Campus, 1977), e os artigos de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Rodolfo Hoffman, José Serra, Albert Fishlow, John Wells no livro organizado por Ricardo Tolipam e Carlos Arthur Tinelli, *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro, Zahar, 1975); e finalmente os artigos de Roberto Macedo, Celso Lafer, Celso Martone, Denysard Alves e João Sayad e Roberto Mendonça de Barros no livro organizado por Betty Mindin Lafer, *Planejamento no Brasil* (São Paulo, Perspectiva, 1970).

Sobre a questão regional é importante assinalar Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste* (São Paulo, Brasiliense, 1963); Pedro Calil Padis, *Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná* (São Paulo, Hucitec, 1981); de Raimundo Moreira, *O Nordeste Brasileiro* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979); de Osmundo Evangelista Rebouças e outros, *Desenvolvimento do Nordeste: Diagnóstico e Sugestões de Política* (Recife, Revista Econômica do Nordeste, vol. 10, n.º 2, abril-junho 1979), e Albert Hirschman, *Política Econômica na América Latina* (Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963), que contém um ensaio sobre o Nordeste.

Diversos economistas, autores de artigos importantes sobre a economia brasileira, deixam de ser citados por não terem publicado livros. Seus artigos e o dos autores aqui citados encontram-se publicados nas revistas acadêmicas trimestrais de economia: *Revista de Economia Política*, do Centro de Economia Política; *Estudos Econômicos*, da USP; *Pesquisa e Planejamento Econômico*, do IPEA; *Revista Brasileira de Economia* e *Revista de Administração de Empresas*, da Fundação Getúlio Vargas.

Entre os brasilianistas é preciso citar adicionalmente Werner Baer que escreveu *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil* (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966) e *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1970) e Peter Evans, autor de *A Tríplice Aliança, as Multinacionais, as Estatais e o Capitalismo Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1980). Há muitos livros de brasilianistas em inglês que deixam de ser aqui citados. Finalmente não pode deixar de ser citado o livro coordenado por José Serra, *América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976). Embora não trate especificamente da economia brasileira, contém artigos básicos, inclusive de Aníbal Pinto, sobre a economia da América Latina onde o Brasil se situa.

Estes autores podem ser classificados em diversas escolas. Há marxistas, neomarxistas, nekeynesianos, neoclássicos. Estes últimos também podem ser chamados de monetaristas e os demais são às vezes englobados sob a denominação de estruturalistas. Suas obras estão necessariamente condicionadas por suas posições teóricas e por suas opções políticas. Está sempre nelas contida uma interpretação geral sobre a formação social brasileira. Para uma análise das principais interpretações sobre o Brasil consultar meu artigo, "Seis Interpretações sobre o Brasil", *Dados* (vol. 25, n.º 3, julho-setembro 1982).